



**EMPRESA
DE MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTO
FERROVIÁRIO S.A.**

CONHECIMENTO
NO LUGAR CERTO



RELATÓRIO & CONTAS 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS



EDITOR

EMEF – Empresa de Manutenção
de Equipamento Ferroviário, S.A.
Rua das Indústrias, 21
2700-460 Amadora
Tel.: (+351) 211 027 700
Fax: (+351) 213 578 875
E-mail: geral@emef.pt
<https://www.emef.pt>

LAYOUT

Brandworkers, Comunicação 360º
Rua João Saraiva, nº36, 1º Andar, 1700-250 Lisboa
Lisboa, Maio 2018



Índice

Mensagem do Presidente	7
Síntese de indicadores	8
Enquadramento do ano	9
I. Relatório da Atividade	11
1. Conjuntura Económica	11
2. Atividade desenvolvida	12
3. Desenvolvimento do Negócio	17
4. Análise Económica e Financeira	18
5. Investimentos	26
II. Cumprimento das Orientações Legais	27
1. Objetivos de gestão	27
2. Gestão do risco financeiro	28
3. Limite de Crescimento do Endividamento	28
4. Prazo médio de pagamentos e divulgação dos atrasos nos pagamentos	29
5. Cumprimento das recomendações do acionista	29
6. Remunerações	29
7. Estatuto do gestor público	31
8. Despesas não Documentadas ou Confidenciais	31
9. Relatório sobre Remunerações Pagas a Homens e Mulheres	31
10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção	31
11. Contratação Pública	31
12. Sistema Nacional de Compras Públicas	32
13. Medidas de redução de gastos operacionais	32
14. Princípio da Unidade de Tesouraria de Estado	34
15. Auditorias conduzidas pelo tribunal de contas	35
16. Informação divulgada no site do SEE	35
17. Sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais	35



III. Factos relevantes após o termo do período	37
IV. Proposta de aplicação dos resultados	37
Demonstrações Financeiras	38
Balanço	38
Demonstração de Resultados	41
Mapa das Demonstrações das Alterações no Capital Próprio	42
Demonstração de Fluxos de Caixa	46
Notas às Demonstrações Financeiras	47
1. Identificação da entidade	47
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	47
3. Adoção pela primeira vez das NCRF – Divulgação Transitória	48
4. Principais políticas contabilísticas	48
5. Fluxos de caixa	59
6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas	60
7. Ativos fixos tangíveis	60
8. Ativos intangíveis	62
9. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	63
10. Participações financeiras – outros métodos	64
11. Inventários	65
12. Clientes	68
13. Estado e outros entes públicos	70
14. Outros Créditos a receber	71
15. Diferimentos	73
16. Capital Subscrito	74
17. Outros instrumentos de capital próprio	74
18. Reservas legais	74
19. Outras reservas	74



20. Resultados transitados	75
21. Provisões	75
22. Financiamentos obtidos	76
23. Outras Dívidas a pagar	77
24. Fornecedores	78
25. Vendas e serviços prestados	79
26. Subsídios à exploração	79
27. Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	80
28. Variação nos Inventários da Produção	80
29. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	81
30. Fornecimentos e serviços externos	81
31. Gastos com o Pessoal	82
32. Outros rendimentos	83
33. Outros gastos	84
34. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	84
35. Juros e gastos similares suportados	85
36. Imposto sobre o rendimento do período	85
37. Partes relacionadas	86
38. Garantias e avales	88
39. Locações operacionais	88
40. Matérias ambientais	88
41. Outras Informações	90
42. Acontecimentos após a data de balanço	90
ANEXOS	91
1. Certificação Legal de Contas	92
2. Relatório de Auditoria	97
3. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	102

CONHECIMENTO
NO LUGAR CERTO



EMPRESA
DE MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTO
FERROVIÁRIO S.A.



RELATÓRIO DE GESTÃO



Mensagem do Presidente

O ano de 2017 foi um ano que deixa sentimentos contraditórios na EMEF.

Foi um ano em que foi reafirmada a capacidade técnica e operacional da EMEF ao desenvolver intervenções até então inéditas: a intervenção de Meio de Vida da frota de CPA 4000 da CP, a disponibilização para o serviço do Comboio Turístico de Via Estreita e a intervenção de 960 K da frota EuroTram do Metro do Porto.

O elevado volume de negócios associado a estas intervenções, pela sua natureza transitório, contribuiu decisivamente para os bons resultados económicos da empresa, e permite encarar com alguma tranquilidade o desafio da construção da nova Oficina de Rodados no Entroncamento, para o que estão a decorrer os necessários estudos de engenharia.

Foi ainda um ano em que se verificou, em consonância com a política governamental, a normalização da evolução da carreira profissional dos trabalhadores da EMEF, pela retoma dos exames profissionais, o que permitiu a evolução do nível salarial a cerca de setenta por cento do quadro de pessoal.

E, todavia, fica a sensação de que mais e diverso trabalho poderia ter sido feito, se a insuficiente dotação de trabalhadores nas áreas operacionais e de suporte, já anteriormente diagnosticada, tivesse sido colmatada, conforme solicitado.

Como consequência começou a verificar-se a degradação da disponibilidade do Material Circulante da CP, nosso acionista e principal cliente, e, não se conseguiu iniciar o necessário processo de rejuvenescimento do quadro de pessoal, nem assegurar a manutenção da capacidade instalada, que diminuiu, pela normal saída de trabalhadores.

Na ausência de resolução do problema da contratação de trabalhadores, o ano de 2018 será marcado na EMEF, pelo desajuste entre a sua capacidade instalada e as solicitações que o acionista CP e o mercado lhe irão colocar.

De facto, para além do trabalho não realizado nos últimos dois anos que transitou para 2018, surgem necessidades adicionais ao nível da recuperação de Material Circulante da CP fora de serviço, em congruência com o plano de trabalhos previstos no Plano 2020 para a Rede Ferroviária Nacional, e, novas intervenções 960 k para a frota EuroTram do Metro do Porto, enquanto, por outro lado, os contratos existentes fora do Grupo CP, nomeadamente com a MEDWAY, terminarão ao longo do ano.

Assim, o ano de 2018 será um ano de muito trabalho para a EMEF, com degradação da disponibilidade do Material Circulante da CP, em que o volume dos resultados económicos, positivos, será fortemente dependente da resolução do problema do quadro de pessoal.

Neste quadro promover-se-á, em consequência, uma recentragem das operações para dentro do grupo CP, o que se espera contribua supletivamente para dirimir a questão latente da relação in-house CP-EMEF, e, condicionar-se-á a aceitação de novos trabalhos fora do Grupo CP ao recrutamento de novos recursos humanos em volume adequado.

Terminamos, manifestando aos nossos clientes o empenho da EMEF na resolução dos problemas que irão surgir, assumindo que, como sempre, os trabalhadores da EMEF com o seu saber fazer e sabedoria, que permite distinguir o essencial do acessório, contribuirão para a consolidação da EMEF que se persegue, e, assegurando ao acionista o realinhamento estratégico que os tempos aconselham.

Síntese de indicadores

Os resultados de atividade são expressos nos indicadores do quadro seguinte:

Indicadores

(milhares de euros)

Indicador	2017	2016	△%
Resultados			
Resultado Operacional	8.452	4.383	93%
Rendimentos Operacionais	75.093	66.388	13%
Gastos Operacionais	66.641	62.005	7%
EBITDA*	9.445	5.374	76%
Resultado Líquido	5.921	3.500	69%
Negócio			
Volume de Negócios	72.071	63.045	14%
VAB	38.082	30.949	23%
VAB per capita	37	30	20%
Investimentos			
Investimentos	658	399	65%
Recursos Humanos			
Efectivo Final de Exercício	1.036	1.048	-1%
Efectivo Médio	1.039	1.017	2%

* Inclui rescisões por mútuo acordo e perdas por imparidade e exclui provisões.



Enquadramento do ano

1. Nomeação de novos órgãos sociais

Em julho de 2017, foi nomeado novo Conselho de Administração e alterada a composição do Conselho Fiscal da empresa para o triénio 2017/2019.

2. Nomeação de novo ROC

Em virtude de renúncia da entidade anteriormente designada, foi nomeado em dezembro de 2017 novo Revisor Oficial de Contas para a EMEF para o ano de 2017.

3. Candidatura ao Portugal 2020 no âmbito do projeto de investimento na Oficina de Rodados

Foi preparada candidatura a fundos comunitários para o investimento na oficina de rodados e caixas de transmissão no estabelecimento do Entroncamento, a qual foi submetida ao Portugal 2020 em junho de 2017 no âmbito do SI Inovação.

4. Decisão de arquivamento do processo referência DA/2015/8 por parte da Autoridade da Concorrência

A Autoridade da Concorrência decidiu em novembro de 2017 proceder ao arquivamento do processo em assunto, dado não terem sido apurados indícios da existência de práticas restritivas da concorrência.

5. Pedido à tutela de regime de exceção do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, a EMEF requereu à DGTF em fevereiro de 2017, que lhe fosse aplicado um regime de exceção, dispensando-a do cumprimento do referido princípio. O IGCP concedeu à EMEF exceção ao cumprimento do princípio, no que respeita a operações de financiamento, como os empréstimos bancários, os contratos de confirming e afins e a emissão de garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados.

6. Nova linha de crédito com o Banco Popular

Foi estabelecido em setembro de 2017 um contrato de abertura de crédito com o Banco Popular, sob a forma de descoberto bancário até ao limite máximo de 2M€.

7. Consultoria estratégica para reestruturação da empresa

Foram desenvolvidos no ano de 2017 modelos estratégicos de reestruturação da empresa para os quais foram efetuadas as respetivas avaliações económico-financeiras.

8. Reorganização interna das áreas de Segurança, Qualidade e Ambiente

A empresa decidiu em junho de 2017 reincorporar os serviços de Saúde e Segurança no Trabalho na Área de Qualidade e Ambiente da empresa.

9. Consolidação da organização do Parque Oficial Norte

Foi consolidada em dezembro de 2017 a separação do Parque Oficial Norte em duas Unidades Orgânicas autónomas: o Parque Oficial Norte, que inclui os estabelecimentos de Contumil, Sernada do Vouga e Mirandela e o Parque Oficial de Guifões, com estabelecimento único em Guifões e hoje dedicado à manutenção e reparação das frotas do Metro do Porto.





I. Relatório da Atividade

1. CONJUNTURA ECONÓMICA

De acordo com as projeções o processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos. Após um aumento efetivo de 2,7% em 2017 (o Banco de Portugal em dezembro de 2017 perspetivava ainda um aumento de 2,6%), a atividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento ao longo do horizonte de projeção, embora a um ritmo progressivamente menor (2,3%, 1,9% e 1,7%, respetivamente em 2018, 2019 e 2020).

No final do horizonte de projeção, o PIB deverá situar-se cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional.

As taxas de crescimento projetadas são superiores à média das estimativas do crescimento potencial da economia portuguesa e deverão traduzir-se num hiato do produto positivo nos próximos anos.

O crescimento do PIB em Portugal será muito próximo do da média da área do euro ao longo do horizonte de projeção. Em termos do PIB per capita, a convergência real face à área do euro deverá continuar nos próximos anos de forma ligeira, em parte refletindo a redução da população em Portugal. Como tal, esta evolução será insuficiente para compensar a divergência real acumulada até 2013.

Cenário Macroeconómico 2017-2020 (Projeções do Banco de Portugal) (%)

	Taxa de Variação			
	2017 ^(P)	2018 ^(P)	2019 ^(P)	2020 ^(P)
Produto Interno Bruto	2,6	2,3	1,9	1,7
Consumo Privado	2,2	2,1	1,8	1,7
Consumo Público	0,1	0,6	0,4	0,2
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)				
Procura Interna	2,7	2,5	2,2	2,1
Exportações	7,7	6,5	5,0	4,1
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	1,6	1,5	1,4	1,6

Fonte: Boletim Económico – dezembro de 2017, Banco de Portugal.
(P) Projetado.



2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Os serviços prestados pela EMEF continuaram a caracterizar-se por uma oferta de manutenção integral das frotas dos seus Clientes, abrangendo três segmentos principais:

- a reparação e a modernização de veículos ferroviários, e dos seus componentes e equipamentos, segmento com características predominantes de produção industrial;
- a manutenção corrente do material circulante, com características de resposta orientada para suporte direto à operação ferroviária dos operadores, tendo associados níveis de serviço para cada tipo de operação, nomeadamente disponibilidade e fiabilidade;
- a reabilitação de material circulante.

Complementarmente à sua atividade principal, a Empresa assegurou ainda:

- o serviço de prevenção permanente para intervenções de emergência envolvendo o material circulante e as operações de socorro em linha, sempre que necessário;
- a realização de ensaios de calibração em equipamentos de monitorização e medição, quer para utilização interna quer para clientes externos;
- a realização de análises de óleos, lubrificantes e isolantes, para caracterização do seu estado e o dos equipamentos que lubrifica, quer utilizados na manutenção efetuada pela EMEF, quer para clientes externos.

Os aspetos mais marcantes das atividades desenvolvidas em cada um dos segmentos de intervenção da empresa são seguidamente apresentados.

Reparação e Modernização

Esta atividade continuou a ser desenvolvida nos Parques Oficiais Norte, Centro e Sul, bem como nas unidades UMER (unidade de mercadorias) e UROT (unidade de rotáveis) cujos estabelecimentos oficiais se localizam em Contumil, Entroncamento e Barreiro.

O seu âmbito continuou a integrar os tipos de reparações programadas no material motor e rebocado de passageiros (reparações tipo R), no material rebocado de mercadorias (reparações de segurança – RS e RSP) e nos equipamentos (reparações gerais – RG e reparações intermédias – RI), outras reparações por causas imprevistas ou acidentais sobre os veículos ferroviários (reparações por avaria – RAV e reparações por acidente – RAC) e ainda modificações/modernizações no material circulante de acordo com o pedido específico dos clientes.

Deu-se continuidade à intervenção R1 aos CPA4000, tendo sido entregue a primeira unidade (CPA4009) em março, sendo ainda entregues as unidades CPA4008 e CPA4006 em agosto e dezembro, respetivamente. No final do ano em análise encontrava-se em curso a intervenção no CPA4003.



A intervenção em causa acontece cerca de 18 anos após o início da operação da frota de dez comboios Alfa Pendular e destina-se a efetuar uma profunda remodelação do interior e exterior das unidades, incluindo alteração de imagem e de sinalética, contando com uma elevada percentagem de incorporação da indústria nacional e tendo como objetivo proporcionar uma nova imagem do produto e serviços oferecidos.

O plano de reparações para o Cliente CP em 2017 sofreu, no início do ano, uma redução relativamente às necessidades planeadas por aquele cliente em virtude das dificuldades de contratação de mão de obra que se verificaram e que se mantiveram ao longo do ano.

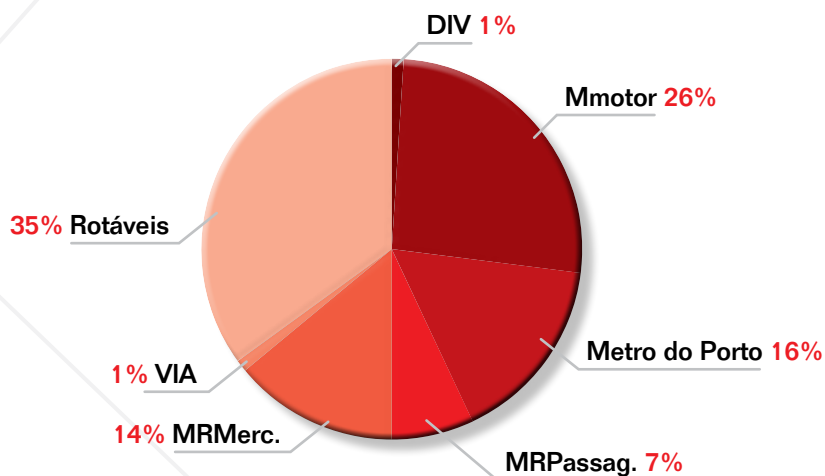
Em termos de reparações de material motor e rebocado de passageiros, durante o ano foram concluídos 21 Rs à frota do Cliente CP (12 em carruagens, 4 em automotoras elétricas, 1 em locomotivas diesel e 4 em automotoras diesel) e 2 LPs a CPA4000. Foram ainda realizados 2 Rs a automotoras 592 para o Cliente RENFE.

Do plano de reparações da frota de vagões do Cliente MEDWAY foram apenas realizados 344 RSP dos 380 planeados, em virtude da insuficiência de mão-de-obra, tendo ainda sido realizados mais 34 RSP a vagões de outros clientes.

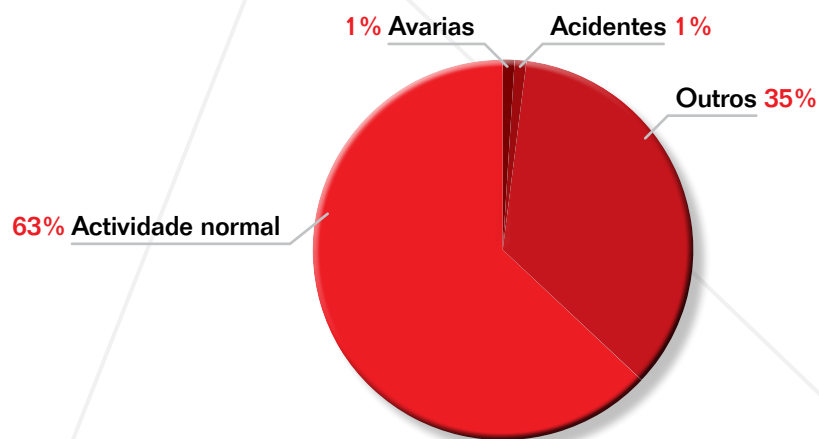
Relativamente ao contrato celebrado entre a EMEF e a Metro do Porto para prestação de serviços relativos à revisão geral dos 960.000 Km em 35 veículos da sua frota Eurotram, foram já efetuadas 23 intervenções no ano em análise e encontravam-se em curso 2 intervenções no final do ano. A 5 de dezembro o Metro do Porto exerceu o seu direito de opção de realização da revisão Geral dos 960.000Km dos veículos Eurotram em 5 veículos adicionais, para além dos 35 iniciais.

No seu conjunto, o segmento da reparação permitiu à Empresa realizar, em 2017, rendimentos de 37.394 milhares de euros, o que correspondeu a 51,9% do valor de rendimentos globais da Empresa e uma melhoria em 33% relativamente a 2016, o que se deveu essencialmente ao início da realização em 2017 das intervenções dos 960.000Km para o Metro do Porto e dos R1 aos CPA4000.

Rendimentos por tipo de Material



Rendimentos por Intervenção



Reabilitação

Nesta vertente são de destacar os seguintes projetos:

- Conclusão do projeto de recolocação em condições operacionais de 6 carruagens Schindler para exploração turística no comboio Miradouro;
- Conclusão do projeto de restauro da locomotiva de via estreita 9004 e de 3 carruagens de madeira afetos ao comboio histórico da linha do Vouga;
- Restauro da locomotiva a vapor de via estreita E214 para o serviço na linha do Vouga.

Manutenção

Esta atividade continuou a ser desenvolvida nos Parques Oficiais e na Unidade de Manutenção de Alta Velocidade abrangendo os estabelecimentos oficiais localizados no Norte (Contumil, Guifões, Semada do Vouga e Mirandela), no Centro (Entroncamento) e no Sul (Barreiro, Poceirão, Vila Real de Santo António, Campolide, Santa Apolónia e Oeiras).





O objetivo desta atividade centrou-se no cumprimento dos programas de manutenção constantes dos contratos específicos da frota/segmento de mercado, de cada cliente: CP, Medway, Metro do Porto e RENFE.

Estes programas foram genericamente cumpridos para todas as frotas com manutenção contratada, tendo-se obtido, por segmento de mercado, os valores médios, ponderados pela quilometragem realizada pelas diferentes séries de material circulante, de disponibilidade e de fiabilidade constantes dos quadros seguintes.

Os valores agora alcançados são ligeiramente inferiores aos conseguidos nos anos anteriores, ainda que da mesma ordem de grandeza, em virtude das dificuldades sentidas na prestação de serviço devido à escassez de mão de obra.

Disponibilidade

Segmento do Mercado	Disponibilidade Média Anual (taxa dos dias em que é cumprida ou superada a quantidade de unidades a disponibilizar em todos os flashes horários de contagem)
Alfa e Intercidades	87%
Suburbanos Lisboa	49%
Suburbanos Porto	100%
Regional	86%

Fiabilidade

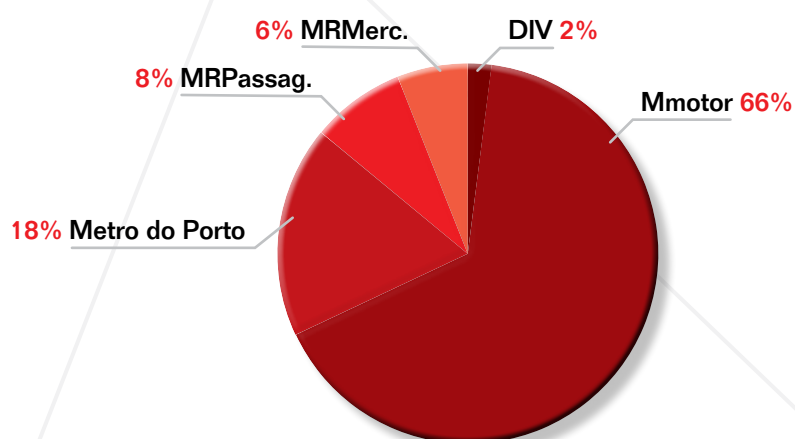
Segmento do Mercado	Fiabilidade Anual (quilometragem média entre incidentes devidos ao material circulante)
Alfa e Intercidades	730.000
Suburbanos Lisboa	66.000
Suburbanos Porto	256.000
Regional	48.000

Em paralelo, continuou a ser prestado o serviço de manutenção sazonal aos comboios históricos, produto comercial do cliente CP com forte impacto na sua imagem, sendo de destacar a preparação e acompanhamento técnico por parte da EMEF das viagens do comboio do projeto "The Presidential" durante as suas duas edições anuais.

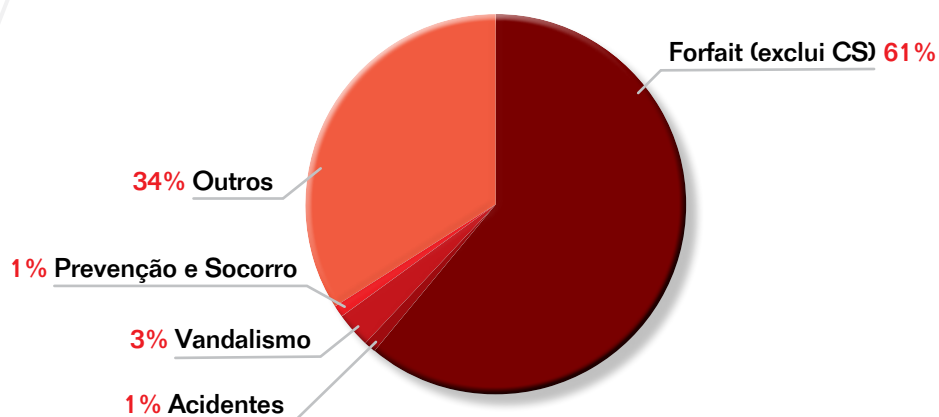
No seu conjunto, o segmento manutenção corrente permitiu à Empresa realizar, em 2017, rendimentos de 34.272 milhares de euros, o que correspondeu a 47,6% do valor de rendimentos globais da Empresa e uma redução em 1% relativamente a 2016.



Rendimentos por tipo de Material



Rendimentos por Intervenção



Engenharia, inovação e desenvolvimento

A atividade da Engenharia em 2017 esteve muito focada na revisão e/ou definição de especificações de compra de materiais (nomenclaturas), bem como em pareceres relativos à conformidade após reparação e/ou intervenção de manutenção, e ainda na revisão de documentação de suporte à atividade.

Por outro lado, foi dada continuidade ao esforço de disponibilização de informação técnica aos vários centros de produção, procurando assim contribuir para a otimização e uniformização dos processos.



Foi ainda assegurada a participação em diversos fóruns técnicos ferroviários (“Implementação ETI’s” promovidas pelo IMT e reuniões da CTE9 e CT143 promovidas pela APNCF).

Na área de Metalurgia, Soldadura e Ensaio não Destrutivos foi dada continuidade às ações de qualificação de soldadores e de formação em ensaios não destrutivos.

3. DESENVOLVIMENTO DO NEGÓCIO

No quadro dos objetivos fixados para 2017, merecem especial destaque as seguintes ações:

No âmbito da contratação

- Relativamente ao principal cliente (CP), os contratos de manutenção global foram prorrogados mantendo as características dos contratos iniciais e a grande reparação dos CPA4000 desenvolveu-se a um ritmo satisfatório de que resultou uma realização física e financeira muito relevante;
- Faz parte do caderno de encargos para a subconcessão do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto (SMLAMP), de 2018 a 2024, a obrigação da contratação da EMEF pela subconcessionária para a manutenção do material circulante da Metro do Porto durante todo o referido período. Essa obrigação decorre de acordo celebrado com a Metro do Porto em maio de 2017;
- Foi celebrado um contrato de manutenção de 2 locotratores Cockerill com a ADP Fertilizantes;
- Inclusão de um 2º locotrator Sentinel no contrato de manutenção celebrado com a ADP Fertilizantes (com cancelamento do anterior contrato (datado de 2000) e negociação de novo contrato;
- Celebração de contrato em parceria com a GMF para a revisão de 52 vagões da série 441 da Medway;

No âmbito da organização processual

Prosseguiu a consolidação da gestão comercial suportada em SAP SD (cotações), alargando-a a todas as áreas orgânicas da Empresa e à maioria dos clientes, o que se traduziu numa melhor eficácia e eficiência na gestão do negócio.



4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Resultado Operacional

A EMEF em 2017 teve um aumento substancial do seu Resultado Operacional, com uma variação de 4.068 milhares de euros relativamente ao ano transato. Tal justifica-se pelo incremento dos rendimentos operacionais da empresa ter sido acompanhado menos que proporcionalmente pelo aumento dos gastos operacionais.

Resultados Operacionais

(milhares de euros)

	2017	2016	△%
Rendimentos Operacionais	75.093	66.388	13%
Vendas e Serviços Prestados	72.071	63.045	14%
Rendimentos Suplementares	1.153	1.299	-11%
Variações Invent. Produção	-33	-36	8%
Restantes Rendimentos	1.901	2.081	-9%
Gastos Operacionais	66.641	62.005	7%
C. Merc.Vend. e Mat.Consumidas	20.139	17.827	13%
Subcontratos	5.404	4.958	9%
Outros Forn. e Serv. Externos	9.566	10.572	-10%
Gastos com Pessoal s/ rescisões	26.665	25.158	6%
Rescisões mútuo acordo	389	337	15%
Gastos/Reversões depr. Amortizações	974	1.021	-5%
Restantes Gastos	3.505	2.132	64%
Resultado Operacional	8.452	4.383	93%

O aumento dos rendimentos é justificado principalmente por um maior volume de intervenções de reparação.



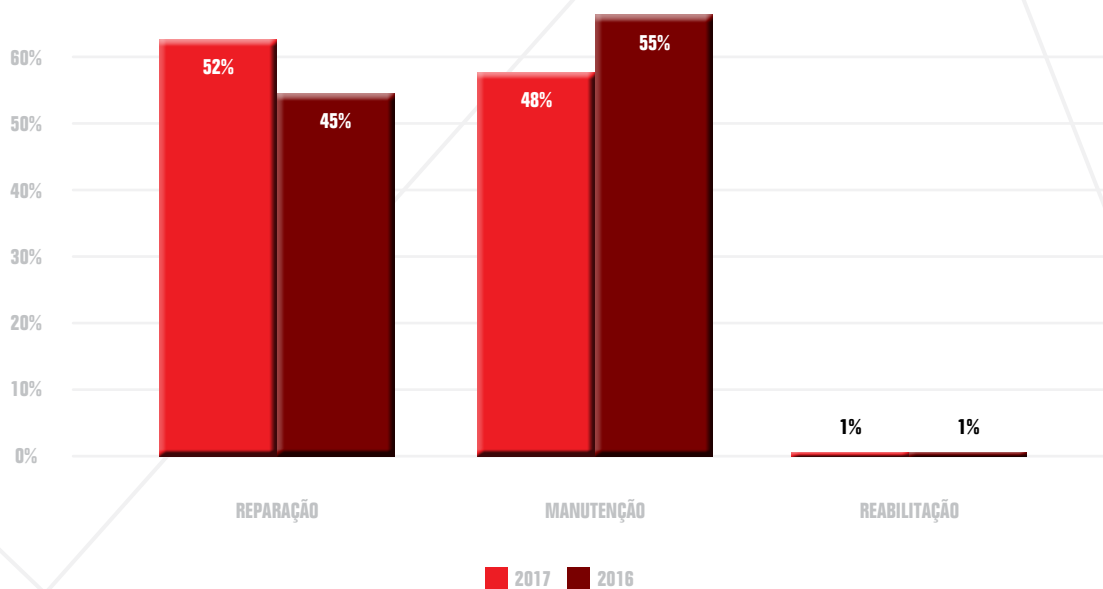
Rendimentos* por segmento de atividade (milhares de euros)

	2017	2016	Δ%
TOTAL	72.038	63.009	14%
Reparação	37.394	28.089	33%
Manutenção	34.272	34.474	-1%
Reabilitação	372	446	-17%

* Vendas + Serviços Prestados + Variação dos Inventários de Produção.

Verifica-se que, em 2017, o segmento de reparação tem um peso superior ao de manutenção e que houve uma evolução favorável face ao ano de 2016.

Repartição de Rendimentos por Segmento



Em termos da evolução do volume de negócios por cliente, constata-se que a CP, a Medway e a Metro do Porto continuam a ser os clientes mais importantes da empresa. Os três em conjunto representam 91% das prestações de serviço da empresa.



Rendimentos* por cliente

(milhares de euros)

	2017	2016	Δ%
Cliente	72.038	63.009	14%
CP	44.872	38.907	15%
MEDWAY/CP CARGA	8.684	13.145	-34%
PROMETRO/METRO DO PORTO	12.002	5.708	110%
EMEF/SIEMENS ACE	3.582	3.193	12%
RENFE	1.288	1.187	8%
IP	562	500	12%
OUTROS	1.048	369	184%

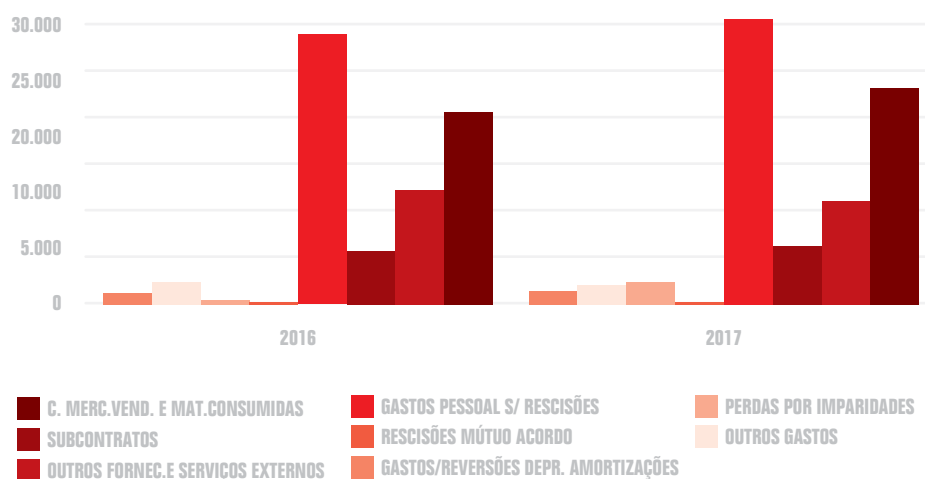
* Vendas + Serviços Prestados + Variação dos Inventários de Produção.

Gastos

No ano de 2017, registou-se um aumento nos gastos operacionais da empresa, no valor de 4,6 milhões de euros. Os aumentos mais significativos verificaram-se nas rubricas de:

- Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (no valor de 2,3 milhões de euros);
- Gastos com Pessoal sem rescisões (no valor de 1,5 milhões de euros);
- Perdas por Imparidade (no valor de 1,6 milhões de euros), justificada essencialmente pela criação de imparidade relativa à dívida do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. no valor aproximado de 1 milhão de euros.

Evolução e Estrutura de Gastos





Gastos de Financiamento e Resultado Líquido

A decomposição e evolução dos gastos de financiamento é a que se apresenta no quadro seguinte:

Gastos de Financiamento

(milhares de euros)

	2017	2016	Δ%
TOTAL	432	477	-9%
Juros Empréstimos Bancários	40	64	-37%
Juros Empréstimos Acionista	356	367	-3%
Juros Descobertos Bancários	7	20	-65%
Outros Gastos Rel. a Fin. Obtidos	29	26	10%

A diminuição global ocorrida na rubrica de juros e gastos similares suportados com os financiamentos deve-se essencialmente a uma redução do endividamento, em particular no tocante à utilização de plafonds de contas correntes e à redução das taxas de juro de referência e dos spreads cobrados pelos financiadores.

Gastos de Financiamento

(milhares de euros)

	2017	2016	Δ%
Rendimentos Operacionais	75.093	66.388	13%
Gastos Operacionais	66.641	62.005	7%
Resultado Operacional	8.452	4.383	93%
Gastos de Financiamento	432	477	-9%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-2.099	-407	-416%
Resultado Líquido	5.921	3.500	69%

O resultado líquido registou um aumento de 2.421 milhares de euros relativamente ao ano 2016. Esta evolução resultou de o aumento dos rendimentos operacionais ter sido acompanhado de um aumento menos que proporcional dos gastos operacionais.

Estrutura Patrimonial

Gastos de Financiamento

(milhares de euros)

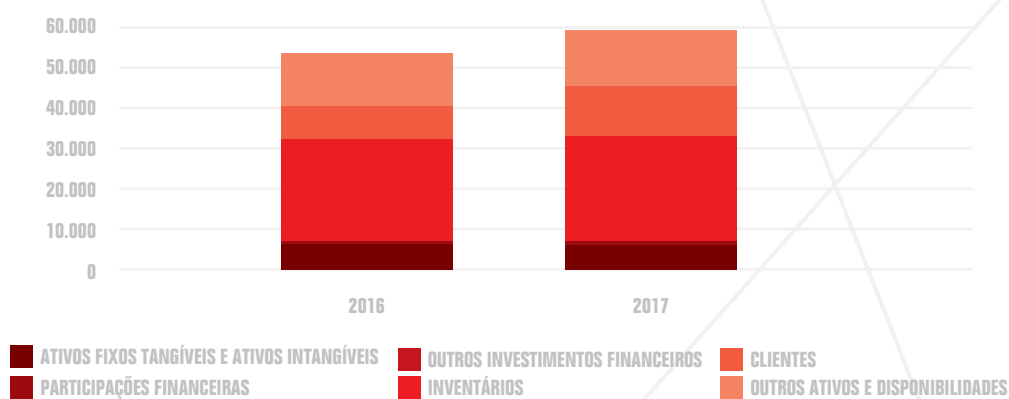
Rubrica do Balanço	2017	2016	Δ€	Δ%
Ativo				
Não corrente	6.530	6.768	-237	-4%
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	5.729	6.165	-437%	-7%
Participações financeiras	789	599	191	32%
Outros investimentos financeiros	12	4	9	0%
Corrente	48.635	43.262	5.373	12%
Inventários	24.301	23.560	741	3%
Clientes	11.796	7.536	4.260	57%
Outros Ativos e Disponibilidades	12.538	12.166	372	3%
Total do Ativo	55.165	50.030	5.136	10%
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	17.301	11.380	5.921	52%
Passivo não corrente	12.979	15.085	-2.105	-14%
Provisões	792	772	20	3%
Financiamentos obtidos	12.188	14.313	-2.125	-15%
Passivo corrente	24.885	23.565	1.320	6%
Financiamentos obtidos	2.125	1.375	750	55%
Outros passivos	22.760	22.190	570	3%
Total do Capital próprio e passivo	55.165	50.030	5.136	10%

Ativo

No final do período de 2017, o Ativo apresentava um acréscimo de 5,1 milhões de euros comparativamente com o ano anterior. Este facto resultou essencialmente do incremento de 4,3 milhões de euros do saldo final de clientes, motivado pelo pagamento por parte da CP, em dezembro de 2016, de um número considerável de faturas não vencidas.



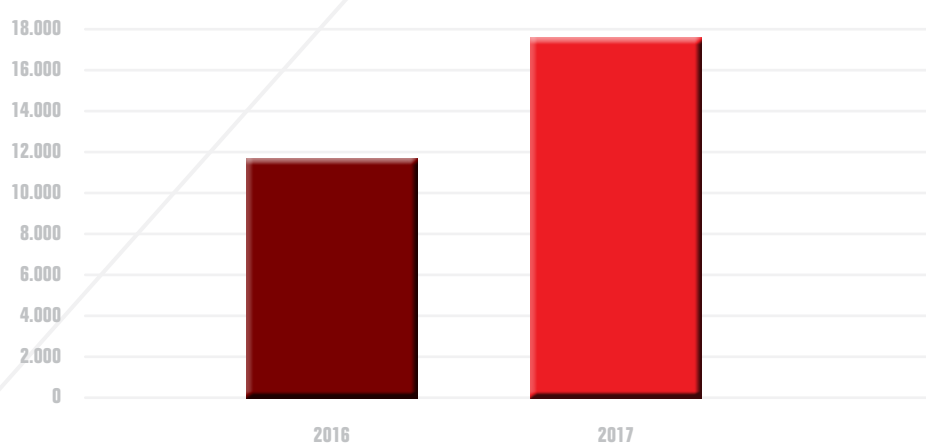
Evolução e Estrutura do Ativo



Capital Próprio

No que se refere ao Capital Próprio, verificou-se em 2017 um aumento de 5,9 milhões de euros relativamente ao ano transato, como ilustra o gráfico seguinte:

Evolução do Capital Próprio



A alteração ocorrida no capital próprio no período de 2017 decorre do resultado líquido positivo do ano nesse mesmo montante.

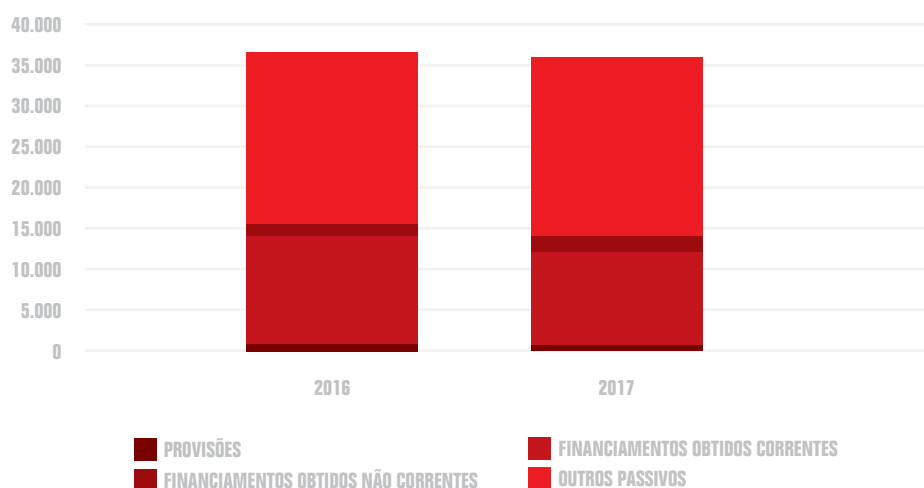


Passivo

Em termos de Passivo total, no final do período de 2017, verificou-se uma diminuição no valor de 0,8 milhões de euros. Esta evolução ficou a dever-se principalmente a:

- À redução dos financiamentos obtidos em 1,4 milhões de euros face ao ano 2016;
- Aumento das restantes rubricas do passivo em 1,6 milhões de euros resultante de:
 - Aumento significativo do imposto sobre rendimento, resultante do incremento do imposto corrente do período, diretamente relacionado com a melhoria do resultado liquido obtido no período de 2017. Contudo, estando a EMEF abrangida pelo RETGS, apenas pagará em 2018 a tributação autónoma e as derramas, sendo o resultado absorvido pelo prejuízo do grupo;
 - Aumento na estimativa de gastos com o mês de férias, subsidio de férias e respetivos encargos, em sequência do descongelamento da progressão de carreiras e do aumento do efetivo face a 31 de dezembro de 2016;
 - Incremento no valor reconhecido em outros acréscimos de gastos relativos a penalidades contratuais. Para este incremento contribuem não só as especializações efetuadas em 2017, mas também valores especializados em 2016 ainda não regularizados.
- Redução dos diferimentos em 1 milhão de euros para a qual contribuiu essencialmente a regularização efetuada no mês de dezembro motivada pela entrega do terceiro CPA 4000 referente ao contrato para a intervenção de meio de vida (R1) dos CPA's.

Evolução e Estrutura do Passivo

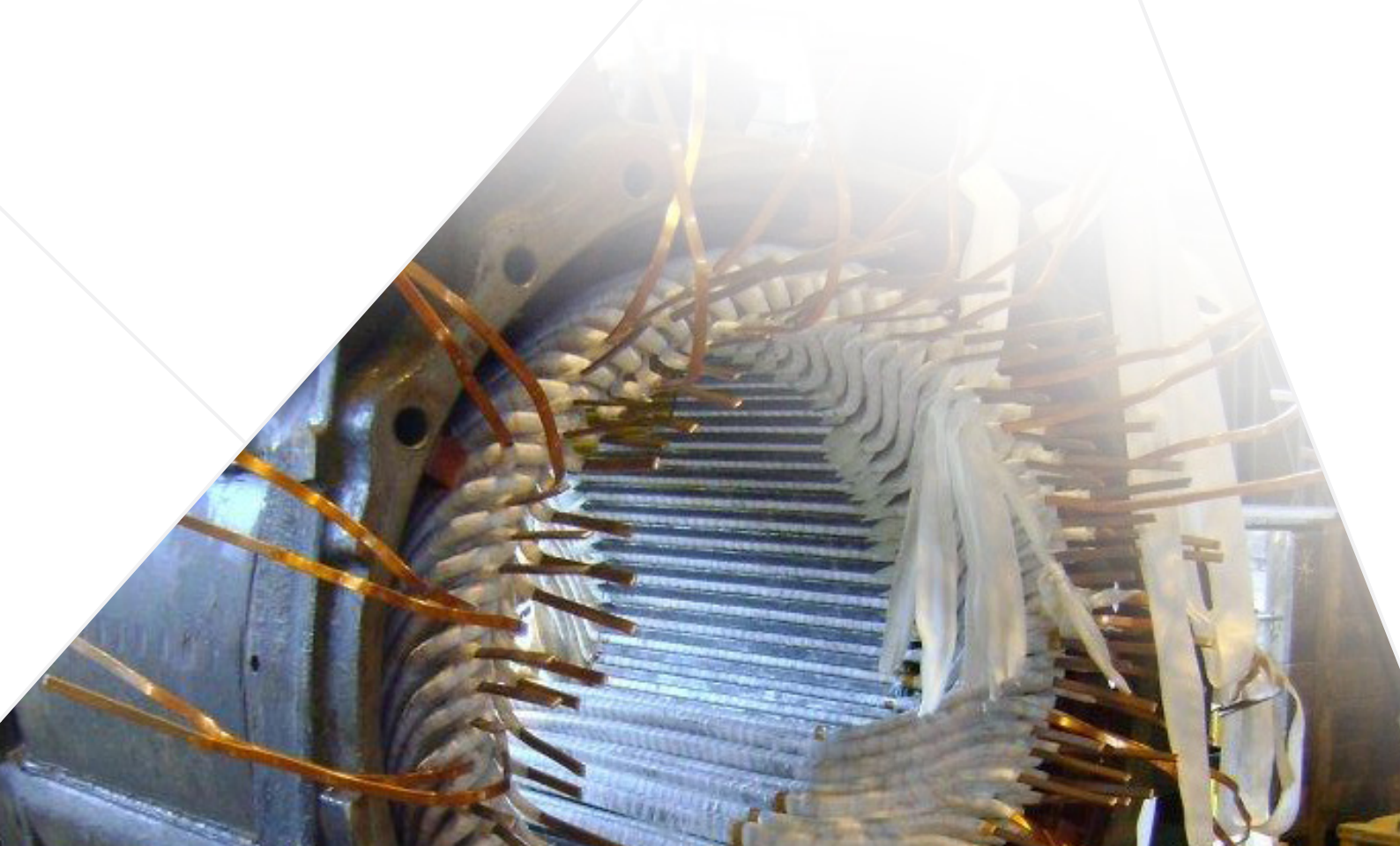
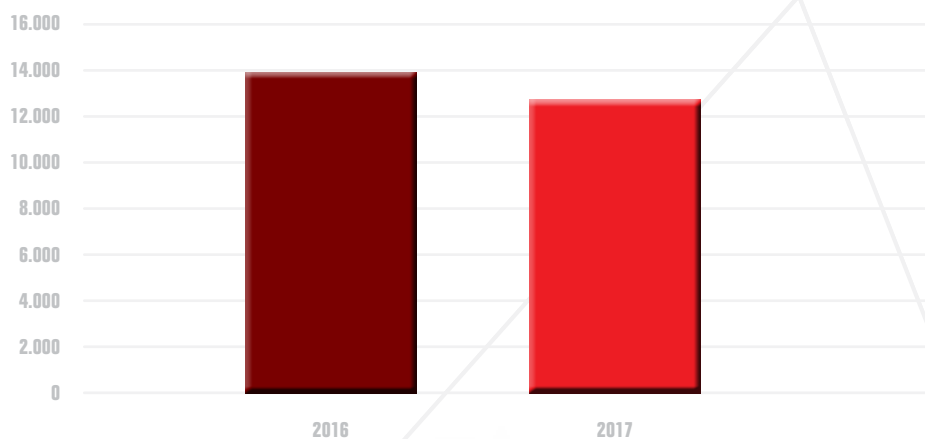




Recursos Financeiros – Evolução da dívida financeira

No final de 2017 verificou-se uma diminuição da dívida financeira total em 1,4 milhões de euros face ao ano 2016, justificado pelo cumprimento dos planos de amortização da dívida de médio e longo prazo.

Evolução da Dívida



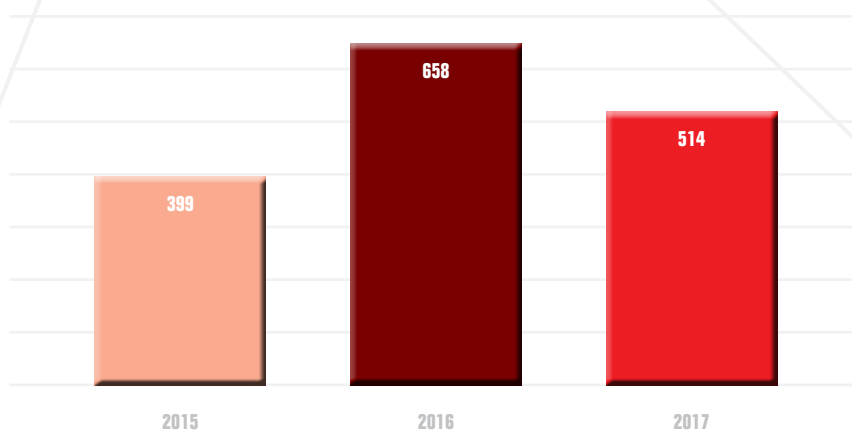


5. INVESTIMENTOS

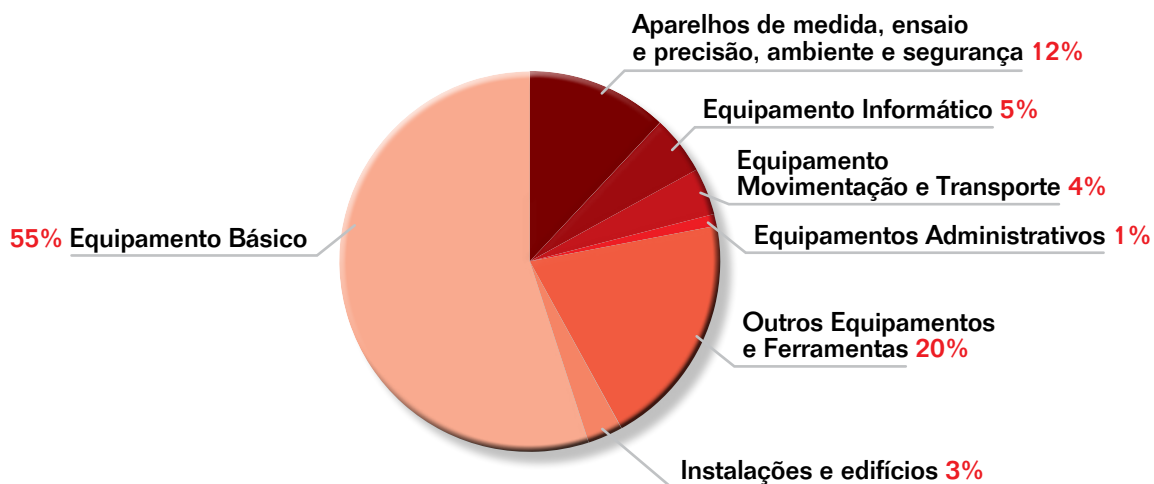
Prosseguindo uma política de contenção nos investimentos, os mesmos confinaram-se aos equipamentos estritamente necessários para a prossecução da atividade da empresa, ascendendo no período de 2017 a cerca de 514 mil euros.

Relativamente ao ano 2016 o investimento sofreu uma redução na ordem dos 24%. Os gráficos abaixo ilustram a evolução dos investimentos desde o ano 2015 e a repartição do montante investido em 2017 por naturezas de bens do ativo da empresa.

Evolução dos Investimentos



Investimentos por Natureza





II. Cumprimento das Orientações Legais

1. OBJETIVOS DE GESTÃO

Objetivos de gestão

Objetivo	Fórmula de cálculo	2017	Meta	Desvio	2016
Perspetiva dos Processos Internos					
Assegurar adequados padrões de disponibilidade	Média, ponderada pelos km percorridos, dos dias de cumprimento da disponibilidade contratada em cada mês, dos parques de material objeto de manutenção contratada [%]	88,3%	≥90%	-1,7%	82,0%
Aumentar a produtividade	Valor Acrescentado Bruto / Efetivo médio de Pessoal [10 ³ €]	36,7	>29,5	7,2	30,4
Perspetiva Financeira					
Aumentar o EBITDA s/ rescisões	Resultados antes de depreciações, gastos de financ ^o e impostos + Provisões + Ajustamentos + Rescisões mútuo acordo [10 ³ €]	9.834	>3.500	6.334	5.711
Manter a proporção dos gastos operacionais	(CMVMC + FSEs + Gastos com pessoal – Rescisões mútuo acordo) / Volume de Negócios [%]	86%	≤94%	8%	93%
Perspetiva dos Clientes					
Aumentar a faturação para clientes	Crescimento da faturação acumulada no ano com IVA face ao ano anterior [%]	11%	10%	1%	6%
Aumentar a concretização de propostas comerciais	Valor adjudicações/valor propostas apresentadas (totalidade dos clientes) [%]	81%	>78%	3%	94%
Perspetiva do Conhecimento					
Aumentar a formação dos colaboradores	Trabalhadores com 35 ou mais horas de formação/efetivo médio de trabalhadores [%]	15%	>12,6%	2%	15%

Foram monitorizados os indicadores globais especificados no quadro acima. As metas foram alcançadas para todos os objetivos, à exceção do indicador da disponibilidade do material circulante, resultante da falta de pessoal operacional e da falta de autorização para contratação que impactou diretamente na capacidade de manutenção dos veículos bem como na reparação de equipamentos.

2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A atividade financeira da EMEF está essencialmente exposta ao risco de acesso ao crédito e ao risco de taxa de juro.

Os meios líquidos disponíveis durante o período provieram da atividade da empresa e do recurso à utilização de linhas de financiamento bancárias de curto prazo.

Gestão do risco financeiro

Anos	2017	2016	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€)	431.587	476.845	707.923	1.244.552	1.664.455
Taxa média anual de financiamento (%)	2,86%	2,88%	3,82%	5,62%	6,83%

3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Passivo Remunerado (€)	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 17/16	
	Valores (€)					Valor	%
Financiamentos obtidos *	14.312.500	15.687.500	16.562.500	18.983.138	23.824.048	-1.375.000	-9%
... dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0	0	0	0%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0	0	0%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	0	0	0%
Endividamento Ajustado	0	0	0	0	0	0	0%

* Inclui Empréstimos acionista.

Estrutura da Dívida Bancária e ao Acionista (milhares de euros)

	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 17/16	
						Valor	%
Empréstimos bancários	1.313	2.188	3.063	4.141	5.214	-875	-40%
Empréstimos acionista	13.000	13.500	13.500	13.500	10.500	-500	-4%
Descobertos Bancários	0	0	0	1.342	8.110	0	0%
Total da Dívida	14.313	15.688	16.563	18.983	23.824	-1.375	-9%



4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS

PMP	2017	2016	Variação 2017/2016	
			Valor	%
Prazo (dias)	59	62	-3	-5%

(euros)

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120	120-240	240-360	> 360*
Aquisição de Bens e Serviços	397.601	168	30.095	29.541	25.498
Aquisição de Capital	0	0	0	0	0
Total	397.601	168	30.095	29.541	25.498

* Os valores indicados na coluna > 360 dias referem-se essencialmente a saldos bloqueados para pagamento por diversos motivos, nomeadamente: aguarda nota de crédito do fornecedor, aguarda resolução de contencioso, etc.

5. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

Não foram efetuadas recomendações pelo acionista.

6. REMUNERAÇÕES

No que respeita à Administração, a mesma não é remunerada pela EMEF, dado que foi eleita ao abrigo do nº 4 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, existindo unicamente gastos decorrentes de deslocações em serviço da EMEF.

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			Nº de Mandatos
			Doc	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2017	Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	Mantiveram as funções para as quais foram nomeados no ano 2015		Não	-	-	1
	Vogal	Nuno Serra de Sanches Osório			Não	-	-	1
2017-2019	Presidente	Sérgio Abrantes Machado	Deliberação Unânime	21/07/2017	Não	-	-	1
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó			Não	-	-	1

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor (€)	
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	514	143	0	-	-	657
Nuno Serra de Sanches Osório	0	0	331	-	-	331
Sérgio Abrantes Machado	203	179	0	Seguros	31	414

Fiscalização Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)	Nº de Mandatos
			Forma	Data		
2017	Presidente	Ana Maria dos Santos Malhó			Não remunerado	4 (3 como Vogal)
	Vogal	Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira	Mantiveram as funções para as quais foram nomeados no ano 2016		Não remunerado	1
	Vogal	Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves			Não remunerado	1
	Suplente	Carla Manuela Serra Geraldês			Não remunerado	5
2017-2019	Presidente	Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira	Deliberação Unânime	21/07/2017	Não remunerado	2 (1 como vogal)
	Vogal	Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves	Deliberação Unânime	21/07/2017	Não remunerado	2
	Vogal	Vitor de Figueiredo Mendes Castanheira	Deliberação Unânime	21/07/2017	Não remunerado	1
	Suplente	José Domingos Figueiredo Afonso Azevedo	Deliberação Unânime	21/07/2017	Não remunerado	1

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
Ana Maria dos Santos Malhó	0	0	0	0
Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira	0	0	0	0
Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves	0	0	0	0
Carla Manuela Serra Geraldês	0	0	0	0
Vitor de Figueiredo Mendes Castanheira	0	0	0	0
José Domingos Figueiredo Afonso Azevedo	0	0	0	0

ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº de Registo na CMVM	Forma	Data		
2017	SROC	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	143	20161455	Deliberação unânime	18/12/2017	1	1

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	5.350	0	0	5.350

Não foram prestados serviços adicionais pela SROC.

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo				Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM					
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, LDA	197	20161495		22/06/2017	2017-2019	4	4

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, LDA	4.400	0	0	4.400

Não foram prestados serviços adicionais pelo auditor externo.



7. ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Não foram utilizados pelos Administradores cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento para realização de despesas ao serviço da empresa. Não foi igualmente efetuado qualquer reembolso aos mesmos de valores que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

Não existem na empresa quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A HOMENS E MULHERES

Foi elaborado relatório no ano de 2016, o qual pode ser consultado no sítio institucional da empresa.

10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

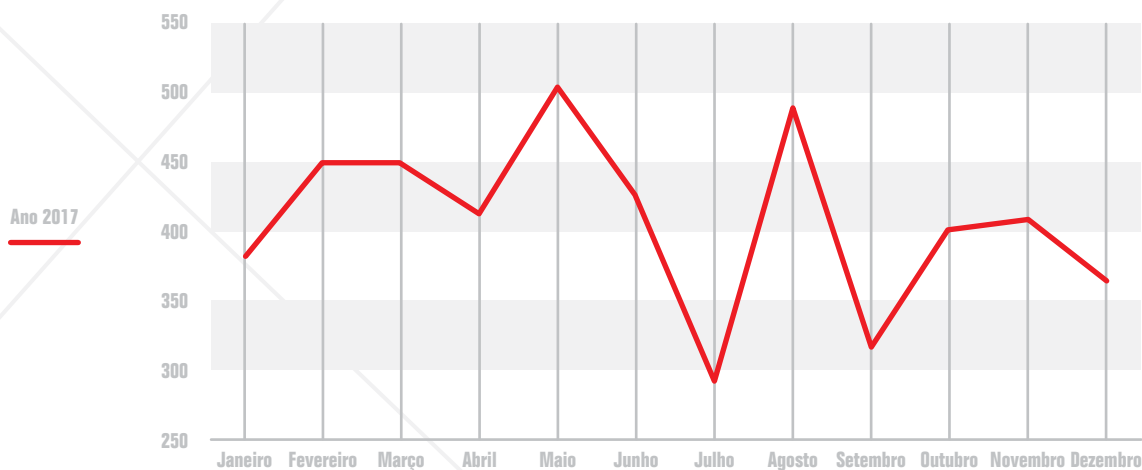
Tendo o respetivo plano sido aprovado em 2010 tem sido dada especial atenção à questão das compras, promovendo a aprovação dos regulamentos que assegurem a gestão dos riscos, nomeadamente de corrupção, associados a esta atividade.

11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Não se praticou qualquer ato ou celebrou qualquer contrato de aquisição de bens, aquisição de serviços ou empreitada de construção civil de valor superior a 5 M€.

Em 2017 foram adjudicados na plataforma eletrónica utilizada pela EMEF (ACINGOV) 4864 procedimentos no valor total de 25.697.563€. Foram adjudicados por outros meios e registados na plataforma eletrónica 75 procedimentos no valor de 2.675.211€.

Contabilização do número de procedimentos adjudicados mensalmente





12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A EMEF é entidade voluntária aderente do Sistema Nacional de Compras Públicas desde 2009. Tendo em conta os acordos-quadro disponíveis, a empresa analisa caso a caso se a utilização desses acordos lhe é vantajosa relativamente aos valores contratuais conseguidos diretamente bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.

13. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

No estrito cumprimento das relevantes instruções para fins do Plano de Redução de Custos, continuaram a aplicar-se as medidas previstas para o efeito, mormente as constantes no Orçamento de Estado de 2017, salientando-se as seguintes:

1. No respeitante à aquisição de serviços:

a). Continuaram a ser cumpridas as instruções que impõem a justificação económica e a de ausência de soluções internas para contratos de aquisição de serviços;

b). Foram sempre tidas em conta as normas previstas no Orçamento de Estado e Decreto de Execução Orçamental, com vista ao controlo da despesa com contratos de prestação de serviços, celebrados ou renovados em 2017, com idêntico objeto de outros celebrados nos anos transatos e, bem assim, a contratos com objeto e/ou contraparte diferentes.

2. A estrutura remuneratória dos membros do Conselho de Administração e dos trabalhadores não inclui qualquer parcela respeitante a prémios de gestão ou prémios de desempenho pelo que, naturalmente, a empresa não incorreu em qualquer custo desta natureza.





Plano de Redução de Custos

PRC	2017	2016	2015	Variação 2017/2016	
				Absoluta	%
0) EBITDA (m€) *	9.445	5.374	3.138	4.071	76%
(1) CMVMC (m€)	20.139	17.827	16.396	2.311	13%
(2) FSE (m€)	14.970	15.530	13.718	-559	-4%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii) (m€)	25.601	24.854	25.043	748	3%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão (m€)	389	337	210	52	15%
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias (m€)	496	305	61	191	63%
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017 (m€)	568	-	-	568	-
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	60.710	58.211	55.158	2.500	4%
(5) Volume de Negócios (m€)	72.071	63.045	58.562	9.026	14%
(6) Peso dos Gastos no VN (4)/(5) (%)	84%	92%	94%	-0,08%	-9%
(i) Gastos com Comunicações (FSE) (m€)	82	90	107	-8	-9%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE) (m€)	23	37	19	-14	-37%
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal) (m€)	37	34	25	3	9%
(iv) Gastos com as viaturas	305	274	281	31	11%
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	447	435	432	12	3%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	1.036	1.048	979	-12	-1%
N.º Órgãos Sociais (OS)	0	0	0	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	150	150	151	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	886	898	828	-12	-1%
N.º Trabalhadores/N.º CD	591%	599%	548%	-0,08	-1%
Número de viaturas	58	56	57	2	4%

* Inclui rescisões por mútuo acordo e perdas por imparidade e exclui provisões.



14. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DE ESTADO

Dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, a EMEF requereu à DGTF, que lhe fosse aplicado um regime de exceção, dispensando-a do cumprimento do referido princípio.

Tal situação decorre do facto de a EMEF operar em mercado concorrencial, de necessitar de se financiar – maioritariamente financiamento de curto-prazo – e, de necessitar de apresentar garantias no âmbito de concursos públicos, produtos não disponibilizados pelo IGCP e, cuja contratação a preços competitivos, está dependente da movimentação de contas junto da Banca Comercial.

Não obstante, durante o exercício de 2017, a EMEF manteve a política de centralização de disponibilidades junto do IGCP, visando o cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria. Concretamente:

- Centralizou no IGCP os recebimentos dos seus maiores clientes;
- Manteve, através do IGCP, relações com entidades públicas, maioritariamente pagamentos;
- Manteve na conta do IGCP, ainda que não aplicados, os valores disponíveis.

Em resposta ao pedido de isenção submetido para 2017 o IGCP, através dos seus Ofícios n.º SGC-18051 e n.º SGC-19342, de 22 de novembro de 2017 e 19 de dezembro de 2017, respetivamente, concedeu à EMEF exceção ao cumprimento do princípio, no que respeita a operações de financiamento, como os empréstimos bancários, os contratos de confirming e afins e a emissão de garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados.

As disponibilidades mantidas fora do Tesouro são as que se apresentam no quadro abaixo. No exercício de 2017 não foram realizadas aplicações financeiras pela EMEF, pelo que inexistem rendimentos com elas relacionados.

Banca Comercial*	1º Trim €	2º Trim €	3º Trim €	4º Trim €
Novo Banco, S.A.	53.848	53.815	53.782	53.749
Banco BPI, S.A.	289.318	224.346	200.236	100.381
Banco Comercial Português, S.A.	48.657	64.889	67.634	23.613
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	41.579	36.584	30.994	26.838
Caixa Económica Montepio Geral	0	20.000	20.000	20.000
CCAM Costa Verde C.R.L.	82	0	0	0
Banco Popular Portugal, S.A.	0	0	12.200	12.200
Total	433.485	399.634	384.845	236.779
Juros Auferidos	0	0	0	0

* Saldos Bancários.



15. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Não existiram quaisquer auditorias à empresa conduzidas pelo Tribunal de Contas.

16. INFORMAÇÃO DIVULGADA NO SITE DO SEE

O site do SEE não discrimina a EMEF, pese embora sejam elaboradas as informações previstas no Despacho nº 14277/2008 de 14 de maio, e inseridas todas as informações solicitadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças na aplicação SIRIEF.

É disponibilizada, no entanto, no próprio sítio da EMEF, a maioria da informação que está prevista constar no sítio do SEE.

17. SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais

	Cumprimento	Quantificação	Justificação
	S/N/N.A.		
Objetivos de Gestão / Planos de Atividades e Orçamento:			
Disponibilidade	N	88%	
Produtividade (10 ³ €)	S	36,7	
EBITDA s/rescisões (10 ³ €)	S	9.834	
Proporção dos Gastos Operacionais	S	86%	
Faturação	S	11%	
Concretização de propostas comerciais	S	81%	
Formação dos Colaboradores	S	15,1%	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.		
Gestão do Risco Financeiro	S	2,86%	
Limites de Crescimento do Endividamento	S	-1.375.000€/ -9%	
Evolução do PMP a fornecedores	N	-3 dias face a 2016/ -5%	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N	482.903€	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:	N.A.		
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	N.A.		
CA – reduções remuneratórias vigentes em 2017	N.A.		
Fiscalização (CF/ROC/FU) – reduções remuneratórias vigentes em 2017	N.A.		
Auditor Externo – redução remuneratória vigente em 2017	N.A.		
Restantes trabalhadores – proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2017 pelo artigo 19.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro,	S	Não existiram	

Cumprimento das Orientações legais (continuação)

	Cumprimento	Quantificação	Justificação
	S/N/N.A.		
EPG – artigo 32º e 33º do EPG			
Não utilização de cartões de crédito	S		Não são utilizados cartões de crédito
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Não foram realizadas despesas
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	N.A.		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	N.A.		
Despesas não documentadas ou confidenciais – n.º 2 do artigo 16º do RISPE e artigo 11º do EPG			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		
Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres – n.º 2 da RCM n.º18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens	S		
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	N		
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	N.A.		
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
Auditoria do Tribunal de Contas	N.A.		
Parque Automóvel			
Nº de Viaturas	S	58	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	N	96%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N	236.779€	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.	0€	



III. Factos relevantes após o termo do período

Em 29 de janeiro de 2018, o Tribunal de Contas recusou o visto prévio à prorrogação dos contratos de manutenção de algumas das séries de material circulante para o primeiro trimestre de 2018 (Acórdão n. °8/2018 1.ºS/SS), alegando a necessidade de ser cumprido o 'regime regra da contratação pública, com adoção de procedimentos concursais abertos, em obediência ao princípio da concorrência'. A CP recorreu desta decisão em 16 de fevereiro de 2018, aguardando-se o parecer final do Plenário sobre o referido recurso.

IV. Proposta de aplicação dos resultados

Nos termos da lei e dos estatutos, propõe-se que os resultados líquidos do período de 2017, de 5.920.901,56€ (cinco milhões, novecentos e vinte mil, novecentos e um euros e cinquenta e seis cêntimos), sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

Lisboa, 12 de março de 2018

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Sérgio Abrantes Machado

Vogal: Dra. Ana Maria dos Santos Malhó

CONHECIMENTO
NO LUGAR CERTO



EMPRESA
DE MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTO
FERROVIÁRIO S.A.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS



Demonstrações Financeiras

BALANÇO

EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
Balança em 31 de dezembro de 2017

	Notas	2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	5.539.660	5.906.661
Ativos intangíveis	8	189.105	258.607
Participações financeiras – método de equivalência patrimonial	9	789.258	598.716
Outros investimentos financeiros	10	12.423	3.760
Total do ativo não corrente		6.530.446	6.767.743
Ativo corrente			
Inventários	11	24.300.639	23.559.860
Clientes	12	11.796.026	7.536.272
Outros créditos a receber	14	6.359.831	6.754.035
Diferimentos	15	497.429	491.178
Caixa e depósitos bancários	5	5.680.872	4.920.577
Total do ativo corrente		48.634.797	43.261.922
Total do ativo		55.165.243	50.029.665
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	8.100.00	8.100.000
Outros instrumentos de capital próprio	17	10.316.222	10.316.222
Reservas legais	18	95.506	95.506
Outras reservas	19	617.458	617.458
Resultados transitados	20	(7.749.264)	(11.249.191)
Resultado líquido		5.920.902	3.499.927
Total do capital próprio		17.300.824	11.379.923
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	21	791.861	772.047
Financiamentos obtidos	22	12.187.500	14.312.500
Total do passivo não corrente		12.979.361	15.084.547
Passivo corrente			
Fornecedores	24	6.979.755	7.048.022
Estado e outros entes públicos	13	4.864.426	3.472.715
Financiamentos obtidos	22	2.125.000	1.375.000
Outras Dívidas a Pagar	23	5.871.982	5.619.562
Diferimentos	15	5.043.895	6.049.897
Total do passivo corrente		24.885.058	23.565.195
Total do passivo		37.864.419	38.649.743
Total do capital próprio e passivo		55.165.243	50.029.665



O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Sérgio Abrantes Machado

Vogal: Dra. Ana Maria dos Santos Malhó

Diretora Financeira: Dra. Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

Contabilista Certificado: Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA
Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2017
Período findo em 31 de dezembro de 2017

	Notas	2017	2016
Rendimentos e gastos			
Vendas e serviços prestados	25	72.071.002	63.044.806
Subsídios à exploração	26	2.073	–
Ganhos/per imputados subs, ass e emprconj.	27	627.865	426.394
Variação nos inventários da produção	28	(32.745)	(35.661)
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	29	(20.138.665)	(17.827.250)
Fornecimentos e serviços externos	30	(14.970.494)	(15.529.870)
Gastos com o pessoal	31	(27.053.205)	(25.495.239)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	11	(775.990)	(59.398)
Imparidade de dívidas a rec (perdas/reversões)	12 e 14	(1.019.811)	(33.514)
Provisões (aumentos/reduções)	21	(19.813)	30.247
Outros rendimentos	32	2.320.011	2.730.503
Outros gastos	33	(1.584.590)	(1.846.790)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.425.637	5.404.228
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	34	(973.800)	(1.020.879)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8.451.837	4.383.350
Juros e gastos similares suportados	35	(431.587)	(476.845)
Resultado antes de imposto		8.020.250	3.906.504
Imposto sobre o rendimento do período	36	(2.099.349)	(406.577)
Resultado líquido do período		5.920.902	3.499.927

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Sérgio Abrantes Machado **Diretora Financeira:** Dra. Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

Vogal: Dra. Ana Maria dos Santos Malhó **Contabilista Certificado:** Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

MAPA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 2017

EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no período 2017

Descrição	Notas			
		Capital subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio
Posição no início do período 2017	1	8.100.000	–	10.316.222
Alterações no período				
Primeira adoção de novo referencial contabilístico				
Alterações de políticas contabilísticas				
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras				
Realização do excedentes de revalorização				
Excedentes de revalorização				
Ajustamentos por impostos diferidos				
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	20			
Total das alterações no período	2	–	–	–
Resultado líquido do período	3	–	–	–
Resultado integral	4=2+3	–	–	–
Operações com detentores de capital no período				
Subscrição de capital				
Subscrição de prémios de emissão				
Distribuições				
Entradas para cobertura de perdas				
Outras operações				
Total das operações com detentores de capital no período	5	–	–	–
Posição no final do período 2017	6=1+2+3+5	8.100.000	–	10.316.222



Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe

	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesse que não controlam	Total do Capital Próprio
	-	95.506	617.458	(11.249.191)			3.499.927	11.379.923	-	11.379.923
				3.499.927			(3.499.927)	-	-	-
	-	-	-	3.499.927	-	-	(3.499.927)	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	5.920.902	5.920.902		5.920.902
	-	-	-	3.499.927	-	-	2.420.975	5.920.902	-	5.920.902
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	95.506	617.458	(7.749.264)	-	-	5.920.902	17.300.824	-	17.300.824

MAPA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 2016

EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no período 2016

Descrição	Notas			
		Capital subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio
Posição no início do período 2016	1	8.100.000	–	10.316.222
Alterações no período				
Primeira adoção de novo referencial contabilístico				
Alterações de políticas contabilísticas				
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras				
Realização do excedentes de revalorização				
Excedentes de revalorização				
Ajustamentos por impostos diferidos				
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	20			
Total das alterações no período	2	–	–	–
Resultado líquido do período	3	–	–	–
Resultado integral	4=2+3	–	–	–
Operações com detentores de capital no período				
Subscrição de capital				
Subscrição de prémios de emissão				
Distribuições				
Entradas para cobertura de perdas				
Outras operações				
Total das operações com detentores de capital no período	5	–	–	–
Posição no final do período 2016	6=1+2+3+5	8.100.000	–	10.316.222



Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe

	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesse que não controlam	Total do Capital Próprio
		95.506	617.458	(12.627.242)			1.378.050	7.879.995	-	7.879.995
				1.378.050			(1.378.050)	-	-	-
	-	-	-	1.378.050	-	-	(1.378.050)	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	3.499.927	3.499.927	-	3.499.927
	-	-	-	-	-	-	2.121.877	3.499.927	-	3.499.927
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	95.506	617.458	(11.249.191)	-	-	3.499.927	11.379.923	-	11.379.923

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração de Fluxos de Caixa

	31-12-2017	31-12-2016
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	83.463.508	79.759.551
Pagamentos a fornecedores	(45.066.262)	(46.575.658)
Pagamentos ao pessoal	(25.531.201)	(24.247.397)
Caixa gerada pelas operações	12.866.045	8.936.497
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(147.695)	(19.103)
Outros recebimentos/pagamentos	(9.840.932)	(8.191.028)
	(9.988.626)	(8.210.131)
Fluxos das atividades operacionais [1]	2.877.419	726.366
Atividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Dividendos	434.953	351.098
	434.953	351.098
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(451.360)	(452.872)
Ativos intangíveis	(295.004)	(47.724)
	(746.364)	(500.596)
Fluxos das atividades de investimento [2]	(311.412)	(149.498)
Atividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	994.740	3.372.477
	994.740	3.372.477
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(2.369.740)	(4.247.477)
Juros e gastos similares	(430.852)	(600.036)
	(2.800.591)	(4.847.513)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(1.805.852)	(1.475.036)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	760.156	(898.168)
Efeitos das diferenças de câmbio	139	2.907
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.920.577	5.815.839
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.680.872	4.920.577



Notas às Demonstrações Financeiras

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A., adiante designada por EMEF, é uma sociedade anónima com sede social na Rua D. Afonso Henriques, 2330-519 Entroncamento, constituída em dezembro de 1992, tendo iniciado a sua atividade em 30 de janeiro de 1993.

A EMEF possui vários estabelecimentos de produção dispersos pelas zonas norte, centro e sul do território nacional, e tem como atividade principal o fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários.

Em 31 de dezembro de 2017 a EMEF possui as seguintes participações financeiras:

- a) EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, ACE, tendo como objeto social a sinergia e otimização das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas elétricas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal E.P.E. A EMEF tem uma participação no Agrupamento de 51 %;
- b) Nomad Tech Lda, na qual detém uma participação de 35% e cujo objeto social é a prestação de serviços de engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes e desenvolvimento de soluções informáticas, tendo iniciado a sua atividade em 11 de novembro de 2013.

A EMEF é detida pela CP – Comboios de Portugal, E.P.E., com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa. A EMEF integra o Grupo CP. A CP apresenta as suas Demonstrações Financeiras consolidadas, que expressam a posição financeira e os resultados das operações do Grupo. As Demonstrações Financeiras consolidadas poderão ser consultadas nas instalações da empresa mãe e no seu site institucional.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da EMEF foram preparadas de acordo com o preconizado no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), adotado pela primeira vez na Empresa em 2010, e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 14 de julho;
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 16 de julho (Estrutura Conceptual);



- Aviso n.º 8256/2015, de 16 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro – NCRF);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações da Empresa e a sua posição financeira, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Todos os valores estão expressos em euros (€).

As referidas demonstrações foram elaboradas no pressuposto da continuidade de operações da EMEF e do regime do acréscimo, e em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A Empresa não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, ao abrigo da alínea a) do número 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei 158/2009, de 14 de julho.

2.2. Derrogações das disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que deva ser transmitida aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Conteúdos das demonstrações financeiras não comparáveis com o período anterior

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem de forma material a comparação de valores entre os exercícios.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A empresa efetuou a transição para as NCRF em 1 de janeiro de 2009, e essas demonstrações financeiras foram divulgadas pela primeira vez no Relatório e Contas de 2010, com os valores comparativos já convertidos para NCRF.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

4.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e com as NCRF. Tal situação requer que o Órgão de Gestão da EMEF formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, dos passivos, dos rendimentos e dos gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados relevantes de acordo com cada circunstância particular constituindo a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.



As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas.

4.2. Outras Políticas contabilísticas relevantes

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas nos pontos que se seguem e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

a. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, os direitos de importação, os impostos de compra não reembolsáveis e são deduzidos dos descontos e abatimentos.

Incluem ainda gastos diretamente atribuíveis ao ativo para o colocar na localização pretendida e em condições de desempenhar as funções para as quais foi adquirido ou produzido, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os gastos com a manutenção e a reparação, que não aumentem a vida útil destes ativos, são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que originem benefícios económicos futuros para a EMEF.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, segundo o método das quotas constantes por duodécimos com base em taxas que correspondem à vida útil esperada para cada tipo de bem. Os períodos de vida útil esperada para cada classe do ativo situam-se nos intervalos abaixo indicados:

Designação	Número de anos
Edifícios e outras construções	2 a 20
Equipamento básico	1 a 16
Equipamento de transporte	1 a 11
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 14

Os terrenos não são objeto de depreciação.



b. Ativos intangíveis

A EMEF reconhece um ativo intangível sempre que exerça controlo sobre o mesmo, o bem seja identificável, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Ativos intangíveis com vida útil finita

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os gastos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes gastos são amortizados pelo método das quotas constantes por duodécimos ao longo da sua vida útil esperada.

Os gastos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

As vidas úteis esperadas dos ativos intangíveis são as seguintes:

Designação	Número de anos
Programas de computador	1 a 3

c. Locações

A EMEF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Classificam-se como operações de locação financeira as operações em que a locadora transfere para o locatário todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Os pagamentos efetuados pela EMEF à luz dos contratos de locação operacional são registados como gasto do período a que dizem respeito.

d. Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido proporcionalmente à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.



Com a aplicação deste método, as demonstrações financeiras incluem o interesse da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos das subsidiárias, das associadas e das entidades conjuntamente controladas, desde a data em que a influência significativa começa, até à data em que efetivamente termina.

As perdas apenas são reconhecidas até ao limite do interesse detido em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos, conforme aplicável. As perdas adicionais deverão ser tidas em conta, mediante reconhecimento de um passivo, somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em associadas presumem a existência de influência significativa, isto é, o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada, mas não exercer controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

Imparidade

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.



e. Inventários

Os critérios de reconhecimento e mensuração de inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) são os abaixo descritos:

Reconhecimento e mensuração

As **matérias-primas, subsidiárias e de consumo** encontram-se mensuradas ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

Os **produtos e trabalhos em curso** encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

Os **produtos acabados** transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão, encontram-se valorizados aos custos de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

Perdas por imparidade de inventários

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Os critérios adotados na determinação das perdas por imparidade têm por base a duração de cada contrato específico de prestação de serviços e as perspetivas de consumo/rotação dos mesmos. Tais critérios encontram-se sistematizados na Nota 11.

Quando as circunstâncias que motivaram o ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver uma alteração no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida/reforçada.

f. Clientes e Contas a receber

As contas a receber encontram-se registadas pelo seu valor nominal, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas, por contrapartida de gastos, com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos valores a receber de terceiros na data do balanço. A imparidade registada é revertida por contrapartida de rendimentos do período, caso se verifique uma redução da perda estimada. Para o seu cálculo é utilizado o critério fiscal da mora.

Usualmente, as dívidas de terceiros decorrentes da atividade operacional não vencem juros.



g. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e os investimentos financeiros de curto prazo, de liquidez elevada, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco residual de alterações de valor.

h. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados do período.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação e relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registradas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

i. Capitalização de gastos com financiamentos obtidos

Os gastos com financiamentos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem, não sendo capitalizados, mesmo que diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

j. Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A EMEF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado;
- Seja provável que, para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos;
- O montante da obrigação possa ser fielmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

k. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controle; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.



Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

I. Regime de Acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas rubricas de diferimentos ativos ou passivos, conforme sejam valores a receber ou a pagar.

No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração de resultados os valores respeitantes aos gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido e respeitem ao período em causa.

Contratos de Construção

O rédito dos contratos cujo desfecho possa ser fiavelmente estimado é reconhecido de acordo com o método da percentagem de acabamento, segundo o qual o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, o que se traduz no reconhecimento de rédito, gastos e lucros, atribuíveis na medida do trabalho concluído.

Nos casos em que o desfecho não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os custos dos contratos incorridos sejam recuperáveis.

m. Reconhecimento do Rédito

Os réditos são registados no período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Venda de bens

O rédito proveniente da venda de bens só é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as seguintes condições:

- A EMEF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A EMEF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;



- A quantia do rédito ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer referentes à transação sejam fiavelmente mensurados.

Prestação de serviços

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com base na fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho da transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado, quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada;
- Os gastos incorridos com a transação ou a incorrer para a conclusão do mesmo sejam fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho de uma transação não possa ser fiavelmente estimado e não seja provável que os gastos incorridos sejam recuperados, o rédito não é reconhecido.

Para o reconhecimento e mensuração do rédito das prestações de serviços de manutenção e reparação, é adotado o método da percentagem de acabamento nas situações em que o desfecho da transação seja fiavelmente estimado, em conformidade com as condições acima referidas. Nas situações em que as condições para considerar o desfecho da transação como fiavelmente estimado não são cumulativamente satisfeitas, a Empresa procede apenas ao reconhecimento dos gastos incorridos, não reconhecendo qualquer rédito, por não ser provável que aqueles gastos sejam recuperados, em conformidade com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

Para determinação da fase de acabamento dos contratos à data do balanço, importa aferir o trabalho executado utilizando o método mais adequado à natureza dos contratos, designadamente:

- Proporção dos custos incorridos relativamente aos custos estimados totais;
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

Sempre que, face aos custos incorridos e a incorrer no âmbito dos contratos, seja previsível que o somatório destes exceda o total dos réditos reconhecidos e a reconhecer, é reconhecida uma perda nos resultados do período em que ela seja constatada, a título de provisão.



n. Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos financiamentos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

o. Instrumentos financeiros

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, nos termos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os gastos iniciais não incluem os gastos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Imparidade

A cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

p. Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras, encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

A este propósito, as principais estimativas utilizadas nas demonstrações financeiras estão descritas na Nota 4.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas.

q. Subsídios à exploração

Os subsídios do Estado são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.



r. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

s. Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 42.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do fecho são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

4.3. Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Continua a decorrer a investigação da Comissão Europeia ao Estado Português por alegados auxílios de Estado à EMEF, desencadeada no seguimento de uma queixa apresentada por um terceiro. O processo de investigação aprofundada iniciou-se formalmente no dia 2 de junho de 2016. Até ao momento, a Comissão não adotou qualquer decisão final, continuando a EMEF a colaborar com o Estado Português na demonstração da inexistência de auxílios de Estado que, sustentadamente, considera não ter recebido.

A mitigação do impacto do fim dos contratos com a Medway será perseguida pela celebração de veículo empresarial, superiormente sancionada, com recuperação de valores de ativos e nível de empregabilidade adequado.

A clarificação sobre a relação 'in-house' entre a CP e a EMEF deverá ser resolvida no decurso do ano de 2018, na sequência do projeto de ajustamento do modelo empresarial da EMEF, por intermédio de celebração de ACE, aprovado pelo acionista CP e entregue no Tribunal de Contas em 16 de fevereiro de 2018.



4.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são expostos nesta Nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EMEF são continuamente avaliadas, representando a cada data de relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias atuais, acreditamos serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas e julgamentos pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados.

Em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, pelo que os resultados poderiam ser diferentes, caso um outro tratamento tivesse sido escolhido.

Considera-se que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Provisões

As provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Recuperabilidade de saldos de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos de clientes e outros devedores são determinadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de que os ativos se encontram em imparidade, como sejam indícios de que o devedor irá entrar em incumprimento e outros fatores considerados relevantes. São também consideradas outras circunstâncias e factos que possam alterar a probabilidade de recebimento dos saldos das contas a receber tais como, a conjuntura económica. Este processo de avaliação pode conduzir a alterações no montante estimado para perdas de imparidade suficientes para mitigar o risco de incumprimento de clientes e outros devedores. Tais alterações são refletidas nos resultados do período. Para o cálculo é utilizado o critério fiscal da mora.

Reconhecimento do rédito

No reconhecimento do rédito a EMEF afere se se encontram satisfeitas as condições que lhe permitam aplicar o método de percentagem de acabamento. Este método aplicado à prestação de serviços tem em consideração os gastos totais estimados, para cada obra/serviço (montante que é apurado pela área operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada da Empresa em trabalhos similares), bem como o preço de venda do serviço acordado com o cliente.



Caso existam indicadores que evidenciem a probabilidade dos gastos incorridos não virem a ser recuperados, o rébito não é reconhecido.

Perdas por imparidade – inventários

Os pressupostos/critérios assumidos nesta matéria, encontram-se apresentados na Nota 11– Inventários.

5. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A EMEF classifica os juros pagos como atividades de financiamento, os dividendos recebidos como atividades de investimento e os juros recebidos como atividade operacional.

A 31 de dezembro de 2017, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso. A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	31-12-2017	31-12-2016
Caixa		
Serviços Centrais	500	500
Parq. Ofici. Norte	500	500
Parq. Ofici. Entroncamento	500	500
Parq. Ofici. Sul	500	500
	2.000	2.000
Depósitos à Ordem		
Novo Banco	53.749	53.992
Banco BPI, SA	73.328	344.954
Banco Comercial Português	21.297	122.472
BCP – Parq. Ofici. Entroncamento	355	748
BCP – Parq. Ofici. Norte	–	511
Caixa Geral de Depósitos	26.838	45.910
Montepio Geral	20.000	–
Crédito Agrícola	–	205
Banco Popular	12.200	–
IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	5.471.107	4.349.785
	5.678.872	4.918.577
Caixa e seus equivalentes	5.680.872	4.920.577

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E REEXPRESSÕES EFETUADAS

Durante o período em análise a EMEF não efetuou qualquer alteração nas políticas e estimativas contabilísticas nem fez a reexpressão retrospectiva de qualquer valor nas suas demonstrações financeiras.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	1.592.530	1.592.530
Edifícios e outras construções	6.656.545	6.641.606
Equipamento básico	15.108.351	14.917.501
Equipamento de transporte	1.627.156	1.608.711
Equipamento administrativo	2.288.643	2.267.393
Outros ativos fixos tangíveis	2.797.376	2.633.933
	30.070.602	29.661.674
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	882.830	1.010.238
Anulações do Período	(79.619)	(69.334)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	23.755.621	22.814.716
	24.558.832	23.755.621
Investimentos em Curso		
Ativo Fixo Tangível em Curso	5.032	608
Adiantamento por Conta Ativo Fixo Tangível	22.859	-
	27.891	608
Valor líquido contabilístico	5.539.660	5.906.661



Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2017, são detalhados no quadro seguinte:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações /Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras alterações	Saldo final
Valor Bruto:									
Terrenos e recursos naturais	1.592.530	-	-	-	-	-	-	-	1.592.530
Edifícios e outras construções	6.641.606	14.939	-	-	-	-	-	-	6.656.545
Equipamento básico	14.917.501	254.677	-	-	-	(69.174)	5.347	-	15.108.351
Equipamento de transporte	1.608.711	18.446	-	-	-	-	-	-	1.627.156
Equipamento administrativo	2.267.393	25.185	-	-	-	(3.935)	-	-	2.288.643
Outros ativos fixos tangíveis	2.633.933	147.809	-	-	-	(6.510)	22.144	-	2.797.376
Outros AFT – Ferramentas e Utensílios	1.885.307	108.594	-	-	-	(6.510)	22.144	-	2.009.535
Outros AFT – Taras e Vasilhame	17.383	7.461	-	-	-	-	-	-	24.844
Outros AFT – Outros Ativos Fixos Tangíveis	731.243	31.755	-	-	-	-	-	-	762.997
Investimentos em Curso – Ativo Fixo em curso	608	31.915	-	-	-	-	(27.491)	-	5.032
Adiantamentos por conta de investimentos	-	22.859	-	-	-	-	-	-	22.859
	29.662.282	515.830	-	-	-	(79.619)	-	-	30.098.492
Depreciação acumulada e imparidade									
Edifícios e outras construções	3.598.712	340.523	-	-	-	-	-	-	3.939.235
Equipamento básico	13.805.971	395.577	-	-	-	(69.174)	-	-	14.132.374
Equipamento de transporte	1.582.023	13.282	-	-	-	-	-	-	1.595.305
Equipamento administrativo	2.187.582	68.039	-	-	-	(3.935)	-	-	2.251.686
Outros ativos fixos tangíveis	2.581.333	65.409	-	-	-	(6.510)	-	-	2.640.232
Outros AFT – Ferramentas e Utensílios	1.862.983	49.658	-	-	-	(6.510)	-	-	1.906.131
Outros AFT – Taras e Vasilhame	17.383	2.281	-	-	-	-	-	-	19.664
Outros AFT – Outros Ativos Fixos Tangíveis	700.968	13.470	-	-	-	-	-	-	714.437
	23.755.621	882.830	-	-	-	(79.619)	-	-	24.558.832
Total	5.906.661								5.539.660

No período em análise prosseguiu-se há semelhança de anos anteriores, com a política de contenção na aquisição de ativos fixos tangíveis, cifrando-se esta no montante de 515.830 euros.

O valor mais significativo verificou-se na rubrica de Equipamento Básico, nomeadamente com a aquisição de três pontes rolantes, duas para a UMER – Unidade de Mercadorias e outra para o POS – Parque Oficial Sul – Oficina de Campolide.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Programas de Computador	1.426.577	1.417.380
Investimentos em Curso	12.270	–
	1.438.847	1.417.380
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	90.969	10.640
Reversões do Período		–
Amortização acumulada de períodos anteriores	1.158.773	1.148.133
	1.249.742	1.158.773
Valor líquido contabilístico	189.105	258.607

O valor bruto desta rubrica sofreu apenas um ligeiro aumento face ao período homólogo resultante da aquisição de um software para gestão e instalação remota de programas em computadores.

O aumento das amortizações face ao período anterior ficou a dever-se às aquisições ocorridas no final do ano de 2016.

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações /Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras alterações	Saldo final
Valor Bruto:									
Programas de Computador	1.417.380	9.197	–	–	–	–	–	–	1.426.577
Investimentos em Curso	–	12.270	–	–	–	–	–	–	12.270
	1.417.380	21.467	–	–	–	–	–	–	1.438.847
Depreciação acumulada e imparidade									
Programas de Computador	1.158.773	90.969	–	–	–	–	–	–	1.249.742
	1.158.773	90.969	–	–	–	–	–	–	1.249.742
Total	258.607								189.105



9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	31-12-2017			31-12-2016		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
EMEF/Siemens Ace	455.239	–	455.239	437.323	–	437.323
Nomad Tech Lda	334.019	–	334.019	161.392	–	161.392
	789.258	–	789.258	598.716	–	598.716

O movimento das participações financeiras reconhecidas pela aplicação do método equivalência patrimonial, é evidenciado como se segue:

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Final
Valor Bruto:						
EMEF/Siemens Ace	437.323	–	–	455.239	(437.323)	455.239
Nomad Tech Lda	161.392	–	–	172.627	–	334.019
	598.716	–	–	627.865	(437.323)	789.258

No agrupamento complementar de empresas EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, participam a EMEF, SA e a SIEMENS, com 51% e 49% respetivamente. No período de 2017, o ACE obteve o resultado líquido de 892.625 euros, tendo a EMEF registado nas suas contas pelo método de equivalência patrimonial o montante de 455.239 euros referentes à sua participação. Os 437.323 euros contabilizados no período anterior foram pagos na íntegra à EMEF no decurso do ano 2017.

A EMEF detém ainda uma quota de 35% na sociedade Nomad Tech Lda, com o valor nominal de 56.000 euros. Os restantes 65% são detidos pelos seguintes titulares: Nomad Holding Limited (51%), Augusto António Moreira da Costa Franco (7%) e Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas (7%).

A Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano. À data de encerramento de contas, que ocorreu em 30 de junho de 2017, a sociedade obteve um resultado líquido positivo de 459.044 euros dos quais a EMEF reconheceu nas suas contas 160.666 euros, correspondentes aos 35% de participação. Daquele montante, em 2016 a EMEF reconheceu 4.195 euros em gastos e em 2017 reconheceu em rendimentos 164.861 euros.

No período compreendido entre julho e dezembro de 2017 aquela sociedade obteve um resultado líquido de 22.190 euros, o que gerou o reconhecimento de um rendimento no montante de 7.766 euros na demonstração dos resultados por naturezas da EMEF no período de 2017.



A informação financeira referente às Empresas associadas apresenta-se como se segue:

	% de Participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Valor Bruto:						
EMEF/Siemens Ace	51	31.12.2017	7.873.539	6.980.914	892.625	892.625
Nomad Tech Lda	35	31.12.2017	2.786.805	1.832.464	954.341	22.190*

* Este montante refere-se ao Resultado Líquido do período compreendido entre 01/07/2017 e 31/12/2017, conforme já referido anteriormente, a Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano.

10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

	31-12-2017			31-12-2016		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Fundação Museu Nacional Ferroviário	31.944	31.944	–	31.944	31.944	–
INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2.500	2.500	–	2.500	2.500	–
Fundo Comp. Trabalho	12.423	–	12.423	3.760	–	3.760
	46.867	34.444	12.423	38.204	34.444	3.760

A EMEF detém pequenas participações na Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado e no Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial – INEGI que se encontram reconhecidas ao custo menos as perdas por imparidade reconhecidas a 100%, dado não ser expectável recuperar o valor dessas participações.

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) está definido na Portaria n.º 294-A/2013 de 30 de setembro, sendo um mecanismo que visa garantir ao trabalhador o pagamento de uma parte das compensações (até 50%) a que este tem direito em caso de cessação do contrato de trabalho. Para tal, contribui-se mensalmente para o fundo num valor correspondente a 0,925% da retribuição base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido, ou seja, aos trabalhadores admitidos após 01 de outubro de 2013.



11. INVENTÁRIOS

	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	32.650.750	31.033.638
Produtos acabados e intermédios	908.708	941.453
Adiantamentos por conta de compras	230.647	298.244
	33.790.106	32.273.335
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	775.990	59.398
Imparidades de períodos anteriores	8.713.476	8.654.078
	9.489.466	8.713.476
Valor líquido contabilístico	24.300.639	23.559.860

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo sofreu um acréscimo de 5% face ao ano anterior, no montante de 1.617.112 euros. Este aumento deveu-se maioritariamente à aquisição de materiais destinados aos projetos em curso: intervenção de meio de vida da frota CPA 4000, com término previsto para meados de 2019, e intervenção de 960.000 km da frota da Metro do Porto, que se prevê terminar em finais de 2018. Simultaneamente registou-se um desfasamento entre a atividade operacional e o planeamento anual, concretamente decorrente de atrasos na realização de intervenções planeadas e de alterações na consistência de algumas intervenções, com o consequente impacto nos consumos e aumento dos materiais em armazém.

As aquisições de alguns materiais, para os projetos acima referidos, tiveram por base o pagamento de adiantamentos que têm vindo a ser regularizados à medida que ocorrem os respetivos fornecimentos. Do total dos adiantamentos por conta de compras, 62,1% respeitam a essas aquisições.

À semelhança do relatado no ano anterior realça-se o facto de, no âmbito do contrato de manutenção celebrado com a Metro do Porto e de forma a permitir a prestação de serviços sem quebra de qualidade e continuidade, ter esta entidade colocado à disposição da EMEF/Prometro peças de reserva, sua propriedade, com a condição da respetiva reposição no final do contrato.

Sucedem, porém, que não sendo as referidas peças inventário da EMEF, sempre que se recorre a este lote não é registado o valor do consumo (gasto), ocorrendo esse registo no momento da respetiva reposição.

De forma a reconhecer o gasto no devido período estimou-se que, à data de 31 de dezembro de 2016, o valor dos inventários consumidos nesse período ascendia a 501.808 euros, tomando por base os valores das encomendas já colocadas junto dos fornecedores ou, não existindo encomenda, os valores suportados com a aquisição de peças com características semelhantes.



	Saldo Inicial	Compras	Consumos	Regularizações	Saldo final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	31.033.638	22.043.757	(20.138.665)	(287.979)	32.650.750
	31.033.638	22.043.757	(20.138.665)	(287.979)	32.650.750

No período de 2017, em resultado da reposição do stock consumido em anos anteriores, reverteu-se a especialização criada no montante de 613.590 euros. Simultaneamente, reforçou-se a especialização no montante de 284.499 euros em resultado do consumo de peças em 2017, mas cuja compra ainda não ocorreu.

No cômputo do ano ocorreu uma reversão da especialização no montante de 329.091 euros (sinal negativo). Este valor juntamente com os 41.112 euros (sinal positivo) das regularizações efetuadas em resultado das contagens de inventário perfazem os 287.979 euros registados na rubrica Regularizações do quadro acima.

Produtos acabados e intermédios

A rubrica produtos acabados e intermédios sofreu um decréscimo no montante de 32.745 euros devido aos seguintes fatores: as saídas para a produção superaram os fabricos em 32.764 euros e existiu uma sobra de inventário aquando das contagens no montante de 19 euros.

	Saldo Inicial	Compras	Consumos	Regularizações	Saldo final
Produtos acabados e intermédios	941.453	251.521	(284.285)	19	908.708
	941.453	251.521	(284.285)	19	908.708

Perdas por imparidade

A atualização das perdas por imparidades de inventários está indexada à duração de cada contrato de prestação de serviços celebrado com cada cliente, sendo calculadas com base no número de anos que faltam para terminar os contratos e nas perspetivas de consumo/rotação dos materiais. Excluem-se do apuramento da imparidade os materiais com aquisições recentes, ou seja, materiais cuja data de aquisição tenha ocorrido nos últimos dois anos.

Os critérios utilizados são os seguintes:

1. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos com consumo nos últimos 9 anos

Considera-se como corrente, e, portanto, não sujeito a qualquer imparidade, todo material que esteja afeto a séries ou equipamentos ativos e também com classificação de estratégicos, com exceção do excedente apurado tendo por base o consumo médio esperado até o término do contrato respetivo. Sobre este excedente é considerada uma imparidade de 75%.



2. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos sem consumo registado nos últimos 9 anos

Os materiais que, embora pertencendo a séries ativas, tenham sido adquiridos há mais de 2 anos e não tenham registado consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma imparidade de 80% sobre o seu valor.

3. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos inativos com e sem consumo nos últimos 9 anos

Os materiais classificados como pertencendo a séries de material e equipamentos inativos são sujeitos a uma imparidade de 95% sobre o seu valor.

4. Inventários classificados como Monos e Cativos sem consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que não registaram consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

5. Inventários classificados como Monos e Cativos com consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que tenham registado consumo nos últimos 9 anos, mas cujas perspectivas de consumo, face à informação disponível, são residuais serão sujeitos a uma perda por imparidade de 80% sobre o seu valor.

6. Inventários classificados como Obsoletos

Os inventários classificados como Obsoletos pela Direção de Logística, serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

7. Inventários classificados como Estratégicos e sem consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Estratégicos pela Direção de Logística e que não tenham consumo registado nos últimos 9 anos, serão sujeitos à constituição de uma perda por imparidade a uma taxa constante, calculada sobre 75% do seu valor em função do número de anos que decorre até ao término do contrato. No último ano os bens terão um valor realizável líquido de 25%.

8. Inventários sem identificação

Os inventários que na sua maioria são materiais destinados a conservação (produtos de pintura, limpeza industrial, materiais elétricos e eletrónicos, rolamentos, elementos de fixação/união ...), alguns deles com possível aplicação em equipamentos de outros clientes, por não estarem relacionados com nenhum contrato específico e atendendo à sua natureza, serão reconhecidas perdas por imparidade tendo por base o consumo médio e a estimativa de necessidades para um horizonte de 3 anos. A manter-se o consumo médio, caso o inventário não se esgote em 3 anos, aplica-se uma imparidade de 95% ao excedente.

Caso tenha sido adquirido há mais de 2 anos e não tenha registo de consumo aplica-se uma imparidade de 95%.

Durante o período de 2017, o movimento ocorrido nas perdas por imparidade de inventários foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Final
Imparidade – Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(8.239.058)	(765.466)	2.364	–	(9.002.160)
Imparidade – Produtos acabados e intermédios	(474.418)	(32.630)	19.742	–	(487.306)
	(8.713.476)	(798.097)	22.106	–	(9.489.466)

As imparidades acumuladas sofreram um acréscimo no montante de 775.990 euros em relação ao ano transato, justificado exclusivamente pela aplicação dos critérios de cálculo de imparidades atrás mencionados.

12. CLIENTES

A rubrica clientes, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2017	31-12-2016
Clientes c/c		
Gerais	6.970.422	6.825.805
Empresa-mãe	4.576.026	396.116
Empreendimentos conjuntos	199.923	251.561
Clientes Cobrança duvidosa	174.958	193.284
Clientes Cauções	48.450	48.450
	11.969.780	7.715.216
Imparidades acumuladas		
Perdas / Utilizações / Reversões por imparidade no período	5.189	(33.514)
Perdas / utilizações / Reversões por imparidade de períodos anteriores	(178.943)	(145.429)
	(173.754)	(178.943)
Total	11.796.026	7.536.272

No global verificou-se um aumento do saldo de clientes justificado essencialmente pelo saldo da rubrica clientes empresa-mãe. Este aumento é justificado pelo facto de no ano de 2016 o prazo médio de recebimento ter tido uma redução muito acentuada no mês de dezembro resultado do pagamento de um número considerável de documentos não vencidos. Tal facto não invalidou que, em termos gerais, os prazos médios de recebimento ao longo de 2017 tenham vindo a diminuir face a 2016.



O quadro seguinte evidencia os movimentos das perdas por imparidade no ano de 2017:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Cientes c/c					
Gerais	(178.943)	(4.785)	9.975	–	(173.754)
Total	(178.943)	(4.785)	9.975	–	(173.754)

A rubrica perdas por imparidade acumuladas de clientes apresentou uma diminuição de 5.189 euros, não se considerando uma variação relevante.

O quadro seguinte apresenta a antiguidade de saldos de clientes da EMEF, SA em 31 de dezembro de 2017 e no período homólogo do ano anterior.

	Não vencidos	Mora até 90 dias	Mora 90 a 180 dias	Mora 180 a 360 dias	Mora mais de 360 dias	Total
31-12-2017						
Cientes c/c						
Gerais	4.401.747	2.498.367	52.965	–	17.343	6.970.422
Empresa-mãe	4.306.059	209.699	–	43.262	17.006	4.576.026
Empreendimentos conjuntos	196.999	2.925	–	–	–	199.923
Cientes cobrança duvidosa	–	–	–	1.605	173.353	174.958
Cientes Cauções	–	–	–	–	48.450	48.450
Imparidades						
Gerais	–	–	–	(401)	(173.353)	(173.754)
Total	8.904.805	2.710.991	52.965	44.466	82.799	11.796.026
31-12-2016						
Cientes c/c						
Gerais	5.397.393	846.445	64.780	277.539	239.648	6.825.805
Empresa-mãe	316.603	55.443	7	24.063	–	396.116
Empreendimentos conjuntos	214.754	22.039	14.768	–	–	251.561
Cientes cobrança duvidosa	–	–	–	27.403	165.881	193.284
Cientes Cauções	–	–	–	–	48.450	48.450
Imparidades						
Gerais	–	–	–	(19.943)	(159.001)	(178.943)
Total	5.928.750	923.926	79.555	309.062	294.978	7.536.272



Em termos globais, não se evidenciam alterações dignas de relevo ao nível dos diferentes períodos de mora, constatando-se, um ligeiro aumento no período de mora até 90 dias no que respeita essencialmente aos clientes gerais. Este aumento não se afigura preocupante, por um lado porque como já foi referido anteriormente se verificou uma diminuição global dos prazos médios de recebimento em 2017 face a 2016 e por outro porque foi acompanhado por uma diminuição nos períodos de mora superiores a 90 dias e por um aumento da faturação no último trimestre do ano.

Em conformidade com o procedimento adotado em anos anteriores, utilizou-se o critério fiscal para o cálculo das imparidades relativas aos saldos de clientes em mora (igual ou superior a 180 dias).

Foram constituídas imparidades somente para a rubrica clientes gerais tendo sido considerados montantes não vencidos os saldos de clientes que não se encontravam em mora.

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31-12-2017	31-12-2016
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	1.960.754	383.272
Retenções de imposto sobre o rendimento	279.383	263.393
IVA a pagar	2.094.450	2.334.336
Contribuições para a Segurança Social	529.839	491.714
	4.864.426	3.472.715

Ativo – Imposto sobre o rendimento

A EMEF está abrangida pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no Artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Sendo a CP – Comboios de Portugal, EPE a sociedade dominante compete-lhe proceder à liquidação do Pagamento Especial por Conta (PEC).

Em virtude dos prejuízos consecutivos apresentados pelas Empresas do grupo e da impossibilidade de deduzir esses prejuízos à coleta, a CP optou por requerer o seu reembolso. No âmbito desse pedido, a Autoridade Tributária realizou uma inspeção às contas de 2016. O processo de inspeção às contas da EMEF foi concluído durante o período de 2017, não tendo resultado qualquer correção.

O reconhecimento dos valores do PEC como gasto nas demonstrações das Empresas do grupo ocorre quando o reembolso é recusado por parte da Autoridade Tributária.

Passivo – impostos

Comparativamente ao ano anterior, a rubrica Estados e Outros Entes Públicos registou um incremento substancial na ordem dos 40%, motivado essencialmente pelos seguintes fatores:



- Aumento significativo da rubrica imposto sobre rendimento em cerca de 412%, resultante do incremento do imposto corrente do período, diretamente relacionado com a melhoria do resultado líquido obtido no período de 2017. Contudo, é de salientar que, apesar de a EMEF ter de reconhecer nas suas contas individuais este montante de estimativa de imposto, como a sociedade dominante do grupo apresenta prejuízos, aquando do pagamento do imposto a ocorrer no mês de maio de 2018, a EMEF pagará apenas a Tributação Autónoma e as Derramas Municipal e Estadual, sendo o restante imposto absorvido pelo prejuízo do Grupo;
- Diminuição do imposto sobre valor acrescentado em cerca de 10,3% face ao ano transato. O total do imposto a favor do estado manteve-se praticamente inalterado face ao comparativo de novembro e de dezembro de 2016, no entanto, o valor do imposto a favor da empresa aumentou 224.008 euros face a igual período do ano transato.

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	31-12-2017	31-12-2016
Adiantamentos a fornecedores	182.070	215.950
Pessoal	58.255	58.351
Acréscimos de rendimentos	3.787.091	3.123.108
Devedores diversos	3.134.667	3.111.212
Reembolso de despesas	222.748	245.414
	7.384.831	6.754.035
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	(1.025.000)	-
Imparidade de períodos anteriores	-	-
	(1.025.000)	-
Total	6.359.831	6.754.035

Esta rubrica registou uma diminuição de 394.204 euros o que equivale a um decréscimo de 6% face ao período homólogo.

As variações mais significativas verificaram-se nas seguintes componentes:

Adiantamentos a Fornecedores

A rubrica adiantamentos a fornecedores registou em 31-12-2017 uma diminuição de 33.880 euros face ao período homólogo anterior, justificado essencialmente pela regularização dos adiantamentos aos prestadores de serviços para o contrato de intervenção de meio de vida (R1) dos CPA 4000.

O saldo no final de 2017 é decomposto pelos seguintes adiantamentos:

- Remanescente dos 10% do valor global do contrato de instalação de sistema de iluminação LED para os CPA 4000;



- Remanescente dos 10% do valor global do contrato dos serviços de remodelação de interiores dos CPA 4000;
- Remanescente dos 20% do valor global do contrato de desenvolvimento e fornecimento de sistema de recolha e monitorização remota de dados para LE5600;
- 40% do valor global do contrato de formação e acompanhamento individual em supervisão efetiva.

Acréscimos de Rendimentos

O acréscimo de 663.983 euros no período de 2017, que se traduz num aumento de 21% em comparação com o período homólogo, respeita fundamentalmente a dois efeitos de sentido contrário: diminuição de 13% no réditto apurado relativo às intervenções em curso em 31 de dezembro de 2017 (de 2.058.326 euros em 2016 passou para 1.798.644 euros em 2017) e um incremento de 126% (aumento de 714.735 euros) nas bonificações registadas relativamente ao cliente CP. Em 31 de dezembro de 2017 ficaram especializadas bonificações contratuais no montante de 1.284.027 euros.

Devedores Diversos

- Mantém-se em dívida o pagamento indevido ao BCP Factoring, no montante de 1.418.121 euros derivado da cedência de créditos da Marginal, entretanto declarada insolvente, a duas entidades distintas: à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e ao Banco Comercial Português. Este montante está provisionado em 50% conforme descrito no Nota 21. Provisões. Entretanto, em fevereiro de 2018 decorreu a Audiência Preliminar, tendo ficando já agendadas as audiências de discussão;
- O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e a EMEF acordaram em protocolo celebrado em 14 de maio de 2009, que o ML demoliria dois edifícios propriedade da EMEF para instalar o estaleiro de apoio às obras de construção da estação intermodal da Reboleira e reconstruiria, no prazo máximo de 6 meses após a conclusão da estação, um edifício equivalente, assumindo todos os gastos de reconstrução até ao montante de 2.250.000 euros. Estimava-se que a obra estivesse concluída em 30 de maio de 2012, mas, no entanto, face ao tempo decorrido, a EMEF perdeu o interesse na construção do referido edifício, o que originou a assinatura de uma adenda ao protocolo em 17 de abril de 2015. Neste último documento foi acordado pelas partes que o ML pagaria à EMEF uma indemnização no montante de 2.000.000 euros de acordo com um plano de pagamento previamente acordado. Nessa data foi recebida apenas a primeira tranche no montante de 600.000 euros, devida • com a assinatura da Adenda. O remanescente deveria já ter sido pago de acordo com os prazos estabelecidos na adenda e que a seguir se indicam:
 - o 400.000 Euros em dezembro de 2015;
 - o 500.000 Euros em março de 2016;
 - o 500.000 Euros em dezembro de 2016.

Porém, aquando da circularização efetuada para confirmação de saldos pelo Revisor Oficial de Contas da EMEF, o ML não reconheceu a dívida para com a EMEF. Assim, embora a Administração do ML tenha assinado o Contrato e posterior Adenda, e tenha pago a primeira tranche, face à resposta recebida o resto da dívida não consta das suas demonstrações financeiras.

A EMEF está uma vez mais a fazer diligências para receber o montante em dívida, mas atendendo ao tempo já decorrido desde o vencimento da dívida e ao seu não reconhecimento pela ML, decidiu constituir uma imparidade no valor de 1.025.000 euros para fazer face ao risco inerente a esta situação. Este montante foi calculado tendo por base a mora de



cada um dos pagamentos e de acordo com critério fiscal, há semelhança do critério de constituição de imparidades de clientes referido na nota 12 – Clientes. Este montante reflete a diminuição de 32% face ao ano transato, que se verificou na rubrica Devedores Diversos.

15. DIFERIMENTOS

	31-12-2017	31-12-2016
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	425.551	412.974
Diversos	71.878	78.204
	497.429	491.178
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Fact.p/Conta-Trab.a Real.	5.011.283	6.038.317
Outros Rec.c/rend.Dif	32.612	11.580
	5.043.895	6.049.897

Gastos a reconhecer – Seguros

Para a variação de cerca de 3,05% face ao ano anterior, concorrem diretamente três fatores:

- o seguro de responsabilidade civil dos administradores que não estava reconhecido nesta rubrica no final do período de 2016 por não ter sido emitido o respetivo aviso de recibo pela seguradora;
- o seguro de acidentes de trabalho que sofreu um acréscimo em consequência do incremento da massa salarial prevista para o período de 2018;
- o seguro Multiriscos que sofreu um incremento em resultado do aumento do valor dos stocks em armazém.

Gastos a reconhecer – Diversos

O decréscimo de cerca de 8% que se verifica nesta componente face ao período homólogo de 2016, prende-se com a diminuição de faturas registadas referentes a períodos futuros.

Rendimentos a reconhecer – Faturação por conta de trabalhos a realizar

A faturação por conta de trabalhos a realizar engloba os movimentos referentes a faturas parciais emitidas para clientes conforme as condições contratuais estabelecidas, bem como as correspondentes deduções relativas ao réditto considerado para as obras em curso no final do ano.



Esta rubrica apresenta no final de 2017 uma redução de 1.027.034 euros para a qual contribuiu essencialmente a regularização efetuada no mês de dezembro motivada pela entrega do terceiro CPA 4000 referente ao contrato para a intervenção de meio de vida (R1) dos CPA's.

De ressaltar que a faturação total relativa ao contrato para a intervenção de meio de vida (R1) dos CPA 4000, continua a ter um peso significativo nesta rubrica, justificando no final de 2017 cerca de 55% do valor global da faturação por conta de trabalhos a realizar.

Rendimentos a reconhecer – Outros rendimentos diferidos

O incremento nesta rubrica de cerca de 181,6% e que se traduz no montante de 21.032 euros deve-se essencialmente ao reconhecimento do valor a receber do Projeto Comunitário Shift2Rail (S2R) – ver nota 26 – Subsídios à exploração.

Nesta rubrica estão também refletidos os valores referentes a rendas faturadas antecipadamente, mas que respeitam ao mês de janeiro de 2018.

16. CAPITAL SUBSCRITO

O capital social de 8.100.000 euros, representado por 8.100.000 ações ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2017 sendo totalmente detido pela CP, EPE.

17. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Esta rubrica respeita a prestações suplementares e acessórias concedidas pela CP, no montante total de 10.316.222 euros.

18. RESERVAS LEGAIS

Estipulam o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e os estatutos da EMEF que a reserva legal seja obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até que atinja o valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

A EMEF, face aos prejuízos transitados de períodos anteriores, tem optado pela cobertura integral destes em detrimento do reforço da reserva legal.

19. OUTRAS RESERVAS

	31-12-2017	31-12-2016
Posição no início do período	617.458	617.458
	617.458	617.458

As reservas livres constantes nesta rubrica, resultaram da decisão de aplicação dos resultados positivos obtidos no período de 1995 a 1998.



20. RESULTADOS TRANSITADOS

A variação dos resultados transitados justifica-se pela incorporação do resultado líquido positivo do período de 2016, no montante de 3.499.927 euros conforme decisão da Assembleia Geral do dia 27 de abril de 2017.

	Saldo Inicial	Outras transferências	Saldo Final
Resultados Transitados	(10.780.823)	3.499.927	(7.280.896)
Resultados Transitados Regularização de Excedentes	1.230.800	1.963	(1.232.763)
Resultados Transitados Ajustamentos de Conversão	(1.703.423)	–	(1.703.423)
Resultados Transitados Realização Reserva Reavaliação – 2002	4.255	(1.963)	2.292
	(11.249.191)	(3.499.927)	(7.749.264)

Dentro da rubrica de resultados transitados, encontram-se registados os excedentes de reavaliação, resultantes da reavaliação livre do ativo fixo tangível efetuada em 2002 para todos os bens com valor de aquisição superior a 200 euros, ao abrigo da Diretriz Contabilística n.º 16. No período de 2017 foi realizada parte desta reserva, no montante de 1.963 euros. No entanto, esta realização não tem qualquer impacto no total da rubrica Resultado Transitados, uma vez que se trata apenas de uma reclassificação entre sub-rubricas da mesma. A 31 de dezembro de 2017, o montante da reavaliação por realizar ascende a 2.292 euros. De notar que os excedentes de reavaliação, apesar de constarem na rubrica de Resultados Transitados, só ficarão disponíveis após a sua realização;

21. PROVISÕES

O movimento na rubrica de provisões para o período de 2017, analisa-se como se segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	62.987	35.001	(15.188)	82.800
Outras provisões	709.060	–	–	709.060
	772.047	35.001	(15.188)	791.861

Processos judiciais

O saldo desta componente a 31 de dezembro de 2017 no montante de 82.800 euros, corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades futuras. O saldo apresentado resulta de processos instaurados por diversas entidades, nomeadamente pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), por fornecedores e por ex-trabalhadores.

Outras Provisões

Processo instaurado contra o Millennium BCP e Outros relativamente à cedência de créditos futuros a duas entidades distintas conforme referido no Nota 14. Outros créditos a receber.

22. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	31-12-2017	31-12-2016
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Financiamentos bancários	437.500	1.312.500
Participantes de capital		
Empresa-mãe – Financiamentos	11.750.000	13.000.000
	12.187.500	14.312.500
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Financiamentos bancários	875.000	875.000
Participantes de capital		
Empresa-mãe – Financiamentos	1.250.000	500.000
	2.125.000	1.375.000
Total	14.312.500	15.687.500

Relativamente aos contratos de empréstimo concedidos pela Empresa-mãe, no montante de 13.500.000 euros, foi celebrado um acordo de pagamento em 2016, ao abrigo do qual o valor em dívida será reembolsado num prazo de 9 anos.

A redução verificada no total da rubrica, face ao ano transato, ficou a dever-se única e exclusivamente ao cumprimento dos planos de pagamento dos contratos em vigor.

A decomposição por maturidade é a seguinte:

	31-12-2017	31-12-2016
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Financiamentos bancários		
Até 1 ano	875.000	875.000
De 1 a 5 anos	437.500	1.312.500
Participantes de capital		
Empresa-mãe – Financiamentos		
Até 1 ano	1.250.000	500.000
De 1 a 5 anos	8.900.000	8.250.000
A mais de 5 anos	2.850.000	4.750.000
	14.312.500	15.687.500



O quadro seguinte evidencia, à data de 31 de dezembro de 2017, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros estimados dos financiamentos obtidos não correntes.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Inst. de crédito e soc. financeiras								
Financiamentos bancários								
Amortizações	437.500	–	–	–	–	–	–	437.500
Juros vincendos estimados	2.382	–	–	–	–	–	–	2.382
Participantes de capital								
Empresa-mãe – Financiamentos								
Amortizações	1.500.000	1.700.000	1.900.000	1.900.000	1.900.000	1.900.000	950.000	11.750.000
Juros vincendos estimados	291.786	250.922	200.588	149.885	99.183	48.665	5.221	1.046.250
	2.231.668	1.950.922	2.100.588	2.049.885	1.999.183	1.948.665	955.221	13.236.132

A CP é fiadora da EMEF junto dos bancos BPI e BES, para o financiamento de 7.000.000 euros, contraído para financiar a aquisição do prédio urbano, sito na Amadora. Em caso de incumprimento, a CP assegurará o pagamento do referido financiamento. À data de 31 de dezembro de 2017, o montante em dívida ascende a 1.312.500 euros.

23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

	31-12-2017	31-12-2016
Corrente		
Fornecedores de investimentos	189.118	331.186
Credores por acréscimos	5.639.982	5.237.748
Outros credores	14.811	15.292
Pessoal	28.072	35.336
	5.871.982	5.619.562

Fornecedores de investimentos

Esta rubrica teve um decréscimo de cerca de 42% face ao período homólogo o que representa uma diminuição de 142.068 euros, justificado essencialmente pela aquisição de licenças SAP no final do período de 2016.



Credores por acréscimos

Face ao período homólogo de 2016, esta rubrica sofreu um aumento de 7,7% que se traduziu no montante de 402.234 euros. Para esta variação destacam-se essencialmente os seguintes fatores:

- Aumento de 5,2% na estimativa de gastos com o mês de férias, subsídio de férias e respetivos encargos, em sequência do descongelamento da progressão de carreiras e do aumento do efetivo face a 31 de dezembro de 2016;
- Incremento de 116,8%, o que equivale a 577.160 euros no valor reconhecido em outros acréscimos de gastos relativos a penalidades contratuais, há semelhança dos bónus contratuais referidos na Nota 14 – Outros Créditos a Receber. Para aquele incremento contribuem não só as especializações efetuadas em 2017, mas também valores especializados em 2016 ainda não regularizados;
- Em sentido contrário, verificou-se uma diminuição do valor especializado referente à estimativa de reposição ou reparação externa de peças de reserva consumidas ou utilizadas no âmbito do contrato de prestação de serviços celebrado com o Metro do Porto, SA. Em 31 de dezembro de 2017 este montante ascendia a 453.587 euros, ao invés dos 969.219 euros no final de 2016. Esta situação está detalhadamente explicada no Nota 11 – Inventários, no que aos materiais se refere. O valor remanescente refere-se a subcontratos necessários à reparação de peças de reserva.

24. FORNECEDORES

	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c		
Gerais	6.029.299	5.788.306
Empresa-mãe	38.690	–
Fornecedor – Retenção de garantia	95.598	82.362
Fornecedores – Cauções	–	42.188
Outras partes relacionadas	44.084	–
Faturas em receção e conferência	772.083	1.135.166
	6.979.755	7.048.022

Em 31 de dezembro de 2017 e comparativamente ao período homólogo do ano anterior constata-se uma ligeira diminuição do saldo global da rubrica de fornecedores.

De realçar um pequeno aumento do saldo de fornecedores gerais e a diminuição das faturas em receção e conferência.

O efeito do aumento das aquisições no último trimestre do ano foi compensado pela melhoria dos prazos médios de pagamento não se refletindo na mesma proporção na variação dos respetivos saldos.



25. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	31-12-2017	31-12-2016
Serviços Prestados		
Manutenção	34.261.741	34.470.569
Reparação	37.437.317	28.128.640
Reabilitação	371.944	445.598
Total	72.071.002	63.044.806

Os serviços prestados em 2017 registaram um acréscimo 9 026 196 euros face ao período homólogo do ano anterior, maioritariamente justificado pelo crescimento de 30,9% da atividade desenvolvida no segmento de negócio de reparação de material circulante, para o qual contribuíram as intervenções de Meio de Vida – R1 – dos Alfa Pendular (CPA 4000) e a Revisão Geral dos 960.000 KM dos Veículos da Frota EuroTram da Metro do Porto, realizadas para os clientes CP e Metro do Porto, respetivamente.

As intervenções de reabilitação de seis carruagens Schindler justificam o valor do segmento de Reabilitação registado em 2017.

26. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Durante o período de 2017 foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

	31-12-2017	31-12-2016
Subsídios Shift2Rail – IMPACT2	2.073	–
	2.073	0

Os subsídios à exploração registados no período de 2017 decorrem do reconhecimento de subsídios europeus recebidos no âmbito do Projeto IMPACT-2, para apoio à investigação e inovação, o qual teve início em 2017. Este projeto insere-se no âmbito das iniciativas Shift2Rail (S2R), participando a EMEF como Linked Third Partie da CP, no consórcio coordenado pela Trafikverket.

O Shift2Rail visa contribuir, através de projetos de investigação e desenvolvimento, para um crescimento sustentável e inteligente do sector ferroviário europeu. Tem como principais objetivos criar um espaço ferroviário único (Single European Railway Area), aumentar a atratividade, competitividade, sustentabilidade e duplicar a capacidade do sistema ferroviário europeu, manter a liderança da indústria ferroviária europeia no mercado Global e reduzir os life-cycle costs, aumentando a interoperabilidade e simplificando os processos de negócio. Este projeto insere-se no âmbito do Programa 'Horizonte 2020'.



O financiamento máximo das despesas elegíveis é de 44,44%. O subsídio máximo previsto para a EMEF é de 23.047 euros. Até ao momento recebemos a título de adiantamento o correspondente a 40% do subsídio máximo, uma vez que ao adiantamento de 45% é deduzido 5% do valor, que fica retido para o fundo de garantia do projeto.

O projeto tem uma duração de 60 meses e teve início a 01 de setembro de 2017. A EMEF participa no Working Package 6, cuja duração prevista é de 28 meses, a contar do início do projeto.

27. GANHOS/PERDAS IMPUTADAS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se da seguinte forma:

	31-12-2017	31-12-2016
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Nomad Tech	–	10.929
	–	10.929
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Emef/Siemens Ace	455.239	437.323
Nomad Tech	172.627	–
	627.865	437.323
Total	627.865	426.394

As variações corridas nesta rubrica estão explicadas na Nota 9 – Participações Financeiras – Método da Equivalência Patrimonial.

28. VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO

	31-12-2017	31-12-2016
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	908.708	941.453
	908.708	941.453
Reclassificação e regularização de inventários		
Produtos acabados e intermédios	–	–
	–	–
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	941.453	977.114
	(32.745)	(35.661)

As principais variações ocorridas nos inventários da produção estão explicadas na Nota 11 – Inventários.



29. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	31-12-2017	31-12-2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20.138.665	17.827.250
	20.138.665	17.827.250

O aumento de 2.311.415 euros verificado no custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e que se traduz num incremento de 13%, está diretamente relacionado com o crescimento da atividade de reparação de material circulante, mais concretamente com as intervenções de Meio de Vida – R1 – dos Alfa Pendular (CPA 4000) e as de Revisão Geral dos 960.000 KM dos Veículos da Frota EuroTram da Metro do Porto, realizadas para os clientes CP e Metro do Porto, respetivamente.

30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	31-12-2017	31-12-2016
Subcontratos	5.404.143	4.957.602
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	1.041.674	1.055.168
Publicidade e propaganda	804	31.532
Vigilância e segurança	637.616	632.979
Honorários	31.087	26.546
Conservação e reparação	864.857	1.726.590
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	388.992	402.421
Livros e documentação técnica	9.041	4.588
Material de escritório	52.566	61.417
Artigos para oferta	2.670	1.890
Energia e fluidos:		
Eletricidade	700.106	725.618
Combustíveis	241.041	224.163
Água	100.850	103.760
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	23.458	37.386
Transportes de pessoal	3.595	3.252
Transportes de mercadorias	158.927	169.882
Outros	36.297	32.083
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	4.105.334	4.157.310
Comunicação	81.610	89.722
Seguros	489.060	493.080
Contencioso e notariado	2.048	411
Despesas de representação	3.804	3.595
Limpeza, higiene e conforto	468.168	459.764
Outros serviços	122.749	129.112
	14.970.494	15.529.870



Esta rubrica registou em 2017 um decréscimo 3,6% face aos valores registados no período homólogo do ano anterior. Esta redução, no valor de 559.376 euros traduz uma variação generalizada da maioria das rúbricas que constituem os Fornecimentos e Serviços Externos, com principal expressão nos seguintes acontecimentos:

- O acréscimo da subcontratação de serviços em 446.541 euros, resulta essencialmente do aumento de cerca de 1.741.000 euros de subcontratos relativos à intervenção de meia de vida – R1 – dos CPA 4000, aumento este compensado por uma redução de 413.000 euros em gastos com a reparação de Gates e de GTO e pela redução em 2017 do recurso a empresas de trabalho temporário no valor de 841.000 euros;
- A redução de cerca de 861.000 euros em gastos com conservação e reparação em resultado de em 2016 se terem realizado intervenções de valor significativo que não se repetiram em 2017, nomeadamente, a execução das obras de conservação corrente nas instalações oficiais do Entroncamento necessárias para a realização da Intervenção de meio de vida – R1 – dos CPA4000, que ascenderam a cerca de 744.000 euros e várias intervenções de manutenção/conservação de pontes rolantes no valor de cerca de 116.000 euros;
- A redução do valor mensal da renda do Barreiro, em novembro de 2016, em resultado da desocupação de parte das instalações concessionadas pela CP. No ano de 2017, este ajustamento teve um impacto de doze meses, o que permitiu compensar os aumentos registados nas rendas das restantes instalações concessionadas à EMEF e gerar uma diminuição de cerca de 52.000 euros face aos valores registados em 2016

31.GASTOS COM O PESSOAL

	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações dos órgãos sociais	5.350	5.395
Remunerações do pessoal	20.831.023	19.654.545
Indemnizações	394.157	337.122
Encargos sobre remunerações	4.692.751	4.427.573
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	681.145	635.453
Gastos de ação social	128.782	103.587
Outros gastos com o pessoal	319.998	331.565
	27.053.205	25.495.239

No período em análise verificou-se um acréscimo da rúbrica de gastos com o pessoal no montante de 1.557.966 euros que se traduziu num aumento percentual de 6,1%. Excluindo o efeito das indemnizações esse incremento foi de 5,9%.

As maiores variações ocorreram nas remunerações do pessoal e paralelamente nos encargos sobre remunerações, tendo ambas sofrido um acréscimo de cerca de 6%. Apesar de ter havido uma diminuição do número de trabalhadores (1048 no final de 2016 para 1036 em 31 de dezembro de 2017), com a publicação do Decreto-Lei de Execução do Orçamento de Estado para 2017 – DL n.º 25/2017 – foi permitido o aumento da massa salarial decorrente do descongelamento das diuturnidades e progressão nas carreiras, incluindo a contagem do tempo entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2016. Os direitos adquiridos foram repostos em 50% em julho de 2017 sendo os restantes 50% repostos a 1 de janeiro de 2018, sem efeitos retroativos, conforme definido Artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.



Relativamente às Indemnizações por mútuo acordo houve um aumento de 16,9% resultante de 13 saídas em 2017 face a 10 saídas de 2016.

A rubrica de Outros Gastos com Pessoal compreende fundamentalmente os gastos referentes a concessões de transportes, seguros de acidentes pessoais, seguros de saúde, formação, medicina do trabalho e complementos de subsídio de doença. Comparativamente a 2016 esta rubrica sofreu um decréscimo de 3,5% devido essencialmente à diminuição dos gastos com complementos de subsídio de doença e formação.

32. OUTROS RENDIMENTOS

	31-12-2017	31-12-2016
Rendimentos suplementares	1.153.029	1.298.538
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.647	1.279
Ganhos em inventários	62.231	40.246
Correções relativas a períodos anteriores	581.517	1.129.762
Excesso de estimativa para imposto	233.206	64.368
Diferenças de câmbio favoráveis	235	3.112
Investimentos não financeiros – Sinistros	321	34.179
Investimentos não financeiros – Alienações AFT	–	154
Outros	287.826	158.865
	2.320.011	2.730.503

A rubrica registou um decréscimo de 15%, que se traduz em 410.492 euros, comparativamente aos valores registados no período homólogo do ano anterior. Esta diminuição é essencialmente explicada pelos seguintes factos:

- Em 2016 a rúbrica Rendimentos Suplementares englobou cerca de 200.000 euros relativos ao fornecimento do Sistema Lusogate e 2 módulos de reserva, situação esta que justifica a redução verificada nesta rúbrica em 2017;
- Redução de cerca de 548.000 euros em Correções relativas a exercícios anteriores devido a acontecimentos registados em 2016 e que não tiveram igual expressão em 2017, concretamente, 473.000 euros correspondentes a acertos de final de contrato – bonificações por desvios à baseline – e, cerca de 232.000 euros diretamente relacionados com a renegociação dos contratos de AOV das viaturas.

De referir ainda o aumento registado na rúbrica Outros devido ao reconhecimento em 2017 de diversas regularizações e também ao excesso de estimativa para imposto cujo montante se refere a IRC não liquidado em virtude de o Grupo CP apresentar prejuízo e estar ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos e Sociedades (RETGS), conforme referido na Nota 36.

33. OUTROS GASTOS

	31-12-2017	31-12-2016
Impostos	14.711	37.186
Perdas em inventários	21.119	89.248
Investimentos não financeiros	–	527
Correcções relativas a períodos anteriores	924.741	999.625
Serviços bancários	11.775	20.661
Diferenças de câmbio desfavoráveis	147	333
Gastos Financeiros – Juros Suportados	154	14
Outros	611.943	699.196
	1.584.590	1.846.790

Relativamente aos Outros Gastos e Perdas, constatamos uma redução generalizada de todas as rúbricas que incorpora e que globalmente se cifra em 14% face a 2016.

De realçar em 2017:

- As correções relativas a exercícios anteriores, dos quais se destacam 488.114 euros de acertos ao montante do Forfait das Locomotivas Diesel da série 1400 e 1900 em resultado do processo de renegociação contratual com o cliente “MEDWAY” sobre o número de unidades a incluir no valor mensal do Forfait, bem como da consistência das intervenções nele contidas, a anulação de uma especialização de rendimento efetuada em 2016, no montante de 165.533 euros, referente a bonificações por desvios à baseline da série CPA4000 no período de março a dezembro de 2016, uma vez que os dados que pressupõem a sua efetivação só se verificaram no decorrer de 2017, e ainda cerca de 87.000 euros de regularizações de especializações efetuadas em 2016 relativas a várias séries de material;
- Na rúbrica “Outros”, o valor das penalidades contratuais e acertos à baseline estabelecidas no contrato de manutenção celebrado com os clientes ascenderam a 590.000 euros, tendo sido inferiores ao registado no ano anterior.

34. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

	31-12-2017	31-12-2016
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(882.830)	(1.010.238)
Ativos intangíveis	(90.969)	(10.640)
	(973.800)	(1.020.879)



Os gastos registados nesta rubrica resultam das depreciações e das amortizações dos bens de acordo as vidas úteis definidas no ponto 4.2. – Outras políticas contabilísticas relevantes.

A diminuição das depreciações de ativos fixos tangíveis no período de 2017 está em linha de conta com o fraco crescimento das aquisições, fator ao qual se junta o facto de alguns bens existentes terem terminado a sua vida útil no final de 2016 ou durante o período de 2017. O aumento das amortizações de ativos intangíveis no período de 2017, está diretamente relacionado com as aquisições efetuadas no mês de dezembro de 2016.

35. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

	31-12-2017	31-12-2016
Juros de Financiamentos Bancários	40.095	63.996
Juros de Financiamentos Acionista	355.854	366.531
Outros Juros	7.044	20.259
Outros Gastos Relativos Financiamentos Obtidos	28.594	26.060
	431.587	476.845

A diminuição global ocorrida na rubrica de juros e gastos similares suportados com os financiamentos deve-se essencialmente à redução das taxas de juro de referência e dos spreads cobrados pelos financiadores e a uma redução do endividamento.

36. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O imposto sobre o rendimento do período reconhecido na demonstração de resultados compreende não só a tributação autónoma apurada de acordo com as regras fiscais em vigor, mas também a estimativa do imposto sobre o lucro tributável.

O aumento verificado face ao período anterior deve-se ao aumento do resultado líquido do período.

	31-12-2017	31-12-2016
Imposto Sobre o Rendimento do Período	(2.099.349)	(406.577)
	(2.099.349)	(406.577)

Salienta-se, contudo, que, sendo a EMEF tributada de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) e o grupo apresentar prejuízos fiscais, aquando do pagamento do imposto em 2018 só virá a desembolsar do valor líquido correspondente ao somatório da tributação autónoma, das derramas estadual e municipal deduzido do valor correspondente às retenções na fonte. O diferencial entre o valor contabilizado na rubrica de Imposto sobre o Rendimento do Período e o valor efetivamente pago pela entrega da declaração de rendimentos do grupo será regularizado na conta 7882 – Excesso da Estimativa para Impostos.



Os prejuízos fiscais que a EMEF tem para reporte à data de 31 de dezembro de 2017 constam do quadro seguinte:

Ano de reporte do prejuízo	Período em que se pode deduzir		Resultado Fiscal
2013	2014-2018	5 anos	(1 098 886)

De acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais gerados poderão ser reportados e deduzidos durante o período indicado no quadro acima sem, no entanto, excederem o montante correspondente a 70% do lucro tributável. O valor apresentado será utilizado na sua totalidade aquando do preenchimento da declaração Modelo 22.

37. PARTES RELACIONADAS

À data de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos entre partes relacionadas com referência à estrutura acionista da CP, EPE são os seguintes:

Descrição	2017							
	Ativos				Passivos			
	Clientes	Outras Contas a Receber	Adiantamentos a Fornecedores e por conta de compras	Adiantamento de Clientes	Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Accionistas/ Sócios	Diferimentos
CP	4.576.026	1.635.254 b)	-	-	38.690	1.004.430	13.000.000	4.753.837 a)
Ecosaúde	-	-	-	-	32.774	-	-	-
Fernave	-	-	-	-	2.764	-	-	-
Saros	-	-	-	-	-	376	-	-

a) O montante refere-se totalmente à rubrica de diferimentos.

b) O montante refere-se totalmente à rubrica de devedores e credores por acréscimos.

Descrição	2016							
	Ativos				Passivos			
	Clientes	Outras Contas a Receber	Adiantamentos a Fornecedores e por conta de compras	Adiantamento de Clientes	Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Accionistas/ Sócios	Diferimentos
CP	396.116	594.191 b)	-	-	2.406	600.915	13.500.000	5.910.141 a)
Ecosaúde	-	83 b)	-	-	11.455	-	-	-
Fernave	-	-	-	-	6.199	-	-	-
Saros	-	-	-	-	-	379	-	-
EMEF/Siemens – ACE	217.856	295 b)	-	-	-	3.928	-	467.334 a)
Nomad Tech	33.705	277.460	211.997	-	412.316	4.521	-	-

a) O montante refere-se totalmente à rubrica de diferimentos.

b) O montante refere-se totalmente à rubrica de devedores e credores por acréscimos.



As transações entre partes relacionadas apresentam-se como se segue:

Descrição	2017							
	Inventários		Investimentos	Gastos			Rendimentos	
	Matérias Primas	Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	Fornecimentos e Serviços externos	Gastos com o Pessoal	Outros Gastos	Gastos e Perdas de Financiamento	Vendas e Prestações de Serviços	Outros Rendimentos
CP	6.408	-	4.279.719 a)	-	821.321 b)	355.854 c)	45.471.549 d)	854.960 e)
Ecosaúde	-	-	61.152	69.347	-	-	-	-
Fernave	-	-	-	3.017	-	-	-	-
EMEF/Siemens – ACE	-	-	-	-	2.848	-	3.493.566	517.762 f)
Nomad Tech	496.694	-	672.414	-	-	-	13.192	231.952 g)

a) Inclui o montante de 79.946 euros referentes à especialização de gastos.

b) Inclui o montante de 763.671 euros referentes à especialização de gastos.

c) Inclui o montante de 28.502 euros referentes à especialização de gastos.

d) Inclui o montante de 904.093,59 euros referentes à especialização de rendimentos.

e) Inclui o montante de 344.167 euros referentes à especialização de rendimentos.

f) Inclui o montante de 1.508 euros referentes a diferimento de rendimentos.

g) Inclui o montante de 5.019 euros referentes a diferimento de rendimentos.

Descrição	2016							
	Inventários		Investimentos	Gastos			Rendimentos	
	Matérias Primas	Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	Fornecimentos e Serviços externos	Gastos com o Pessoal	Outros Gastos e Perdas	Gastos e Perdas de Financiamento	Vendas e Prestações de Serviços	Outros Rendimentos
CP	16.670	12.792	4.506.153 a)	2.092	1.252.546 b)	366.531	37.587.511	1.385.886 c)
Ecosaúde	-	-	-	67.149 d)	-	-	-	-
Fernave	-	-	-	11.477	-	-	-	-
EMEF/Siemens – ACE	-	-	-	-	32.494	-	2.986.117	501.843 e)
Nomad Tech	182.298	-	916.194	-	10.940	-	6.596	75.731

a) Inclui o montante de 76.795 euros referentes à especialização de gastos.

b) Inclui o montante de 47.4072 euros referentes à especialização de gastos.

c) Inclui o montante de 116.260 euros referentes à especialização de rendimentos.

d) Inclui o montante de 83 euros referentes à especialização de gastos.

e) Inclui o montante de 2.580 euros referentes à especialização de rendimentos.

Foram suportados os seguintes gastos com trabalhos especializados no período corrente:

Auditoria e consultoria Fiscal	
Auditoria Externa	4.400
Consultoria Fiscal	7.200
Revisor Oficial de Contas	5.350

38. GARANTIAS E AVALES

	31-12-2017	31-12-2016
Garantias Bancárias		
Garantias bancárias recebidas	1.329.464	1.106.023
Garantias bancárias prestadas	1.256.568	1.457.725
	2.586.032	2.563.748

	Valor Total
Garantias do Acionista	
Cartas Conforto (Linhas de crédito)	861.777
Fianças (Financiamentos mlp)	1.312.500
	2.174.277

Os compromissos acima identificados não constam das demonstrações financeiras apresentadas.

39. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

O total dos futuros pagamentos para as locações operacionais existentes à data de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são os que a seguir se apresentam:

	31-12-2017	31-12-2016
Menos de um ano	58.799	54.288
Entre um e cinco anos	99.194	88.713
	157.993	143.001

40. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante o ano de 2017 foram desenvolvidas diversas ações das quais se destacam:

Atividades de caráter sistemático:

- Envio dos mapas de resíduos e carregamento no Portal SILiAmb (Sistema Integrado de licenciamento do Ambiente);
- Envio de informação para a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), relativa à quantidade recuperada no manuseamento de gases de efeito de estufa em equipamentos fixos;
- Análise e monitorização de requisitos relativos a gases fluorados com efeito de estufa, gases que afetem a



camada do ozono, responsabilidade ambiental, vistorias de licenciamento industrial, registos de produção de resíduos, entre outros;

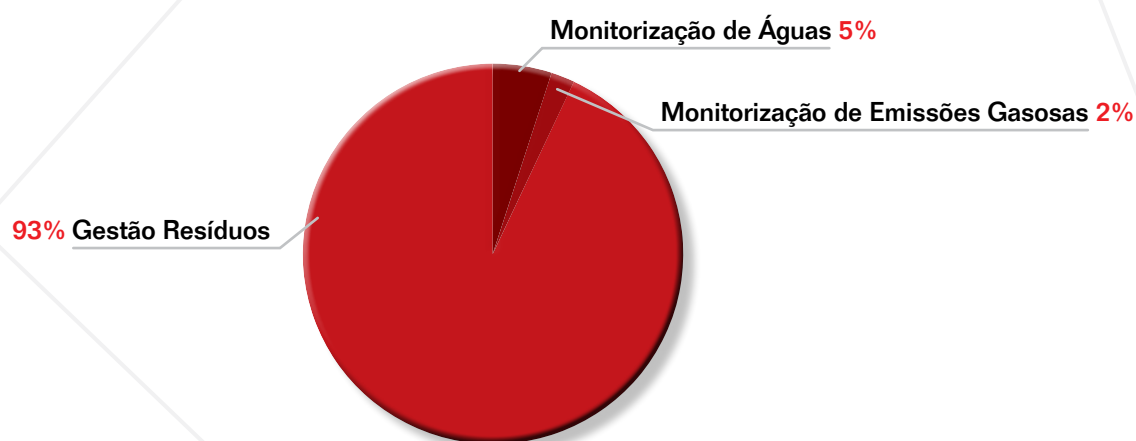
- Consolidação e integração de informação para resposta ao inquérito anual do INE – “Gestão e Proteção do Ambiente”;
- Recolha e organização de dados para o Relatório de Sustentabilidade do Cliente CP;
- Operacionalização de planos de monitorização e comunicação de dados às Entidades Oficiais, nomeadamente Planos de Gestão de Solventes, Registo Anual de Resíduos no portal SILiAmb e monitorização de efluentes gasosos e líquidos;
- Gestão e monitorização do contrato global de gestão de resíduos, (celebrado a 6 de abril de 2015). Este contrato proporciona o adequado encaminhamento de resíduos de todas as Áreas Operacionais da EMEF e Serviços Centrais, para entidades autorizadas conforme requisitos ambientais aplicáveis;
- Realização de auditorias internas programadas, considerando também, além de requisitos ligados às normas ISO 9001, NP 4427, Reg. UE445/2011 e HST, a avaliação de requisitos de ambiente.

Atividades de caráter não sistemático:

- No domínio da racionalização de energia, realizou-se acompanhamento das ações no âmbito do Sistema de Gestão de Consumidores Intensivos de Energia-SGCIE (Decreto-Lei nº 71/2008, de 15 de abril), que visa os Estabelecimentos do Entroncamento e Guifões.

No domínio de ambiente, durante o ano de 2017 registou-se um gasto aproximado de 125 400 euros, distribuído da seguinte forma:

Gastos Ambientais 2017





A “gestão de resíduos” está associada ao encaminhamento de resíduos para destino licenciado para o efeito, e dos 93% dos gastos em gestão de resíduos: cerca de 50% são relativos a resíduos encaminhados pela Safetykleen referentes a líquidos de lavagem de base solvente e aquosa; 39,5% dizem respeito ao contrato de gestão de resíduos industriais; 6,5% correspondem ao tratamento do lixo (resíduos equiparados a urbanos) produzido anualmente no complexo do Entroncamento e 4% referem-se aos resíduos provenientes das limpezas de ETAR e separadores de hidrocarbonetos.

O item “monitorização de águas” engloba a realização de análises a efluentes líquidos industriais.

A “monitorização de emissões gasosas” relaciona-se com a caracterização legalmente requerida dos efluentes gasosos das chaminés dos estabelecimentos onde a EMEF labora.

Face a 2016, existiu um aumento de cerca de 6% nos gastos em matérias ambientais devido maioritariamente ao acréscimo de 26% dos gastos com as máquinas de limpeza da Safetykleen, uma vez que se procedeu ao aumento da capacidade de uma das máquinas de limpeza, de forma a dar resposta ao aumento da carga. Como contraponto, salienta-se a vantagem geral de uso dos sistemas Safetykleen, proporcionando maior confinamento das emissões difusas nas máquinas automáticas e semiautomáticas.

41. OUTRAS INFORMAÇÕES

Proposta de aplicação de Resultados:

Nos termos da lei e dos estatutos, o conselho de administração propõe-se que os resultados líquidos do período de 2017, de 5.920.901,56 (cinco milhões, novecentos e vinte mil, novecentos e um euros e cinquenta e seis cêntimos), sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

42. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Em 29 de janeiro de 2018, o Tribunal de Contas recusou o visto prévio à prorrogação dos contratos de manutenção de algumas das séries de material circulante para o primeiro trimestre de 2018 (Acórdão n. °8/2018 1.ºS/SS), alegando a necessidade de ser cumprido o ‘regime regra da contratação pública, com adoção de procedimentos concursais abertos, em obediência ao princípio da concorrência’. A CP recorreu desta decisão em 16 de fevereiro de 2018, aguardando-se o parecer final do Plenário sobre o referido recurso.

Relativamente ao BcpFactoring, conforme referido no ponto 14 – Outros Créditos a Receber, decorreu em fevereiro de 2018 a Audiência Preliminar, tendo sido agendadas as audiências de discussão para maio.

Lisboa, 12 de março de 2018

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Sérgio Abrantes Machado

Diretora Financeira: Dra. Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

Vogal: Dra. Ana Maria dos Santos Malhó

Contabilista: Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro



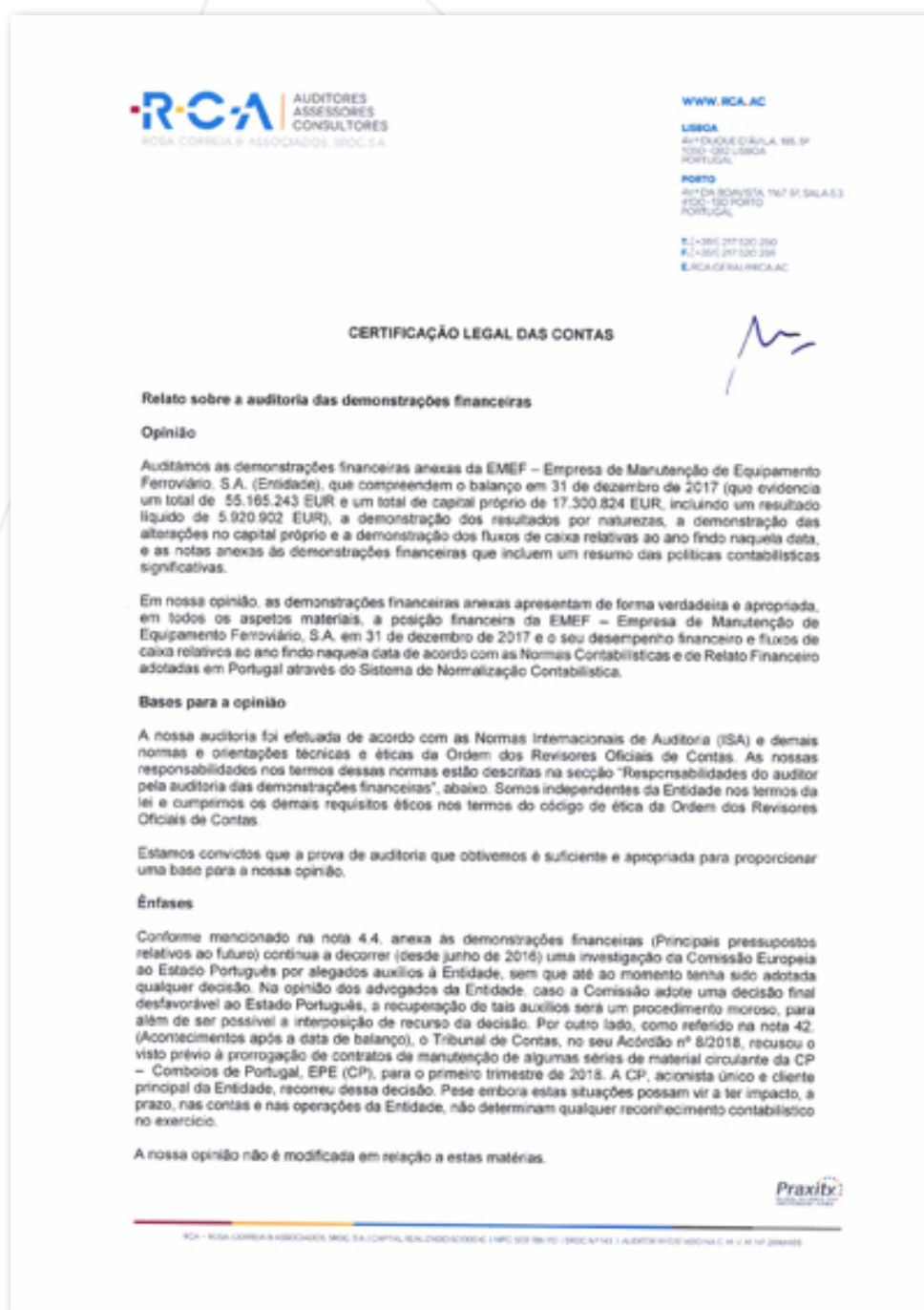
EMPRESA
DE MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTO
FERROVIÁRIO S.A.

CONHECIMENTO
NO LUGAR CERTO



ANEXOS

1. Certificação Legal de Contas





Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além da matéria referida no primeiro parágrafo da secção "Bases para a opinião", considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Reconhecimento do rédito

Risco de distorção material

O rédito decorrente de serviços prestados, que em 2017 ascendeu a 72.071.002 EUR (56% dos rendimentos operacionais), é mensurado em função do grau de acabamento dos serviços em curso à data de balanço.

Pela materialidade e pelo nível de julgamento requerido para determinação desse grau de acabamento à data do balanço, considerámos a possibilidade de um eventual risco de distorção material.

Resposta ao risco

Os procedimentos desenvolvidos para fazer face ao referido risco foram os seguintes:

- Obtenção de conhecimento do ambiente de controlo existente na Entidade relativamente ao reconhecimento do rédito;
- Análise das estimativas inerentes ao reconhecimento do rédito do período;
- Análise das principais variações na rubrica de Vendas e serviços prestados;
- Execução de procedimentos de confirmação externa dos saldos das entidades com créditos mais significativos na data de balanço.

Imparidade de inventários

Risco de distorção material

O valor de inventários constitui a principal rubrica do balanço da Entidade representando 44% do seu total, sendo mensurados pelo menor valor do seu custo ou do seu valor realizável líquido.

No âmbito da atividade desenvolvida, a Entidade está obrigada a deter inventários por longos períodos com o propósito de suprir necessidades emergentes das responsabilidades assumidas para com os seus clientes.

As perdas por imparidade de inventários estão indexadas à duração de cada contrato de prestação de serviços celebrado.

A relevância da área identificada advém, para além dos montantes em causa, da complexidade e do nível de julgamento exigidos na determinação de eventuais perdas por imparidade.

Resposta ao risco

Os procedimentos de auditoria adotados com vista a validar as estimativas utilizadas na avaliação da imparidade de inventários foram, entre outros, os seguintes:

- Assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pela Entidade;
- Análise dos pressupostos inerentes ao cálculo da estimativa de perdas por imparidade de inventários;
- Verificação dos pressupostos subjacentes com equipas técnicas da Entidade;
- Análise dos principais movimentos da imparidade ocorridos no exercício;
- Verificação da consistência dos critérios utilizados com os do ano anterior;
- Verificação da adequação das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Outras matérias

A nossa nomeação como revisores oficiais de contas da Entidade ocorreu em dezembro de 2017, tendo as demonstrações financeiras de 2016 sido objeto de certificação legal por outro revisor oficial de contas que em 5 de abril de 2017 expressou uma opinião sem reservas e com uma incerteza material relacionada com a continuidade.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade elaborou "demonstração não financeira" prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, a qual constitui anexo autónomo do seu relatório de governo societário

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do regulamento (EU) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (EU) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados revisores oficiais de contas da Entidade pela primeira vez através de Deliberação Unânime por Escrito de 18 de dezembro de 2017 para o exercício de 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 12 de março de 2018.



- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

Lisboa, 12 de março de 2018



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Luis F. Pereira Rosa, ROC



2. Relatório de Auditoria



RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO
& ASSOCIADOS, SROC, LDA.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 55.165.243 euros e um total de capital próprio de 17.300.824 euros, incluindo um resultado líquido de 5.920.902 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Encontra-se em curso uma investigação da Comissão Europeia sobre o Estado Português por alegados auxílios concedidos por este à EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., conforme mencionado na Nota 4.4 do Anexo. A Administração da Entidade perspectiva um desfecho favorável para esta investigação.

Conforme referido na nota 42 do anexo, em 29 de janeiro de 2018, o Tribunal de Contas recusou o visto prévio à prorrogação dos contratos de manutenção de algumas séries de material circulante, entre a EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E., tendo esta última recorrido da decisão.

Salientamos que a CP – Comboios de Portugal, E.P.E. para além de accionista único da Entidade é também o seu principal cliente.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Inscrita na O.R.C.C. com o n.º 197 • Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 20161495 • Capital social de 10.000 Euros • NIPC/NIF: 507 327 314 • C.R.C. Lisboa
Sede: Rua Júlio Perdigão, 12 - Sala 903 - Torre A - 1800 - 131 LISBOA - PORTUGAL • Tel. +351 217 910 703 • Fax. +351 217 910 685
Escritório: Belouca Office Park, Edifício 4 - Escritório 1.6 • 2710 - 693 SINTRA - PORTUGAL • Tel. +351 219 242 943 • Fax. +351 219 242 944
www.rmr-sroc.pt



A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p>Reconhecimento do Rêdito</p> <p>O rêdito dos serviços prestados pela Entidade, que incluem essencialmente a manutenção e reparação de material circulante, ascendeu a 72.071.002 euros em 31 de dezembro de 2017, conforme divulgado na nota 25.</p> <p>Consideramos ser uma matéria relevante para efeitos de auditoria pela sua materialidade e pelo julgamento associado à determinação do grau de acabamento dos serviços em curso.</p>	<p>Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none">a) conhecimento do ambiente de controlo relativamente ao ciclo da receita;b) análise dos pressupostos considerados no reconhecimento das obras em curso;c) análise dos ajustamentos efectuados ao rêdito no final do ano; ed) identificação e análise das principais variações na rubrica da receita.
<p>Imparidade dos inventários</p> <p>Os inventários, que em 31 de dezembro de 2017 ascendem a 24.300.639 euros, são registados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme descrito na nota 4.2 e).</p> <p>Associado às responsabilidades assumidas perante os seus clientes, a Entidade detém inventários por longos períodos. Assim, face ao montante dos inventários e ao elevado nível de julgamento por parte da Administração na estimativa das perdas por imparidade (conforme referido na nota 11), consideramos ser uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none">a) análise das políticas contabilísticas associadas a esta matéria;b) assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pela Entidade;c) análise dos pressupostos subjacentes ao cálculo da estimativa da imparidade dos inventários;d) corroboração dos pressupostos subjacentes com equipas técnicas da Entidade;e) análise dos principais movimentos de imparidade ocorridos no ano;f) aferição da consistência dos critérios com os utilizados no ano anterior;g) verificação da adequabilidade das divulgações da imparidade no anexo.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão incluindo o relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



RUIBRO, FIGUEIRA, MARQUES, ROSSO
& ASSOCIADOS, SROC, LDA



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano coerente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.



RUI REIS, EGÍDIA MARQUES REIS
& ASSOCIADOS, SROC, Lda



Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido publicado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na reunião do Conselho de Administração do accionista único, CP – Comboios de Portugal, E.P.E., realizada em 10 de julho de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados/eleitos na reunião do Conselho de Administração do accionista único, CP – Comboios de Portugal, E.P.E., realizada em 31 de maio de 2017 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

Lisboa, 12 de março de 2018

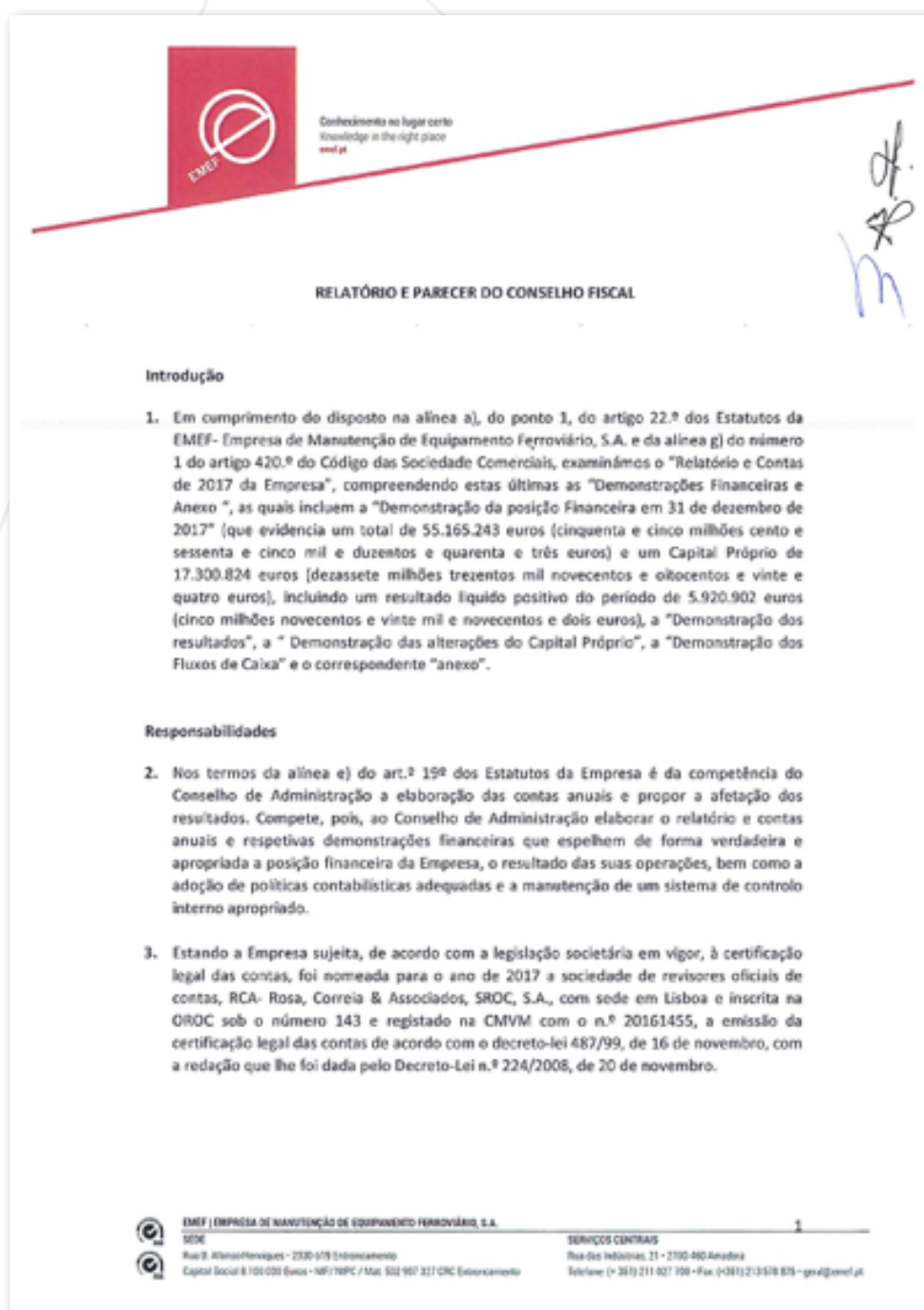
RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:

Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC nº 1015
Registado na CMVM com o nº 20160630



RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO
& ASSOCIADOS, SROC, LDA.

3. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





Conhecimento no lugar certo
Knowledge in the right place
emeff.pt

Handwritten signature in blue ink.

4. A referida certificação legal das contas para o período findo em 31 de dezembro de 2017, datada de 12 de março de 2018, foi emitida na modalidade, sem reservas. Sem afetar essa opinião, foi referida a investigação que continua a decorrer por parte da Comissão Europeia ao Estado Português por alegados auxílios à EMEF ainda sem qualquer decisão nesta matéria, bem como o facto do Tribunal de Contas ter recusado o visto prévio à prorrogação dos contratos de manutenção de algumas séries de material circulante da CP-Comboios de Portugal para o 1º trimestre de 2018, o que fez o acionista CP recorrer desta decisão. Considera o revisor oficial de contas no seu parecer que pese embora o impacto que estas situações possam vir a ter, a prazo, não determinam qualquer reconhecimento contabilístico no exercício.
5. A nossa responsabilidade está definida nos Estatutos da Empresa (art.º 22º.) e consiste na emissão de parecer sobre as contas anuais, e de um modo geral, de acordo com o art.º 420 do Código das Sociedades Comerciais, na fiscalização da administração da Sociedade e observância da lei e do contrato de Sociedade.
6. A nossa responsabilidade inclui também a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, nomeadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão previstas na Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, bem como a aferição do cumprimento da exigência constante nos n.ºs 1 e 2 do artigo 54.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, que estabelece que as empresas públicas devem apresentar anualmente relatórios de boas práticas de governo societário.

Âmbito

7. O âmbito da nossa ação fiscalizadora foi realizado pois, com base nos Estatutos da Empresa e na legislação societária em vigor, nomeadamente o artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais.
8. Para tanto a nossa atividade consistiu nomeadamente em:
 - a) Fiscalizar a Administração da sociedade;
 - b) Realizar reuniões com os responsáveis da Empresa, nomeadamente Diretor Geral, Diretores Coordenadores das Áreas de Suporte, Diretora financeira, Contabilista Certificada, e com o revisor oficial de contas;
 - c) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
 - d) Acompanhar, através da consulta das atas, as deliberações tomadas e verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;



EMEF | EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO FERROVIÁRIO, S.A.
14026
Rua D. Afonso Henriques - 2330-519 Entroncamento
Capital Social 8.100.000 Euros - NIF/NIPC / ICS: 502 987 327 CRC Entroncamento

SERVIÇOS CENTRAIS
Rua das Indústrias, 21 • 2700-480 Amadora
Telefone: (+351) 211 027 708 - Fax: (+351) 211 578 875 - geral@emeff.pt

2



Conhecimento ao lugar certo
Knowledge in the right place
emeef.pt

- e) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- f) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- g) Fiscalizar a eficácia do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- h) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou dos Estatutos da Empresa, designadamente dar parecer ao Plano de Atividades e Orçamento da Empresa.

Verificação prevista nas instruções legais sobre o processo de prestação de contas.

- 9. Confirmamos que a Empresa cumpriu com as obrigações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, nomeadamente, o cumprimento do disposto na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.
- 10. Confirmamos que tanto o "Relatório e Contas da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.", como o "Relatório de Governo Societário" do qual constitui anexo autónomo a "demonstração não financeira", estão de acordo com a legislação vigente.
- 11. Analisámos a Certificação Legal das Contas emitida em 12 de março 2018, e o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização emitido em 13 de março de 2018 pela RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.

Parecer

- 12. Relevamos a melhoria significativa de desempenho conseguida no exercício de 2017, com um resultado líquido positivo de 5.920.902 euros (cinco milhões novecentos e vinte mil e novecentos e dois euros), e inerente melhoria de todos os restantes indicadores de desempenho.
- 13. Considerando as análises e trabalhos efetuados, somos de parecer que o "Relatório e Contas da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.", e o "Relatório de Governo Societário" do qual constitui anexo autónomo a "demonstração não financeira", estão de acordo com a legislação vigente.



EME F | EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO FERROVIÁRIO, S.A.
SEDE
Rua D. Afonso Henriques • 2330-519 Entrocamento
Capital Social 8.100.000 Euros • NIF/NIPC / Istat: 530 987 327 CRC Entrocamento

Serviços Centrais
Rua das Indústrias, 21 • 2700-440 Amadora
Telefone: (+351) 211 627 708 - Fax: (+351) 211 578 875 - geral@emeef.pt

3



Conhecimento no lugar certo
Knowledge in the right place
emeff.pt

14. Assim, somos de parecer que a Assembleia-geral da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Lisboa, 14 de março de 2018.

O CONSELHO FISCAL


Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira

Presidente



Vitor de Figueiredo Mendes Castanheira

Vogal



Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves

Vogal



EMEF | EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO FERROVIÁRIO, S.A.
SEDE
Rua D. Afonso Henriques • 2330-519 Entroncamento
Capital Social 8.100.000 Euros • NIF / NIPC / N.º: 502 937 217 CRC Entroncamento

Serviços Centrais
Rua das Indústrias, 21 • 2700-480 Amadora
Telefone (+351) 211 627 700 • Fax (+351) 213 578 875 • geral@emeff.pt





**EMPRESA
DE MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTO
FERROVIÁRIO S.A.**

EMEF – Empresa de Manutenção
de Equipamento Ferroviário, S.A.
Rua das Indústrias, 21
2700-460 Amadora
Tel.: (+351) 211 027 700
Fax: (+351) 213 578 875
E-mail: geral@mef.pt
<https://www.emef.pt>



CONHECIMENTO
NO LUGAR CERTO

EMPRESA
DE MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTO
FERROVIÁRIO S.A.



RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2017



EDITOR

EMEF-Empresa de Manutenção
de Equipamento Ferroviário, S.A.
Rua das Indústrias, 21
2700-460 Amadora
Tel.: (+351) 211 027 700
Fax: (+351) 213 578 875
E-mail: geral@emef.pt
<https://www.emef.pt>

LAYOUT

Brandworkers, Comunicação 360º
Rua João Saraiva, nº36, 1º Andar, 1700-250 Lisboa
Lisboa, Maio 2018



Índice

I. Síntese (Sumário Executivo)	5
II. Missão, objetivos e Políticas	6
III. Estrutura de capital	6
IV. Participações sociais e obrigações detidas	7
V. Órgãos sociais e comissões	9
A. Modelo de Governo	9
B. Assembleia Geral	9
C. Administração e Supervisão	9
D. Fiscalização	15
E. Revisor Oficial de Contas (ROC)	19
F. Auditor Externo	20
VI. Organização interna	22
A. Estatutos e Comunicações	22
B. Controlo Interno e gestão de riscos	22
C. Regulamentos e Códigos	23
D. Deveres Especiais de Informação	26
E. Sítio da Internet	26
VII. Remunerações	26
A. Competências para a Determinação	26
B. Comissão de Fixação de Remunerações	26
C. Estrutura das Remunerações	27
D. Divulgação das Remunerações	27
VIII. Transações com partes relacionadas e outras	27
IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental	28
X. Avaliação do Governo societário	41



ANEXO	42
Demonstração não financeira	43
A. Enquadramento	43
B. Indicadores – Chave de Desempenho	43
I. Ambiente	43
• Resíduos – Prevenção de Impactes	43
• Água	45
• Energia	45
II. Recursos Humanos	46
• Empregabilidade	46
• Benefícios dos Colaboradores	48
• Salário Médio	49
• Dados do Efetivo	49
• Formação	51





I. Síntese (Sumário Executivo)

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do decreto-lei n.º 133/2013, em vigor desde dezembro de 2013, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa de todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido decreto-lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”.

Em cumprimento do disposto no artigo 54.º do referido diploma, a EMEF, elaborou o presente relatório relativo ao ano de 2017.

A EMEF elaborou em 2017 os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016, o plano de atividades e orçamentos para o triénio 2018-2020, bem como os relatórios mensais e trimestrais de execução orçamental.

Existiu em 2017 (julho) alteração à composição do Conselho de Administração, conforme descrito no capítulo V.C. do relatório. Os atuais membros acumulam as funções de administradores da acionista única CP, E.P.E (CP), não sendo, remunerados pela EMEF.

No que respeita ao Conselho Fiscal, ocorreram alterações na sua composição, conforme descrito no capítulo V.D. do presente relatório. Contudo os cargos de Presidente e Vogais Efetivos continuam a ser não remunerados e pertencem ao quadro de pessoal da CP.

Neste relatório são declaradas as remunerações do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo. É ainda descrita a ação no domínio da sustentabilidade económica, social e ambiental, assim como as transações com partes relacionadas e outras.

Anualmente, a EMEF informa o seu acionista e o público em geral do modo como prosseguiu a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como cumpriu a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, através da publicação de um relatório de boas práticas do governo societário.





II. Missão, objetivos e Políticas

A EMEF tem como visão ser a referência nacional em material circulante ferroviário.

Tradicionalmente ligada ao setor dos transportes ferroviários, a EMEF assume a missão de criar valor para os clientes, colaboradores e acionista. É o reconhecimento da missão da empresa que a faz mover, que lhe confere sentido e que funciona como elemento agregador do esforço que cada um despender no seu dia-a-dia de trabalho.

A concretização daqueles objetivos latos, são vertidos em políticas enformadas por um conjunto de princípios traduzidos por:

- Desenvolvimento da atividade voltada para os clientes;
- Criação de condições de segurança para os trabalhadores e para o material circulante ferroviário;
- Proteção do ambiente;
- Gestão da atividade com alcance na sustentabilidade económico-financeira e continuidade das operações de modo independente.

III. Estrutura de capital

O capital social é de 8.100.000 euros, dividido e representado por 8.100.000 ações no valor nominal de um euro cada uma. O mesmo encontra-se integralmente realizado, em dinheiro e outros valores constantes da escrituração social. As ações podem ser escriturais ou representadas por títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 500, 1.000 e 5.000 ações. As ações serão reciprocamente convertíveis, a pedido e por conta dos acionistas.

O titular das ações é a CP – Comboios de Portugal, EPE, inexistindo limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das mesmas.

Não existem acordos parassociais que restrinjam a sociedade.



IV. Participações sociais e obrigações detidas

No final de 2017, a EMEF tinha participação financeira nas seguintes entidades empresariais:

Participações Financeiras

Designação	EMEF
EMEF/SIEMENS ACE	51% do resultado líquido
NOMAD TECH, Lda	35% das quotas

O EMEF/SIEMENS ACE é um agrupamento complementar de empresas que foi constituído em 2009 pela EMEF e pela SIEMENS e tem por objeto a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção das Locomotivas Elétricas LE5600 e LE4700, ao abrigo do Contrato entre o ACE e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A NOMAD TECH é uma sociedade por quotas constituída em novembro de 2013 entre a EMEF e a NOMAD Digital com o objetivo de fornecer soluções de Telegestão Ferroviária – como a Manutenção Baseada na Condição (MBC) e Eficiência Energética – para o mercado ferroviário a nível mundial.

Paralelamente a EMEF possui as seguintes participações de natureza associativa ou fundacional:

Entidades em que a EMEF é sócio efetivo ou fundador

Entidade	Ano adesão	Valor da participação	Observações
INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2006	2.500	A EMEF é sócio efetivo do Instituto com a subscrição no montante de 2.500€, a que correspondem 500 unidades de participação.
FMNF – Fundação Museu Nacional Ferroviário	2007	31.944	A EMEF é entidade equiparada a fundador. A contribuição da EMEF foi em espécie, sob a forma da prestação do serviço de recuperação de placa giratória da rotunda de locomotivas.



Entidades em que a EMEF é associada

Entidade	Ano adesão	Observações
NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém	1996	Em 4-Out-1996 a CE da EMEF deliberou autorizar a inscrição da EMEF nesta associação, pelo facto de a sede social da empresa se situar no Entroncamento e pelo facto de, com esta adesão a empresa ter acesso às vantagens de adesão automática à AIP, facilidade de acesso a fundos estruturais instituídos no QCA e empréstimos a juros bonificados através de protocolo celebrado com o BES
IPQ – Instituto Portugues para a qualidade	1995	A EMEF está inscrita atualmente como correspondente da Classe B. As vantagens são as seguintes: receção de normas gratuitas (portuguesas, europeias e ISO) que sejam emitidas em cada ano e descontos na aquisição de normas em geral; necessário para o Sistema de Gestão da Qualidade e Certificação do mesmo.
ANEME – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas	2007	Em 1-Fev-2007 a CE da EMEF deliberou a reinscrição nesta Associação pelo facto de possibilitar o usufruto de vantagens na internacionalização, quer para a Argentina, quer para Moçambique.
APNCF – Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária	1996	A EMEF é entidade equiparada a associado fundador.
Plataforma Ferroviária Portuguesa	2016	A 16-Mar-2016 o CA da EMEF deliberou a inscrição da EMEF nesta plataforma. O seu objetivo é proporcionar aos seus associados competitividade no quadro da economia nacional, promovendo iniciativas, projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, reunindo e promovendo a cooperação entre empresas, entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, entidades públicas e privadas, associações, federações, confederações e outras, do setor ferroviário ou a ele ligadas.
Grupo de Utilizadores SAP em Portugal	2006	A inscrição nesta associação teve por objectivo a partilha de ideias e soluções, bem como o intercâmbio de informação e conhecimento entre os diversos membros e, também, com a SAP.

Não foram prestadas a outras entidades quaisquer garantias financeiras nem foram assumidas dívidas ou passivos de outras entidades.

As relações significativas de natureza comercial existentes entre a EMEF e o acionista único (CP, EPE) são divulgadas no capítulo VIII (transações com partes relacionadas e outras) deste relatório.

No que respeita aos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses e no estrito cumprimento dos princípios de bom governo das empresas públicas, previstos no DL 133/2013, mormente no seu artigo 51º, os Administradores da EMEF abstêm-se de intervir em decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente, as despesas por si realizadas que são aprovadas por outro Administrador. Ainda, os Administradores da empresa não detêm quaisquer participações patrimoniais na mesma nem relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.



V. Órgãos sociais e comissões

A. MODELO DE GOVERNO

De acordo com os seus Estatutos, a EMEF tem uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal, sendo ainda auditada por um Auditor Externo.

B. ASSEMBLEIA GERAL

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha fixado (€)	Remuneração Anual 2017 (€)			
				Bruta (1)	Redução Remuneratória	Reversão Remuneratória	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
2017-2019	Presidente	Maria Romana da Cunha Paulino Correia de Vasconcelos	0	0	0	0	0
	Secretário	Maria Filipa Alves Marvão Lucas Martins	0	0	0	0	0

Não existem deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada.

C. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A estrutura da administração e fiscalização da sociedade é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Os órgãos sociais são eleitos pela Assembleia Geral sem prejuízo de eventuais decisões da acionista única.

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2017	Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	Mantiveram as funções para as quais foram nomeados no ano 2015		CP	-
	Vogal	Nuno Serra de Sanches Osório			CP	-
2017-2019	Presidente	Sérgio Abrantes Machado	Deliberação Unânime	21/07/2017	CP	-
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó			CP	-

Na falta ou impedimento definitivos de qualquer administrador procede-se à cooptação de um substituto, a ratificar na seguinte Assembleia Geral. O mandato do novo administrador terminará no fim do período para o qual o administrador substituído tinha sido eleito.

Curricula vitae resumidos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 21 DE JULHO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017



PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º SÉRGIO ABRANTES MACHADO

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica (Energia) pelo Instituto Superior Técnico, Mestrado em Ciências da Eletricidade (Máquinas Elétricas e Eletrónica de Potência) pela Universidade Católica de Lovaina, Master in Business Administration (Finanças) pela Universidade Católica Portuguesa e Pós-Graduação em Gestão de Energias Renováveis pela Universidade Católica Portuguesa.

Presidente do Conselho de Administração da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (desde 21 de julho de 2017).

Vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E. (desde 30 de junho de 2017).

Gerente da Nomad Tech, Lda. (desde 1 de agosto de 2017).

Diretor-Geral da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (2017).

Gestor Local de Energia e Carbono da CP (2014 a 2017).

Assessor do Conselho de Administração da CP (2012 a 2014).

Diretor Coordenador da CP-Frota/Diretor da Direção de Engenharia (2009 a 2012).

Assessor do Conselho de Administração da CP (2008 a 2009)

Vogal da Administração da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A (2005 a 2008).

Assessoria do Conselho de Gerência da CP (2004 a 2005)

Vogal da Administração da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A (1998 a 2004).

Exerceu funções na Área da Manutenção, na TAP Air Portugal, dos quais cerca de sete anos em funções de Direção de Produção, dois anos na Área de Manutenção e cerca de três como Diretor de Compras e Gestão de Contratos da Siemens-Manindustria, para a TAP Air Portugal (1984 a 1998).

Docente do ensino superior público, na área de Energia-Máquinas Elétricas, como Professor Convidado a tempo parcial no ISEL.

Especialista em Manutenção Industrial pela Ordem dos Engenheiros, e pelo Ensino Superior Politécnico, após provas públicas.



VOGAL

Dr.ª. ANA MARIA DOS SANTOS MALHÓ

Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa e Pós-Graduação em Corporate Finance pelo INDEG-ISCTE Executive Education.

Vogal do Conselho de Administração da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (desde 21 de julho de 2017).

Vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E. (desde 30 de junho de 2017).

Presidente do Conselho de Administração do EMEF/Siemens ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, ACE (desde 1 de agosto de 2017).

Responsável do Departamento Financeiro, integrado na Direção Financeira da CP, com a responsabilidade das áreas de gestão financeira e tesouraria (2013 a 2017).

Membro do Conselho Fiscal da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (2013 a 2017).

Membro do Board of Directors da Eurofima – European Company for the Financing of Railroad Rolling Stock.

Vogal do Conselho Fiscal da CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A (2013 a 2015).

Diretora Financeira da CP, incorporando as áreas de gestão financeira e tesouraria (2011 a 2013).

Ingressou nos quadros da CP-Comboios de Portugal, integrando o Gabinete de Gestão Financeira (dezembro de 1998)

Desempenhou funções de análise e avaliação de crédito na CETELEM – Sociedade Financeira de Aquisição a Crédito (1996 a 1998).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 1 DE JANEIRO DE 2017 A 20 DE JULHO DE 2017



PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º MANUEL TOMÁS CORTEZ RODRIGUES QUEIRÓ

Mestrado de Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas (parte escolar), Instituto Superior Técnico, 1983-1985, e Licenciatura em Engenharia Civil, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1978.

Presidente da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, SA, desde agosto de 2015 até julho de 2017.

Presidente do Conselho de Administração da Comboios de Portugal, E.P.E. desde fevereiro de 2013.

Assistente, Professor Auxiliar, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Laboratório de Urbanismo, Ordenamento do Território e Transportes (1980 a 2013).

Sócio-Gerente, da Conprojur, Consultadoria e Projetos Urbanos, Lda., Coimbra, empresa de Coordenação de Projetos (2006 a 2013).

Administrador na Empresa Soturis – Sociedade Imobiliária e Turística, SA (2002 a 2005).

Deputado à Assembleia da República (CDS), tendo exercido funções junto da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Ambiente e Poder Local, da Comissão Parlamentar de Educação e da Comissão Parlamentar de Integração Europeia, bem como contribuído no âmbito da Definição de opções a respeito de Plano Rodoviário Nacional, Rede Ferroviária, Infraestruturas Portuárias e Aeroportuárias, Metro do Porto, TGV, Solução final na questão da Coíncineração e Política de Resíduos Perigosos, Rede regional e local de Gás natural e Política nacional de produção de Energia (anos de 1983 a 1987, 1991 a 1995 e 1999 a 2002).

Consultor e Projetista (1989 a 1993).

Subtenente da Armada (1978 a 1980).



VOGAL

Dr. NUNO SERRA SANCHES OSÓRIO

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1989, e frequência do PADE – Programa de Alta Direção de Empresas, na AESE, 2011.

Vogal executivo do Conselho de Administração da EMEF, SA, desde maio de 2015.

Vogal executivo do Conselho de Administração da CP, EPE, desde maio de 2015.

Administrador na APL (2013-2015).

Administrador Executivo na ETE Logística, S. A., Administrador na Autoguer – Aluguer de Automóveis e Equipamento, S. A., Gerente na ETE Logística de Moçambique, Lda. e Gerente na Transporte Sousa Mendes – Transporte de Mercadorias, Lda. (2008-2013).

Presidente do Conselho de Administração da ATI – Arnaud Transitários (Ilhas), S. A. e Administrador na Logisdar – Logística e Transporte de Mercadorias, S. A. (2005-2008).

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos do Mar (2004-2005).

Diretor de Investimentos da Intermoney Valores, Sucursal em Portugal (2003-2004).

Administrador e Membro da Comissão Executiva do Banif – Banco de Investimento, S. A., Administrador e Membro da Comissão Executiva da Banifundos Cisalpina – Soc. Gestora de Fundos Mobiliários, S. A., Administrador e Membro da Comissão Executiva da Banif Patrimónios – Soc. Gestora de Patrimónios, S. A. e Presidente do Conselho Fiscal da APFIN – Associação das Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento e de Patrimónios (1999-2002).

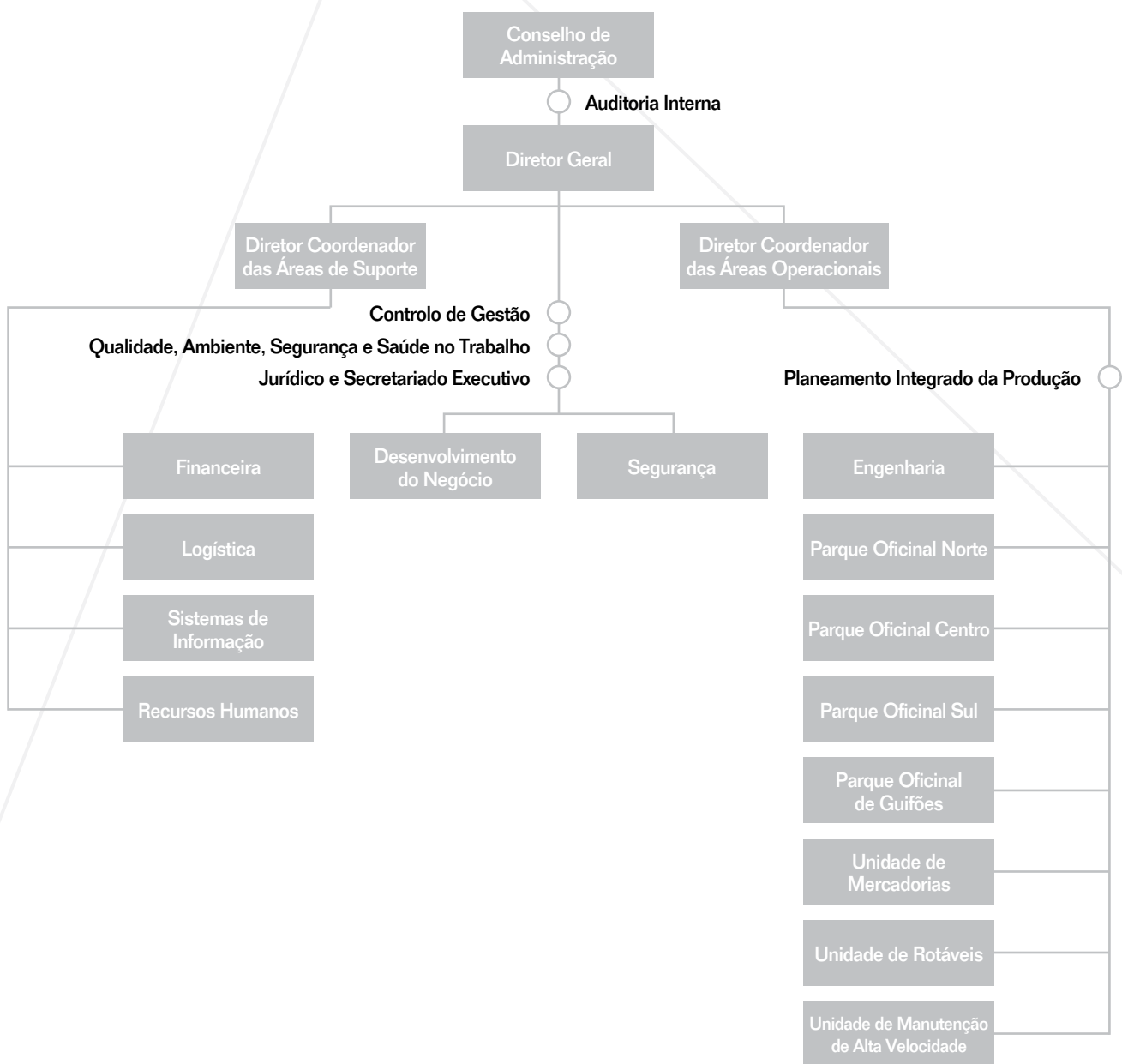
Presidente da Finivalor – Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. e Administrador da Finipatrimónio – Soc. Gestora de Patrimónios, S. A. (1996-1999).

Diretor de Investimentos da Carnegie Portugal – Soc. Gestora de Patrimónios, S. A. (1994-1996).

Diretor Adjunto na Espírito Santo – Soc. Gestora de Patrimónios, S. A. (1991-1994).

Trader na CISF – Corretora, Soc. Corretora de Valores Mobiliários, S. A. (1989-1991).

Organograma da empresa





Foram realizadas pelo Conselho de Administração 44 reuniões durante o ano de 2017, o Presidente esteve presente em 44 reuniões e o vogal em 43 reuniões, sendo que todas as ausências estão justificadas.

Os atuais membros do Conselho de Administração da EMEF acumulam as funções de administradores da acionista, não sendo remunerados pela primeira.

O órgão da sociedade competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos é a Assembleia Geral e não existem critérios pré-determinados para a mesma avaliação.

Não existem comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados.

D. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, todos eleitos, em Assembleia Geral, pelo período de um ano.

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)
			Forma	Data	
2017	Presidente	Ana Maria dos Santos Malhó	Mantiveram as funções para as quais foram nomeados no ano 2016		Não remunerado
	Vogal	Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira			Não remunerado
	Vogal	Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves			Não remunerado
	Suplente	Carla Manuela Serra Geraldés			Não remunerado
2017-2019	Presidente	Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira	Deliberação Unânime	21/07/2017	Não remunerado
	Vogal	Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves	Deliberação Unânime	21/07/2017	Não remunerado
	Vogal	Vitor de Figueiredo Mendes Castanheira	Deliberação Unânime	21/07/2017	Não remunerado
	Suplente	José Domingos Figueiredo Afonso Azevedo	Deliberação Unânime	21/07/2017	Não remunerado

Os cargos de Presidente e Vogais do Conselho Fiscal não são remunerados dado serem desempenhados por colaboradores do quadro de pessoal da CP, E.P.E..



Curricula vitae resumidos

CONSELHO FISCAL DE 1 DE JANEIRO DE 2017 A 20 DE JULHO DE 2017

PRESIDENTE

Dr.ª ANA MARIA DOS SANTOS MALHÓ

Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa e Pós-Graduação em Corporate Finance pelo INDEG-ISCTE Executive Education.

Vogal do Conselho de Administração da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (desde 21 de julho de 2017).

Vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E. (desde 30 de junho de 2017).

Presidente do Conselho de Administração do EMEF/Siemens ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, ACE (desde 1 de agosto de 2017).

Responsável do Departamento Financeiro, integrado na Direção Financeira da CP, com a responsabilidade das áreas de gestão financeira e tesouraria (2013 a 2017).

Membro do Conselho Fiscal da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (2013 a 2017).

Membro do Board of Directors da Eurofima – European Company for the Financing of Railroad Rolling Stock.

Vogal do Conselho Fiscal da CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A (2013 a 2015).

Diretora Financeira da CP, incorporando as áreas de gestão financeira e tesouraria (2011 a 2013).

Ingressou nos quadros da CP-Comboios de Portugal, integrando o Gabinete de Gestão Financeira (dezembro de 1998)

Desempenhou funções de análise e avaliação de crédito na CETELEM – Sociedade Financeira de Aquisição a Crédito (1996 a 1998).

VOGAL

Dr.ª ELISABETE GONÇALVES BETTENCOURT DE FREITAS OLIVEIRA

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas, com especialização em Finanças, pelo ISCTE-Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da empresa, especialização em consolidação de contas e SGPS pelo ISCTE– Business School; contabilista certificada, membro da OCC.

Presidente do Conselho Fiscal da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., em 2017.

Vogal do Conselho Fiscal da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., em 2016 e 2017.



Assume funções de Responsável de Departamento de Contabilidade da CP-Comboios de Portugal, integrado na Direção Financeira da CP, incorporando as áreas de contabilidade geral, contabilidade analítica, ativos fixos tangíveis e intangíveis, e impostos, desempenhando funções relacionadas com a prestação de contas individual e consolidada e o cumprimento das obrigações fiscais, desde 2014.

Assume também as funções de contabilista certificada das seguintes empresas do Grupo CP: Fernave SA-Empresa de Formação Profissional; Ecosaúde SA-Empresa de Medicina de Saúde no Trabalho; Fergráfica Lda – Empresa de Artes Gráficas (empresa liquidada em 2013); e Pactogest Lda – Empresa de estudos de alcoolemia (empresa fundada em 2009), desde 2008.

Ingressou nos quadros da CP-Comboios de Portugal em 1999, e desde essa data exerce funções relacionadas com a área de contabilidade e impostos.

VOGAL

Dr.ª MARIA DE FÁTIMA CORREIA PAIXÃO DE MATOS ALVES

Licenciada em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, Pós-Graduação em Organização e Gestão de Empresas, pelo ex-Instituto Superior para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos, atual Instituto Superior de Gestão.

Ingressou nos quadros da CP-Comboios de Portugal, onde exerce funções de advogada na Direção Jurídica da CP, prestando serviço de patrocínio judicial da empresa, bem como de assessoria jurídica e de representação da CP no Grupo Jurídico da UIC (União Internacional dos Caminhos de Ferro) e nos seus subgrupos de trabalho, desde 1987.

Desenvolveu estudos em várias áreas do Banco Pinto & Sotto Mayor, no âmbito de uma bolsa de estudo desse Banco, em 1986.

Exerceu funções de advogada no Contencioso de várias empresas de construção civil e reparação naval, entre 1980 e 1986.

Inscrita como advogada na Ordem dos Advogados desde junho de 1980.

VOGAL SUPLENTE

Dr.ª CARLA MANUELA SERRA GERALDES

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Revisora oficial de contas desde 2002. Manager do departamento de auditoria da Deloitte & Touche de 1996 a 2003.

Desenvolveu a sua atividade numa multinacional de auditoria, com diferentes graus de responsabilidade onde adquiriu uma experiência de 15 anos em auditoria, dos quais 9 anos como Revisora Oficial de Contas, desempenhando as suas funções em algumas das maiores empresas nacionais e internacionais, distribuídas por vários sectores de atividade. Atualmente, e desde 2004 é sócia da Horwath & Associados e é responsável por diversos trabalhos de auditoria/revisão.



Curricula vitae resumidos

CONSELHO FISCAL DE 21 DE JULHO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PRESIDENTE

Dr.ª ELISABETE GONÇALVES BETTENCOURT DE FREITAS OLIVEIRA (ver CV apresentado anteriormente)

VOGAL

Dr.ª MARIA DE FÁTIMA CORREIA PAIXÃO DE MATOS ALVES (ver CV apresentado anteriormente)

VOGAL

Dr. VITOR DE FIGUEIREDO MENDES CASTANHEIRA

Licenciado em Auditoria pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL)

Contabilista Certificado e membro da OCC desde 1993.

Formador certificado pelo IEFP desde 2013.

Nomeado vogal do Conselho Fiscal da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. em 2017.

Ingressou em 1999 nos Quadros da CP-Comboios de Portugal, EPE, desempenhando funções de técnico de contabilidade financeira e analítica na Direção Financeira. A partir de 2017 assume funções de técnico de planeamento e controlo de gestão na Direção de Tecnologias de Informação.

Contabilista Certificado na empresa Viagens El Corte Inglés, entre 1997 e 1998

Contabilista Certificado na empresa Young & Rubicam (Portugal) Publicidade, Lda, entre 1995 e 1997.

VOGAL SUPLENTE

Dr. JOSÉ DOMINGOS FIGUEIREDO AFONSO AZEVEDO

Licenciado em Gestão de Empresas pela Nova School of Business and Economics; Pós-Graduação em Gestão e Finanças Imobiliárias pelo ISCTE – Business School; Programa Avançado de Gestão para o Setor dos Transportes pela Católica Lisbon School of Business and Economics.

Nomeado membro suplente do Conselho Fiscal da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. em 2017.

Ingressou em 2005 nos quadros da CP-Comboios de Portugal onde desempenhou funções em várias áreas, nomeadamente no Gabinete de Gestão de Mudança como Técnico Analista, na Direção de Contratualização, Compras,



e Serviços Gerais como Técnico Comprador, e desde 2011 assume funções de Técnico de Controlo de Gestão e Orçamento na Direção de Planeamento e Controlo de Atividade da CP-Comboios de Portugal. As principais tarefas desenvolvidas são a colaboração na elaboração do plano de atividades e orçamento de exploração e de investimentos anual da CP-Comboios de Portugal, a participação na elaboração dos relatórios mensais de controlo orçamental e a administração do módulo SAP PSM – Public Sector Management (Key User do módulo PSM).

O Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e o seu funcionamento e funções estão definidos nos estatutos da Empresa. Os atuais membros foram eleitos em Assembleia Geral por deliberação unânime de 21/07/2017.

Foram realizadas 4 reuniões em 2017, em Lisboa e na Amadora, com a presença dos membros do Conselho Fiscal (Presidente e vogais), e sempre que solicitado com o ROC, Auditores Externos, Conselho de Administração e Direção Financeira, sem ausências a reportar.

Os membros do Conselho Fiscal, individualmente ou em conjunto, têm dado continuidade ao acompanhamento da atividade da Empresa, nomeadamente através da leitura das atas do Conselho de Administração e dos Relatórios de Desempenho da empresa. Analisaram e deram parecer sobre as contas do exercício de 2016, em cumprimento das obrigações legais vigentes.

Os membros do Conselho Fiscal exercem funções na CP-Comboios de Portugal E.P.E.

O auditor externo da EMEF presta serviços de auditoria às contas individuais da EMEF e das restantes empresas participadas, bem como às contas consolidadas do Grupo CP, e os respetivos reportes semestrais e anuais são do conhecimento do Conselho Fiscal da EMEF.

E. REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

ROC DE 1 DE JANEIRO DE 2017 A 17 DE DEZEMBRO DE 2017

A EMEF teve como revisor oficial de contas a empresa Horwath & Associados, SROC, Lda., inscrita na OROC com o n.º 186 e registado na CMVM com o n.º 9171, representada pela senhora Dra. Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa, ROC n.º 1128.

A sociedade Horwath & Associados, SROC, Lda foi renomeada como SROC responsável pela Certificação Legal de Contas por deliberação unânime por escrito em 21/07/2017 para o ano de 2017.

ROC DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Atualmente, a EMEF, tem como revisor oficial de contas a empresa RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., inscrita na OROC com o n.º 143 e registado na CMVM com o n.º 20161455, e é representada pelo Dr. Luís Francisco Pereira Rosa, ROC n.º 713, e pelo Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira, ROC n.º 931.

A sociedade RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A. foi nomeada como SROC responsável pela Certificação Legal de Contas por deliberação unânime por escrito em 18/12/2017 para o ano de 2017.

Cabe especialmente ao Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, além das competências constantes da lei, proceder a todos os exames e verificações necessárias à revisão e certificação legal das contas.

A sociedade RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., é responsável pela revisão e certificação legal de contas da EMEF e de outras empresas do Grupo CP.

ROC

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº de Registo na CMVM	Forma	Data		
2017	SROC	Horwath & Associados, SROC, Lda	186	9171	Deliberação unânime	21/07/2017	6	6
2017	SROC	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	143	20161455	Deliberação unânime	18/12/2017	1	1

Nome	Remuneração Anual 2017 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
Horwath & Associados, SROC, Lda	0	0	0	0
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	5.350	0	0	5.350

O valor atual foi resultado de procedimento por ajuste direto lançado no ano 2017 cujo critério de adjudicação foi o do mais baixo preço e o valor sofreu uma ligeira redução face aos anos anteriores (2013 a 2016).

Não foram prestados serviços adicionais pela SROC à EMEF.

F. AUDITOR EXTERNO

A EMEF tem como auditor externo a empresa Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., inscrito na OROC com o n.º 197 e registado na CMVM com o n.º 20161495, e é representada pelo Senhor Dr. Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC n.º 1015.

O montante da remuneração anual paga em 2017 foi o seguinte:

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Contratação		Remuneração Anual 2016 (€)			
Nome	Nº OROC	Nº CMVM	Data	Período	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, LDA	197	20161495	22/06/2017	2017-2019	4.500	100	0	4.400



Auditor Externo

Remunerações paga ao Auditor Externo (contas individuais)	(€)	(%)
Valor dos Serviços de revisão de contas	0	0%
Valor dos Serviços de consultoria fiscal	0	0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	4.400	100%
Total pago pela empresa à SROC	4.400	

Esta empresa não presta serviços de auditoria a qualquer das entidades participadas pela EMEF nem executou serviços adicionais para além dos acima referidos.

Quanto aos valores pagos por entidades que integram o grupo CP a informação pode ser consultada no Relatório & Contas da CP, empresa mãe.





VI. Organização interna

A. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES

Os estatutos são alterados por decisão do acionista único.

B. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

Para além de um modelo de governo que se descreveu anteriormente, a EMEF dispõe de:

- Organigrama, missão e atribuições de cada órgão e delegação de poderes;
- Conjunto de normas internas integradas no sistema da qualidade, bem como outras, relativas nomeadamente a controlo interno, não integradas nesse sistema;
- Auditoria interna
As áreas funcionais de Auditoria Interna e Gestão de Risco são asseguradas pela empresa mãe através do seu Gabinete de Auditoria Interna, Avaliação de Risco, Qualidade e Ambiente, cujo âmbito abrange o Grupo CP;
- Controlo de Gestão
Área dedicada à monitorização constante da atividade da EMEF e cujas principais atribuições são as seguintes:
 - a. elaborar o Plano anual/plurianual da empresa, envolvendo a definição de programas e ações, em estreita colaboração com as diferentes áreas e unidades organizativas;
 - b. assegurar o controlo de execução dos programas e orçamentos aprovados procedendo à análise dos respetivos desvios e identificando as situações que requerem medidas corretivas;
 - c. acompanhar a execução anual do Plano de Empresa, visando o conhecimento atempado do grau de realização das atividades programadas e dos orçamentos e identificando as situações que requerem a tomada de medidas corretivas e/ou adicionais para fazer face aos desvios que importa gerir;
 - d. assegurar a produção e distribuição de relatórios periódicos normalizados sobre a execução física e orçamental da empresa e de cada unidade orgânica.

São ainda efetuadas atividades de controlo, nomeadamente nas contagens físicas de inventários e nas operações de abate de inventários e de ativos fixos tangíveis da empresa.

A atividade da EMEF está exposta aos fatores de risco inerentes, como sejam, o risco de crédito e de liquidez e o risco de taxa de juro, associado aos fluxos de caixa, decorrentes de financiamentos obtidos, não oferecendo, no entanto, riscos financeiros relevantes.



A gestão do risco é conduzida em conformidade com as determinações do Despacho 101/09 – SETF e com base em princípios de preservação de autonomia financeira da empresa, potenciadora do seu equilíbrio financeiro e da remuneração do capital.

C. REGULAMENTOS E CÓDIGOS

A empresa, para além da legislação geral aplicável às sociedades comerciais de atividade industrial e empresas públicas, rege-se por um conjunto alargado de regulamentos, de que se salientam os seguintes:

Regulamentos Internos

1. Estatutos da Sociedade	11. Manual de Recursos Humanos
2. Acordos de Empresa	12. Política de Recursos Humanos
3. Código de Ética	13. Política da Comunicação
4. Regulamento de funcionamento interno da Comissão de Ética	14. Procedimentos de Recursos Humanos
5. Código de conduta para Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho	15. Regulamento de Categorias Profissionais
6. Manual da Qualidade	16. Regulamento de Gestão da Frota Automóvel
7. Política da Qualidade Ambiente e Segurança	17. Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços
8. Procedimentos Funcionais do Ambiente	18. Regulamento de Controlo de Alcoolémia
9. Procedimentos Funcionais da Qualidade	19. Manual de Procedimentos de Segurança e Higiene no Trabalho
10. Normas Internas	





Regulamentos Externos

Normas	Assunto
Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março. Republicado no Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro	Estabelece o estatuto do gestor público
Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março	Princípios do bom governo das empresas do setor empresarial do Estado
Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que procedeu à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.	Código dos Contratos Públicos
Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio	Orientações relativas à aquisição de serviços de valor superior a € 125.000,00 e à aplicação das normas de contratação pública
Decreto-Lei n.º 27/2011 de 17 de fevereiro	Condições técnicas que contribuem para o aumento da segurança do sistema ferroviário e de circulação segura
Decreto-Lei n.º 169/2012 de 1 de agosto. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio	Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema.
Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro – revogou o Decreto-Lei n.º 558/99	Aprova o regime jurídico do Setor Empresarial do Estado
Lei n.º 42/2016, de 30 de março	Aprova o Orçamento de Estado para 2017
Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017
Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2013/34/UE, no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos.
Regulamento (UE) n.º 445/2011 da Comissão, de 10 de maio	Interoperabilidade
Regulamento (UE) n.º 321/2013 da Comissão, de 13 de março, alterado pelo Regulamento (UE) n.º 1236/2013, de 2 de dezembro	
Decreto-Lei n.º 41/2014 de 18 de março, que transpõe a Diretiva 2013/9/UE que altera o anexo III da Diretiva 2008/57/CE, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 27/2011, de 17 de fevereiro	



(Cont.)

Normas	Assunto
Decreto-Lei n.º 78/2004, de 03 de abril	Ambiente
Decreto-lei n.º 09/2007, de 17 de janeiro	
Decreto-Lei n.º 35/2008, de 27 de fevereiro	
Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril	
Decreto-lei n.º 147/2008, de 29 de julho – alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 245/2009, de 22 de setembro, 29-A/2011, de 1 de março e 60/2012 de 14 de março	
Regulamento (EU) n.º 1005/2009, de 16 de setembro e Decreto-lei n.º 85/2014 (assegura a sua execução)	
Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho (altera e republica o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro)	
Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho – Altera e Republica a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	
Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto – Somente capítulo V	Segurança e Saúde no Trabalho
Portaria 53/71 de 3 de fevereiro – alterada pela Portaria n.º 702/80 de 22 de setembro	
Decreto-Lei 243/86 de 20 de agosto	
Decreto-Lei 273/2003 de 29 de outubro	
Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro	
Decreto-lei n.º 103/2008, de 24 de junho	
Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro (republica a Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro) alterada pelo Decreto-lei n.º 88/2015 e Lei 146/2015	



Código de Ética

A EMEF orienta a sua atividade com total respeito pelos princípios da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentado. Neste sentido, a adoção de comportamentos eticamente corretos é referência indeclinável no plano interno e no relacionamento com Clientes, Fornecedores e com a comunidade em geral.

O Código de Ética consubstancia a assunção de um conjunto de Valores e Princípios que definem padrões de comportamento, moldam a identidade e imagem da EMEF e são a referência para todos aqueles que, direta ou indiretamente com ela contactam.

Mereceu parecer favorável da Comissão de Trabalhadores da EMEF, foi publicitado junto dos trabalhadores e enviado à Autoridade para as Condições do Trabalho, nos termos da Lei, pelo que constitui regulamento interno da Empresa.

O Código de Ética é, assim, entendido e assumido como um compromisso, por todos os colaboradores e órgãos sociais da EMEF, sem exceção. Aplica-se a todos os colaboradores da EMEF, independentemente do seu vínculo laboral e da posição hierárquica que ocupem.

D. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Conforme previsto no artigo 44º do Decreto-Lei nº 133/2013, a empresa procede à divulgação da informação no site institucional.

E. SÍTIO DA INTERNET

A empresa tem sítio da internet em www.emef.pt.

VII. Remunerações

A. COMPETÊNCIAS PARA A DETERMINAÇÃO

A competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais é da Assembleia Geral.

B. COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

Não existe uma comissão de fixação de remunerações.



C. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

Atendendo ao facto de os membros dos órgãos sociais exercerem funções na empresa mãe estes não são remunerados exceto quanto ao ROC – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A. – cujos honorários são de valor anual de 5.350€ nos termos do respetivo contrato de prestação de serviços.

D. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

O montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração da sociedade pode ser consultado no Relatório & Contas da CP, empresa mãe.

VIII. Transações com partes relacionadas e outras

Transações com partes relacionadas e outras

Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas
(euros)

Empresa	Aquisições de Bens e Serviços	Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos
CP, EPE	5.463.302	46.326.509
ECOSAÚDE	130.499	-
FERNAVE	3.017	-
EMEF/SIEMENS, ACE	2.848	4.011.328
NOMAD TECH	1.169.108	245.144

As transações são suportadas por contratos celebrados entre as partes, encomendas, faturação e seu pagamento/recebimento. São organizadas reuniões entre as partes para avaliação do nível de cumprimento das respetivas obrigações.

No cumprimento dos preceitos aplicáveis, as adjudicações realizadas foram publicitadas nos termos e pelos meios legalmente estabelecidos.



A empresa tem instituído procedimentos internos de contratação estabelecidos na delegação de poderes e funções relativas à autorização de despesa.

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos e que ultrapassam um milhão de euros são os seguintes:

Fornecedores que representem mais de 5% dos FSE
(euros)

Empresa	Valores sem IVA
C P – COMBOIOS DE PORTUGAL EPE	4.279.719
GESTION MAQUINARIA FERROVIARIA SL	1.209.966

IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

Responsabilidade económica

No desenvolvimento da atividade no ano de 2017, a EMEF deu continuidade ao cumprimento de critérios de eficiência quer através duma expressiva contenção de gastos, quer através de uma criteriosa racionalização de recursos, processos e procedimentos bem como diligenciou no sentido de desenvolver o mercado externo e interno.

Responsabilidade ambiental

Após auditoria de acompanhamento, a EMEF manteve em 2017 o seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) certificado pela SGS conforme norma NP EN ISO 9001:2008, em todos os seus Órgãos e atividades.

O Sistema de Gestão implementado, ainda que só certificado no âmbito da Qualidade, integra, todavia, aspetos de Ambiente e Segurança Ocupacional, estando também articulado com o Sistema de Gestão de Recursos Humanos e com os requisitos do Regulamento UE 445/2011.

No âmbito da manutenção e desenvolvimento da gestão ambiental e em articulação com ações das Unidades orgânicas, salienta-se:



- **Gestão de Resíduos**
Continuidade na Gestão e Operacionalização do contrato global de resíduos em vigor (Empresa Renascimento), abrangendo todos os Órgãos oficiais da EMEF. A avaliação deste contrato continuou a revelar-se positiva no serviço e no resultado.
- **Sistema de gestão de consumos intensivos de energia (SGCIE)**
Decorrente do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, que regula o SGCIE, este sistema insere-se num plano para racionalização dos consumos energéticos e conseqüente redução dos seus custos, cuja implementação das medidas previstas implicou o sector de Ambiente, da Conservação da Área de Segurança, Qualidade e Ambiente e as Áreas Operacionais abrangidas por este sistema: Complexo do Entroncamento e no Parque Oficial de Guifões.
- **Comunicação interna e externa de cariz ambiental**
 - o Envio dos mapas de resíduos e carregamento no Portal SILiAmb (Sistema Integrado de licenciamento do Ambiente);
 - o Envio de informação para a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), relativa à quantidade recuperada no manuseamento de gases de efeito de estufa em equipamentos fixos;
 - o Integração de dados para inquérito do INE “Gestão e Proteção do Ambiente 2016”;
 - o Consolidação e comunicação de dados destinados ao relatório de sustentabilidade da CP, EPE, relativo ao ano de 2016.

Responsabilidade Social

Princípio da Igualdade de Género

O Código de Ética reprovava de forma expressa qualquer tipo de discriminação, de coação ou de assédio nomeadamente em razão do sexo.

Para a prevenção e combate ao assédio no trabalho, de acordo com o previsto na alínea k), do n.º 1, do artigo 127º do Código do Trabalho, complementando as disposições do Código de Ética sobre a matéria, foi aprovado pelo Conselho e Administração e encontra-se em vigor na EMEF o Código de Boa Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho.

Existe, também, uma Comissão de Ética a quem pode ser reportada qualquer ocorrência, reclamação ou situação irregular que possa constituir violação das normas constantes do Código de Ética.

O processo de recrutamento externo garante a igualdade de oportunidade e de tratamento a todos os candidatos.



Na EMEF as políticas salariais e de formação têm presente o princípio da não discriminação entre mulheres e homens.

As competências dos colaboradores e das colaboradoras da EMEF são reconhecidas de modo igual nos processos de promoção e progressão na carreira e acesso a cargos direção ou de chefia.

Em termos absolutos e percentuais o número de mulheres em cargos de chefia aumentou em 2017.

Nível de Qualificação

	Sexo								2016	2017
	Feminino				Masculino					
	2016	%	2017	%	2016	%	2017	%		
Quadros Superiores	24	22%	26	24%	85	78%	83	76%	109	109
Directores	2	11%	2	11%	16	89%	16	89%	18	18
Chefes de Área	9	31%	11	38%	20	69%	18	62%	29	29
Quadros intermédios	0	0%	0	0%	85	100%	86	100%	85	86
Profissionais altamente qualificados e qualificados	16	2%	15	2%	836	98%	824	98%	852	839
Profissionais semiquualificados	1	100%	1	100%	0	0%	0	0%	1	1
Profissionais não qualificados	0	0%	0	0%	1	100%	1	100%	1	1
	41	4%	42	4%	1.007	96%	994	96%	1.048	1.036

Apoio a clientes e grau de satisfação

Os programas de manutenção constantes dos contratos específicos de cada frota/segmento de mercado, para o cliente CP, foram genericamente cumpridos para todas as frotas, tendo-se obtido, por segmento de mercado, os seguintes valores médios ponderados aos km's percorridos, de disponibilidade e de fiabilidade:

Disponibilidade

Segmento do Mercado	Disponibilidade Média Anual (taxa dos dias em que é cumprida ou superada a quantidade de unidades a disponibilizar em todos os flashes horários de contagem)
Alfa e Intercidades	87%
Suburbanos Lisboa	49%
Suburbanos Porto	100%
Regional	86%



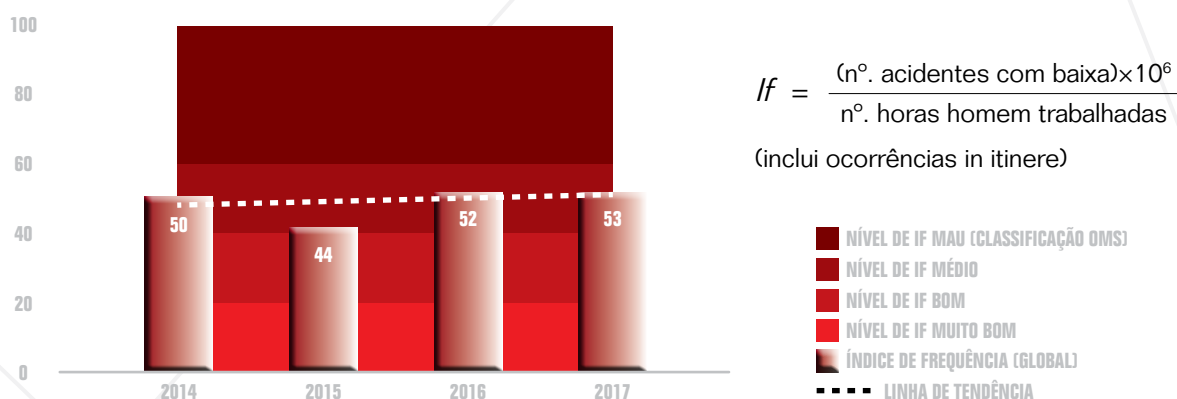
Fiabilidade

Segmento do Mercado	Fiabilidade Anual (quilometragem média entre incidentes devidos ao material circulante)
Alfa e Intercidades	730.000
Suburbanos Lisboa	66.000
Suburbanos Porto	256.000
Regional	48.000

Higiene e Segurança no trabalho

As figuras seguintes apresentam a evolução dos valores anuais de alguns dos mais relevantes indicadores de acidentes (onde estão incluídos os acidentes com baixa in itinere), durante os últimos 4 anos.

Índice de Frequência (If) 2014-2017



Face ao aumento do índice de frequência de acidentes de trabalho, acentuou-se a colaboração da Área SST da EMEF com a Medicina do Trabalho e com a Companhia de Seguros MAPFRE através da mediadora SAROS.

No decurso dos inquéritos a acidentes de trabalho, foram identificadas e implementadas, conforme a situação, medidas de melhoria.

No âmbito dos exames profissionais que decorreram em 2017, foram ministradas ações de formação que incluíram o âmbito SST.

Salienta-se que os acidentes de percurso (in itinere), embora estejam também enquadrados na apólice de seguros de acidentes de trabalho – e por isso considerados no gráfico acima – tiveram este ano, um impacto notório.



Gestão do capital humano

Reuniões com ORT's

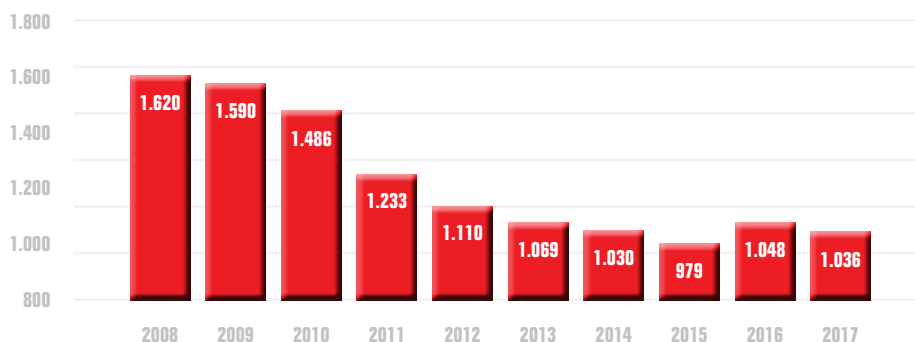
O Conselho de Administração e a Direção Executiva, cientes da importância de uma estreita interlocução com as estruturas representativas dos trabalhadores, em particular no que respeita ao conhecimento da posição daqueles órgãos do clima organizacional, dos aspetos relevantes da atividade diária da empresa e do seu futuro, prosseguiram o clima de diálogo e a política de reuniões frequentes com os representantes da Comissão de Trabalhadores e com os representantes das organizações sindicais. Continua-se a realçar os esforços e compreensão das organizações representativas dos trabalhadores nas análises realizadas, nas medidas adotadas e nos resultados obtidos ao longo do ano, que permitiram assegurar um nível de estabilidade social e um clima de trabalho positivo que teve como corolário os resultados positivos alcançados pela organização.

Empregabilidade

No ano de 2017 verificou-se um ligeiro decréscimo do efetivo. Em 31 de dezembro de 2017, o efetivo situou-se nos 1036 trabalhadores (as), dos quais 95,8% eram homens e 4,2% eram mulheres.

A evolução do efetivo na última década foi a seguinte:

Evolução do Efetivo



Ano	Homens	Mulheres
2016	1.007	41
2017	994	42



Nessa data, 924 colaboradores (as) da EMEF estavam a ela vinculados através de contrato de trabalho sem termo, 59 trabalhadores (as) através de contrato de trabalho a termo, existindo, ainda, 14 trabalhadores (as) com contrato de cedência ocasional, 2 trabalhadores (as) com acordo de comissão de serviço e outro com acordo de cedência de interesse público.

Vínculo Laboral

	2016				2017			
	Homens	Mulheres	Total	%	Homens	Mulheres	Total	%
Contrato de trabalho sem termo – colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	510	15	525	50,1%	444	22	466	45,0%
Contrato de trabalho sem termo – colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	441	20	461	44,0%	480	14	494	47,7%
Trabalhadores Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	11	6	17	1,6%	11	6	17	1,6%
Contrato de Trabalho a termo certo	45	0	45	4,3%	59	0	59	5,7%
Total	1.007	41	1.048	100,0%	994	42	1.036	100,0%

Em 2017 o efetivo desceu em 12 unidades. Saíram da Empresa 36 trabalhadores(as) dos quais 15 por mútuo acordo.

Motivo das Saídas

	2016			2017		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Caducidade Cont.Ced.Temp.Ocas.	0	0	0	1	0	1
Caducidade Cont. Trab. a Termo	2	0	2	0	0	0
Denúncia – Cess.p/Iniciativ.Trab	17	0	17	5	0	5
Falecimento	2	0	2	2	0	2
P/ Antec. Caduc. – Denúncia Ped.Trab.	0	0	0	2	0	2
Reforma por Invalidez (+2/3)	7	0	7	4	0	4
Reforma por Velhice (normal)	2	1	3	6	0	6
Reforma Antecipada	2	0	2	0	0	0
Revogação p/ Mútuo Acordo	6	0	6	15	1	16
Despedimento por justa causa	2	0	2	0	0	0
Total	40	1	41	35	1	36



A idade média situou-se nos 47,2 anos e a antiguidade média nos 22,9 anos, valores ligeiramente superiores aos verificados em 2016.

Idade Média

	2016			2017		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores(as) admitidos(as) diretamente para a EMEF	37,5	42,6	37,7	38,3	43,9	38,5
Colaboradores (as) transitados(as) da CP para a EMEF	55,5	57,1	55,5	56,2	57,9	56,3
Colaboradores(as) Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	52,9	45,7	50,4	54,2	46,7	51,5
	46,8	48,3	46,8	47,1	48,9	47,2

Antiguidade Média

	2016			2017		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores(as) admitidos(as) diretamente para a EMEF	11,3	13,5	11,4	11,9	13,2	11,9
Colaboradores(as) transitados(as) da CP para a EMEF	33,9	34,5	33,9	34,6	34,9	34,7
Colaboradores(as) Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	20,8	18,3	19,9	18,2	19,3	18,6
	22,8	21,9	22,8	22,9	21,3	22,9

A caracterização do pessoal da EMEF em termos de habilitações literárias, por género e por vínculo laboral, é a seguinte:

Habilitações Literárias

	Homens	Mulheres	Total
Ensino Básico	43,0%	0,6%	43,5%
Ensino Secundário	43,7%	1,0%	44,7%
Ensino Superior	9,3%	2,5%	11,8%



Verificou-se, em 2017 e em termos percentuais uma descida no grupo “Ensino Básico” e uma subida nos grupos “Ensino Superior” e “Ensino Secundário”. Estas modificações deveram-se essencialmente à admissão de colaboradores (as) com habilitações literárias ao nível do 12º ano e à saída de trabalhadores com habilitações literárias mais baixas.

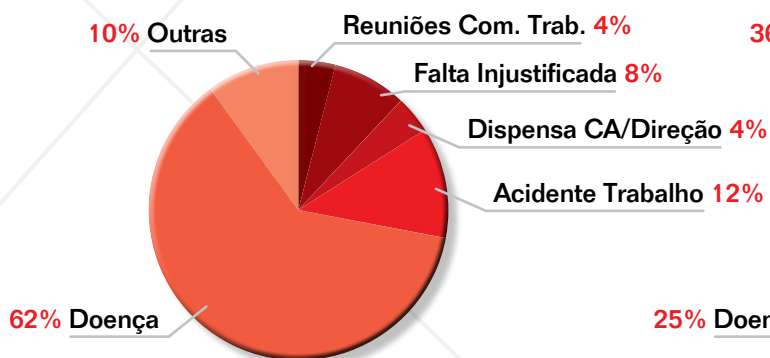
Habilitações Literárias

	2016			2017		
	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
Colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	13,2%	27,3%	7,8%	13,8%	28,8%	8,1%
Colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	31,2%	16,4%	2,5%	29,7%	15,6%	2,3%
Colaboradores (as) Cedidos/ Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	0,0%	0,3%	1,3%	0,0%	0,3%	1,4%
	44,4%	44,0%	11,6%	43,5%	44,7%	11,8%

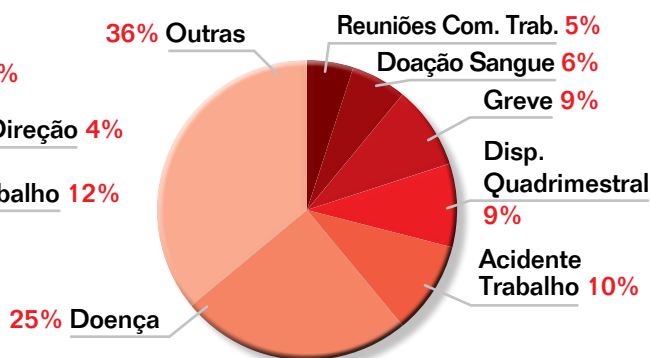
Absentismo

O absentismo situou-se nos 8,9%, idêntico ao verificado em 2016. A causa “Doença” desceu significativamente em 2017 tendo-se situado nos 25%, o mesmo aconteceu com as ausências relativas a “Acidentes de Trabalho” que desceram 2%. Já relativamente às restantes causas principais de absentismo, a causa “Outras” sobressai devido à sua significativa subida, 26%, onde se destacam as dispensas concedidas pelo C.A, as ausências relativas a Delegados/Candidatos às eleições e a ausências por motivo de falecimento de cônjuge, parente ou afim.

Motivos de Absentismo 2016



Motivos de Absentismo 2017





Formação

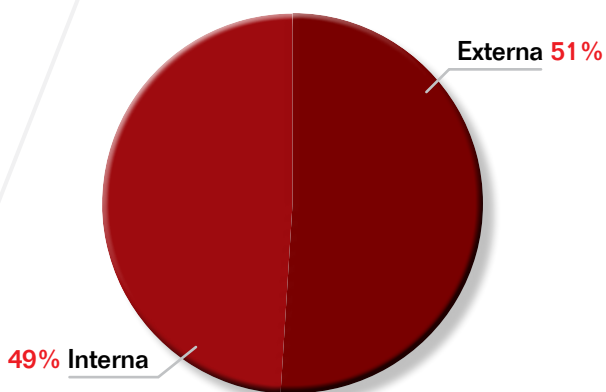
No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais, a EMEF continuou a apostar, em 2017, na concretização de um plano de formação transversal, integrando trabalhadores (as) de vários órgãos da Empresa, tendo para isso recorrido a formação externa.

Foi elaborado um Plano de Formação, predominantemente técnico, para cada Órgão da Empresa e um Plano Transversal de formação dirigido a temáticas como gestão e liderança, línguas estrangeiras e tecnologias, visando a melhoria das competências e o aumento da produtividade.

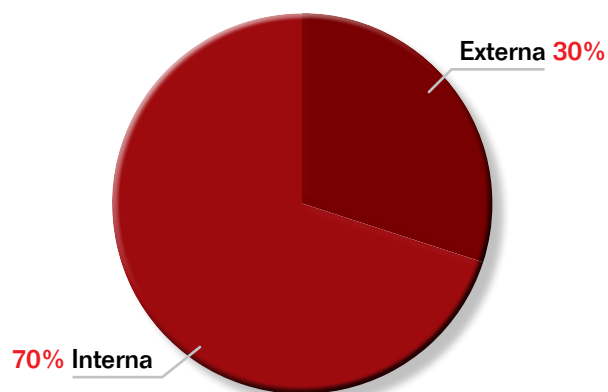
No âmbito do Plano Transversal de formação desenvolveram-se diversas ações, das quais se destacam a inclusão de trabalhadores em Programas Avançados de Gestão, em Programas de Gestão e Liderança e em Supervisão Efetiva para Chefias Intermédias. Foi, ainda, ministrada formação básica em Desenho Técnico, Automatismos Industriais (hidráulica e pneumática), Eletricidade e Eletrónica, Eletrónica de Potência e Eletrónica Digital.

As ações de formação interna corresponderam a 70% das horas de formação ministradas e as ações de formação externa a 30%, tendo-se, assim, invertido novamente a tendência do último ano.

Formação externa/interna em 2016



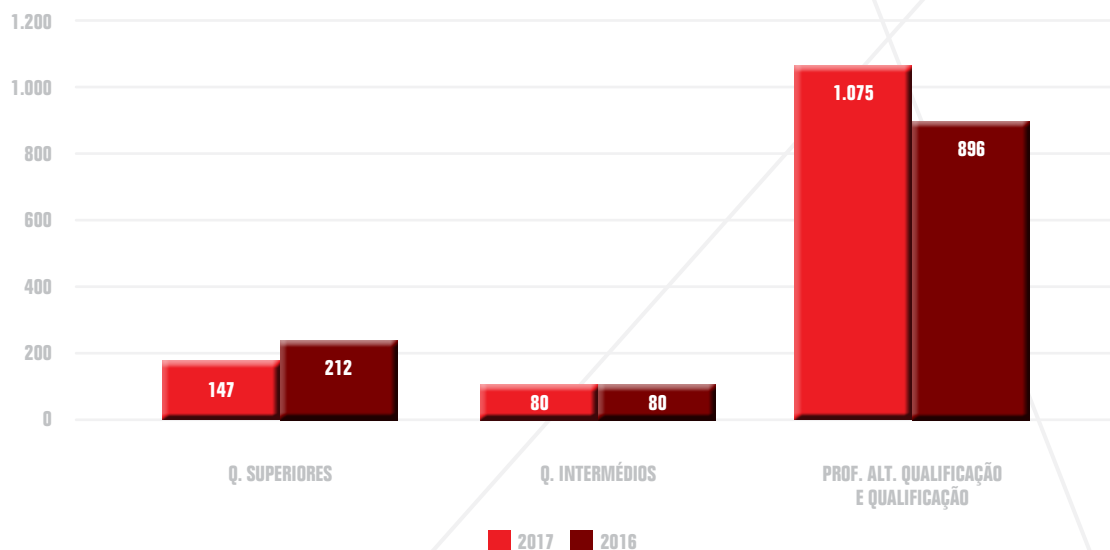
Formação externa/interna em 2017



Nessas ações de formação participaram, 1302 trabalhadores(as), distribuídos(as) pelos seguintes níveis de qualificação:

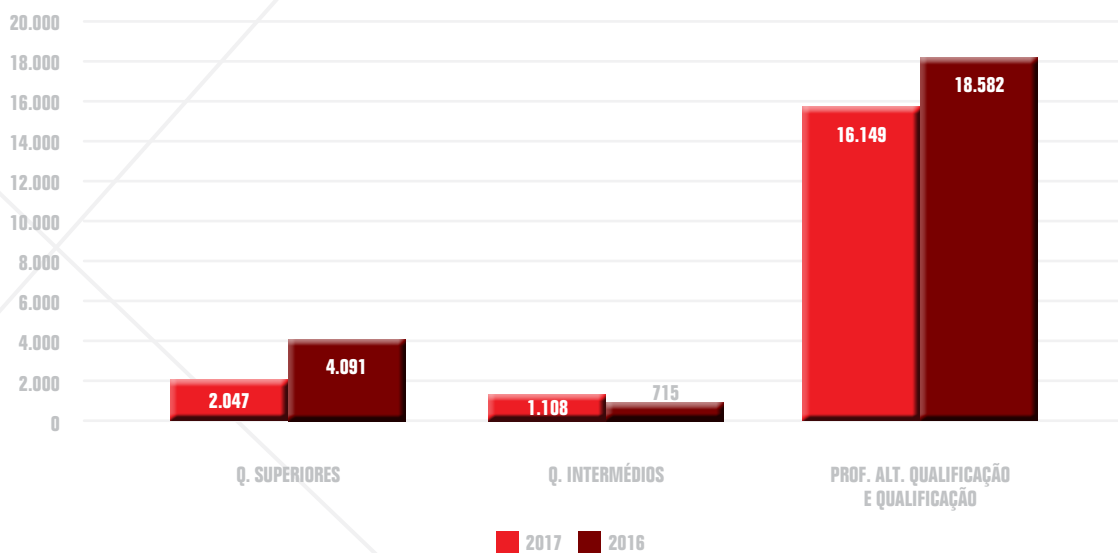


Nº de Participantes em ações de formação



Foram ministradas 19.304 horas de formação, assim distribuídas:

Horas de formação por nível de qualificação





Comunicação Interna

Em 2017 prosseguiu o projeto Nós, EMEF com o propósito de continuar a mobilizar, fomentar o sentido de pertença e criar um clima de confiança no seio dos trabalhadores(as) da Empresa.

A Política de Comunicação é aplicável a todas as comunicações da Empresa, independentemente dos públicos de relacionamento em causa e assenta nos seguintes princípios:

1. **Verdade** – A comunicação deve pautar-se pela transparência, exatidão e veracidade da informação transmitida, evitando a desinformação, a confusão e o boato;
2. **Urbanidade** – A comunicação deve pautar-se pelas regras da simpatia, urbanidade e respeito mútuo entre os diversos interlocutores;
3. **Objetividade** – A comunicação deve ser objetiva, sucinta, simples, uniforme e constante nos termos utilizados, de forma a proteger a transmissão e proteção do conhecimento da empresa e a promover a eficácia e eficiência da mensagem transmitida, através dos meios mais adequados
4. **Responsabilidade** – A comunicação deve atender às funções e responsabilidades dos diversos interlocutores, evitando a duplicidade de esforços e o desperdício de tempo e recursos.
5. **Institucionalidade** – A comunicação deve atender aos valores e missão da empresa, na prossecução dos seus interesses e da proteção da sua imagem institucional, pautando-se por um discurso institucional único.

Em 2017, foi retomada a edição da Revista de informação Interna da EMEF, “Nós EMEF Magazine”, com periodicidade quadrimestral. A revista é divulgada através de dois formatos, digital e em papel, este último destinado aos trabalhadores(as) que não dispõem de computadores nos seus locais de trabalho.

Também com periodicidade quadrimestral, alternando com a Revista, passou a ser editada e divulgada, nos mesmos formatos da Revista “Nós EMEF Magazine”, uma Newsletter que pretende divulgar breves notícias e acontecimentos dignos de nota.

Para desenvolver competências na área da comunicação e da condução de reuniões participadas, efetuou-se formação em Comunicação e Coordenação de Reuniões dirigida aos Diretores e Chefes de Área da Empresa.

Com o objetivo de reforçar o clima de confiança, criando uma unidade visual, em que todos estão incluídos, sem hierarquização, sem prevalências, mas de inclusão de TODOS... Nós EMEF, foi criado um Mega cartaz com as fotografias de todos os trabalhadores(as) que aceitaram colaborar. O cartaz, igual em qualquer local da EMEF, está colocado nos vários espaços oficiais da Empresa e nos Serviços Centrais.



Celebrou-se o dia do aniversário da Empresa, o Dia EMEF, em 30 de janeiro, com uma mensagem do Diretor Geral, um bolo de aniversário em cada local e a respetiva cobertura fotográfica, com divulgação posterior na revista "Nós EMEF Magazine".

A Festa de Natal voltou a reunir, embora de forma repartida geograficamente, os trabalhadores(as) em toda a Empresa. Utilizando videoconferência, foi possível ligar os vários locais e permitir que em simultâneo todos assistissem à homenagem aos trabalhadores(as) que, em 2017, completaram 40 ou 25 anos de antiguidade na Empresa/Grupo, à alocução proferida pelo Presidente do Conselho de Administração e ao desenrolar da Festa nos vários locais.

Sistema de Gestão de Recursos Humanos

A EMEF dispõe de um Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), certificado conforme a Norma Portuguesa 4427:2004.

Em 2017 foi efetuado o reposicionamento salarial dos trabalhadores da Empresa, de acordo com o disposto no Orçamento do Estado. Estiveram envolvidos neste processo mais de sete centenas de trabalhadores(as).

Retomou-se a aplicação dos Acordos de Empresa salientando-se, entre outros aspetos, o trabalho suplementar e o Regulamento de Categorias Profissionais. Foi também retomada a aplicação do Procedimento de Apreciação de Técnicos Superiores.

Prosseguiram, em 2017, os trabalhos para a implementação da "Matriz de Competências" em todas as atividades operacionais desenvolvidas na Empresa, por forma a garantir e evidenciar que os trabalhadores têm as competências necessárias para as tarefas que desenvolvem no âmbito da prestação dos serviços de Manutenção.

A Política de Recursos Humanos da EMEF assume a Responsabilidade Social como referencial para a gestão de Recursos Humanos e visa cumprir os seguintes objetivos:

1. Promover o bem-estar pessoal e profissional dos colaboradores da Empresa;
2. Promover a atualização permanente das competências escolares, técnicas e profissionais dos seus colaboradores de forma a dar resposta adequada às necessidades presentes e futuras da atividade da empresa;
3. Promover e reforçar a eficácia do Sistema de Gestão de Recursos Humanos através da procura da melhoria contínua dos métodos e técnicas adotadas no respeito pelos Acordos de Empresa e pela legislação em vigor.

No ano de 2017 a EMEF concedeu estágios curriculares a formandos do ensino secundário/profissional, assegurando a componente de formação prática em contexto de trabalho e deu apoio à realização de trabalhos académicos de nível universitário. Foram envolvidos 33 alunos.



Foram efetuadas reuniões regulares com as Organizações Representativas dos Trabalhadores.

Foi aplicado um inquérito para a avaliação da satisfação interna dos trabalhadores(as). A participação foi de 35% (359 participantes) e o resultado obtido correspondeu a um nível de satisfação de 63% (amostra significativa, para um nível de confiança de 95% e um erro de 5%, o que torna os resultados representativos da opinião manifestada pelos trabalhadores da Empresa).

No âmbito da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal dos colaboradores e colaboradoras, são disponibilizados:

- Horários flexíveis sempre que compatíveis com as funções a desempenhar;
- Dispensa de serviço correspondente a um período normal de trabalho por quadrimestre, sem retribuição, ao abrigo do disposto na legislação em vigor sobre “efeitos das faltas justificadas”;
- A possibilidade do gozo, em meios-dias, de 6 (seis) dias úteis de férias.

No âmbito da saúde e apoio social, a EMEF assegura aos seus colaboradores e colaboradoras:

- O pagamento de um subsídio complementar ao subsídio de doença atribuído pela Segurança Social;
- O pagamento integral do vencimento líquido quando afetados (as) por incapacidade total temporária emergente de acidente de trabalho.
- Um seguro de saúde;
- Um seguro de acidentes pessoais;
- Subsídio pré-escolar (para trabalhadores com filhos que frequentem creches, jardins de infância ou Amas inscritas na Segurança Social).



X. Avaliação do Governo societário

Prosseguindo o esforço de reestruturação e consolidação do processo de mudança iniciado há alguns anos e face aos resultados apresentados pelos diversos indicadores e demais informações constantes no presente relatório, é entendimento do Conselho de Administração, que a EMEF deu cumprimento aos princípios de Bom Governo estabelecidos.

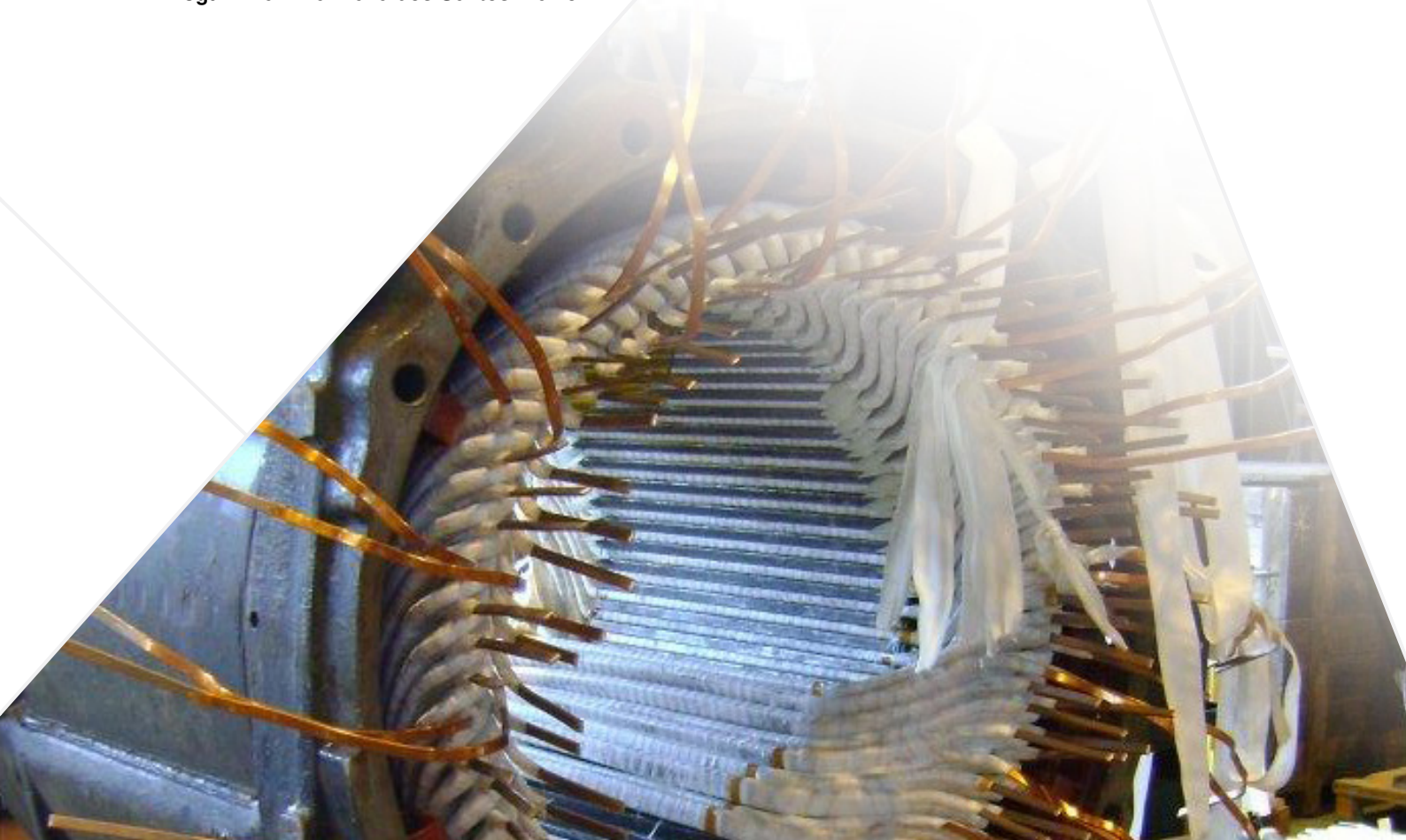
Nas vertentes económica, financeira, social e ambiental, os indicadores apresentam-se na generalidade acima do previsto, indicando o cumprimento dos princípios de Bom Governo, tendo sido alcançadas melhorias na sua competitividade e qualidade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e respeito pelos utilizadores do transporte ferroviário e dos clientes.

Lisboa, 12 de março de 2018

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Sérgio Abrantes Machado

Vogal: Dra. Ana Maria dos Santos Malhó



CONHECIMENTO
NO LUGAR CERTO



EMPRESA
DE MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTO
FERROVIÁRIO S.A.



ANEXO



Demonstração não financeira

A. ENQUADRAMENTO

Atento o disposto no Decreto-Lei n° 89/2017, de 28 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n° 2014/95/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, a EMEF inclui no presente relatório, uma demonstração não financeira, na qual são detalhados indicadores-chave de desempenho relevantes no que diz respeito às questões ambientais e no tocante às questões sociais e relativas aos trabalhadores.

Os indicadores-chave de desempenho abaixo discriminados (previstos na alínea e) do n° 2 do artigo 66°-B do CSC) devem ser entendidos como um complemento às informações já habitualmente divulgadas e constantes deste relatório (vide capítulos II, V, VI e IX) previstas nas alíneas a), b), c) e d) do n° 2 do artigo 66°-B do Código das Sociedades Comerciais.

B. INDICADORES – CHAVE DE DESEMPENHO

I. AMBIENTE

• Resíduos – Prevenção de Impactes

Desde 2010 a EMEF implementou um sistema global de gestão de resíduos, tendo assinado vários contratos com operadores de gestão de resíduos, cumprindo os preceitos legais e garantindo assim o melhor preço para a recolha, disponibilização de meios de acondicionamento e encaminhamento de resíduos. O contrato de gestão de resíduos em vigor foi celebrado em abril de 2015 e já em 2018 será lançado novo procedimento para a celebração de novo. Este sistema de gestão está suportado entre outros, em Procedimento Funcional de Ambiente PFQ.32.1.0 – Gestão de resíduos, em uso desde 2010.

A recolha por fluxos e fileiras nas várias Oficinas onde a EMEF labora encontra-se plenamente implementada e o desempenho dos últimos dois contratos revelou-se bastante positivo.



Na tabela seguinte indicam-se os resíduos mais expressivos relativamente à quantidade, que foram encaminhados através do contrato em vigor.

Código LER	Designação do resíduo	Quantidade produzida (Ton)
12 01 01	Aparas e limalhas de metais ferrosos	112,8
13 05 02*	Lamas oleosas	52,8
15 01 10*	Embalagens contaminadas (metálicas, plásticas)	11,8
15 02 02*	Absorventes contaminados (desperdício, panos, serradura e outros)	25,4
15 02 03	Filtros de ar / mantas filtrantes / materiais de isolamento	11,6
16 01 07*	Filtros de óleo	4,9
16 01 12	Cepos e calços sintéticos e sinterizados (sem amianto)	49,3
16 01 17	Metais ferrosos	817,0
16 01 20	Vidro (janelas veículos)	29,3
16 01 99	Borracha	18,1
16 02 16	Componentes retirados de equipamento elétrico e eletrónico	4,1
16 06 02*	Baterias de níquel cádmio	17,4
20 01 01	Papel e cartão	11,3
20 01 37*	Madeira contaminada	35,8
20 01 38	Madeira não contaminada	30,3
20 01 99	Resíduos equivalentes a RSUs	65,2

A taxa de valorização a jusante, após encaminhamento dos resíduos produzidos nos vários locais, é também sinal do referido desempenho positivo associado ao contrato de gestão de resíduos, o que contribui para a sustentabilidade ambiental.

Valorização de resíduos	2017
Total resíduos	1.345 Ton
Resíduos valorizados	1.220 Ton
Taxa de valorização	90,70%



• Água

No Complexo do Entroncamento existem dois furos verticais devidamente licenciados (com 20cv de potência cada um). Em Guifões existem sete furos verticais, três dos quais têm potência inferior a 5cv pelo que não é necessário licenciamento e os restantes têm 5,5cv de potência instalada, estando todos sob a responsabilidade da IP. O consumo de água da EMEF, relativamente aos furos mencionados, foi de 72.096m³ em 2017.

Nos restantes locais onde a EMEF labora, é consumida água da rede pública, tendo sido consumidos 23.908m³.

No sentido de prevenir eventuais fugas de água, em 2018 será implementada uma monitorização mensal de leitura dos contadores de água, de forma a poder detetar possíveis ruturas e proporcionar uma atuação mais expedita na tomada de medidas.

• Energia

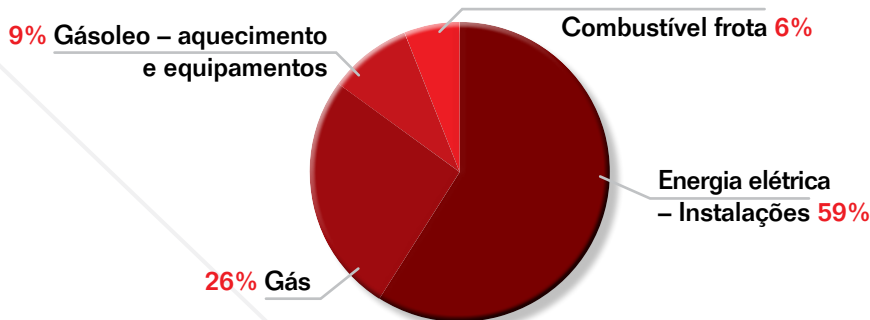
A EMEF utiliza quatro fontes de energia: energia elétrica, gás, gasóleo e quase sem expressão, a gasolina. A energia elétrica é utilizada nas instalações e nos equipamentos oficinais, enquanto que o gás é utilizado em balneários, aquecimento geral de oficinas, cantinas e empilhadores. Já a gasolina é utilizada numa pequena parte da frota automóvel e o gasóleo é sobretudo utilizado no aquecimento, mas também na frota automóvel e em alguns equipamentos oficinais.

Na tabela seguinte apresentam-se os consumos para as várias fontes de energia:

Energia	2017 (MWh)
Energia elétrica	5.789
Gás	2.504
Gasóleo – aquecimento e equipamentos	865
Combustível frota (gasolina e gasóleo)	629

Equivalências energéticas – Fonte: REN Portgás Distribuição

% Energia consumida 2017



II. RECURSOS HUMANOS

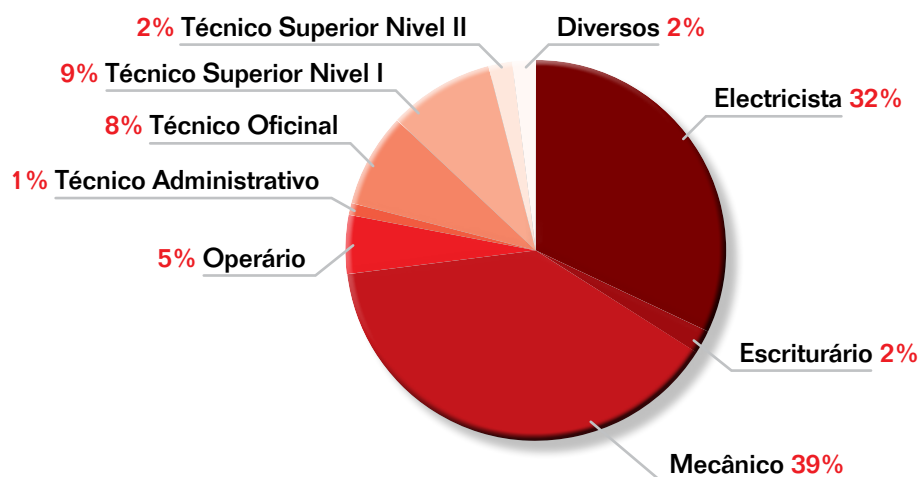
• Empregabilidade

A EMEF terminou o ano de 2017 com 1.036 trabalhadores a cargo. Neste ano saíram da empresa 36 trabalhadores, maioritariamente por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo, e deram entrada 26 novos colaboradores.

Contrato	2017			
	Homens	Mulheres	Total	%
Contrato de trabalho sem termo – colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	444	22	466	45,0%
Contrato de trabalho sem termo – colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	480	14	494	47,7%
Trabalhadores Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	11	6	17	1,6%
Contrato de Trabalho a termo certo	59	0	59	5,7%
Total	994	42	1.036	100,0%

A distribuição dos trabalhadores por categoria é a seguinte:

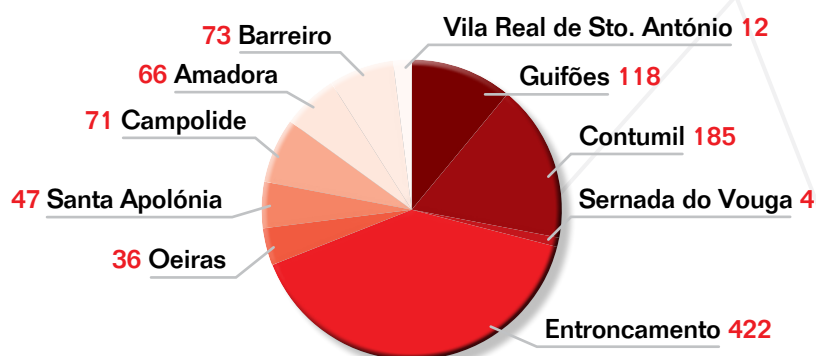
Efetivo Final por Categorias Profissionais 2017





Geograficamente os trabalhadores encontram-se nas seguintes localizações:

Distribuição Geográfica dos trabalhadores em 2017



Relativamente ao tipo de emprego, todos os trabalhadores da empresa estão contratados a tempo inteiro e a termo certo:

Tipo de Emprego		2017			
		Homens	Mulheres	Total	%
Efetivo final ao Serviço	Tempo Inteiro	935	42	977	94,3%
	Tempo Parcial	0	0	0	0,0%
Efetivo por tipo de contrato	Contrato a termo Certo	59	0	59	5,7%
	Contrato a termo Incerto	0	0	0	0,0%
Total		994	42	1.036	100,0%

No final de 2017, só 4,1% do efetivo era composto por mulheres, no entanto a proporção de chefias de 1º nível é relativamente superior nas mulheres face aos homens (7% vs. 2%).

Cargo	2017				
	Homens	Mulheres	Cargo	% Total	% Mulheres
C. Administração	0	0	0	0,0%	0,0%
Chefias 1º Nível	18	3	21	2,0%	0,3%
Restantes	976	39	1.015	98,0%	3,8%
Total	994	42	1.036	100%	4,1%



• Benefícios dos Colaboradores

O plano de benefícios aos trabalhadores inclui um seguro de saúde e subsídios a filhos em idade pré-escolar.

Existe ainda um Complemento do Subsídio de Doença que consiste no pagamento integral do salário referente aos três primeiros dias da baixa por doença e, nos restantes dias, na diferença entre a retribuição da segurança social e o ordenado base líquido que receberia se estivesse ao serviço.

(Em Euros)

Benefícios	2017	
	Total	%
Seguros especiais (saúde e acidentes pessoais)	319.972	55,7%
Subsídios a filhos em idade pré-escolar	75.011	13,1%
Alimentação – bares e cantinas	121.374	21,1%
Complemento subsídio de doença	57.918	10,1%
Total	574.275	100,0%

O número de trabalhadores que usufruíram, no ano de 2017, de cada um dos benefícios concedidos consta da tabela seguinte:

Benefícios	Tipo de Trabalhador	
	Tempo Integral	Tempo Parcial
Seguro de Saúde	1.036	0
Direito a viajar nos comboios de toda a rede da CP gratuitamente	781	0
Direito aos Ascendentes e Descendentes (até 25 anos) a viajar nos comboios de toda a rede gratuitamente	781	0
Subsídios a filhos em idade pré-escolar	118	0
Complemento do Subsídio de Doença	291	0
Falta justificada por quadrimestre	425	0



• Salário Médio

(Em Euros)

	2017
Salário médio mensal	1.213

• Dados do Efetivo

Pirâmide Etária

Pirâmide Etária*	2017	
	Homens	Mulheres
18-24 anos	23	0
25-29 anos	34	1
30-34 anos	90	1
35-39 anos	145	2
40-44 anos	138	10
45-49 anos	132	12
50-54 anos	84	3
55-59 anos	154	4
60-61 anos	122	4
62-64 anos	50	5
>=65 anos	22	0
Total por género	994	42
Total	1.036	

* Efetivo final ao serviço

As contratações por género foram as seguintes:

Contratações por Género	2017
Homens	24
Mulheres	2
Total	26



Quanto à taxa de rotatividade:

Taxa de Rotatividade	2017
Homens	6,66%
Mulheres	4,55%

Nota: O método de cálculo utilizado baseou-se no ratio entre o somatório das entradas e saídas verificadas no ano e o efetivo.

A antiguidade média é a seguinte:

Antiguidade Média	2017		
	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	11,9	13,2	11,9
Colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	34,6	34,9	34,7
Colaboradores (as) Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	18,2	19,3	18,6
Total	22,9	21,3	22,9

As saídas ocorreram principalmente por rescisões por mútuo acordo:

	2017	
	Homens	Mulheres
Iniciativa do trabalhador	7	0
Mútuo acordo	15	1
Despedimento	0	0
Reforma por invalidez	4	0
Reforma por idade	6	0
Falecimento	2	0
Fim contrato de formação	0	0
Outros motivos	1	0
Total por género	35	1
Total	36	



• Formação

Quanto á formação do ano registaram-se os seguintes valores:

	2017
Nº de acções de formação	232
Nº de formandos	1.340
Total de horas de formação	20.073

A formação teve a seguinte distribuição quanto ao género, aos temas de formação e às categorias profissionais:

	2017		Volume de formação (Horas x formando)
	Nº de Formandos		
	Homens	Mulheres	
Desenvolvimento Pessoal	36	9	993
Linguas e Literaturas Estrangeiras	35	4	1.376
Marketing e publicidade	6	1	98
Contabilidade e fiscalidade	0	12	96
Gestão e administração	6	2	1.195
Enquadramento na organização/empresa	406	4	5.160
Direito	50	16	169
Informática	49	5	490
Engenharia e técnicas afins	10	0	500
Metalúrgica e metalomecânica	45	1	1.616
Eletricidade e energia	16	0	2.175
Eletrónica e automação	5	0	1.038
Construção reparação veículos motor	425	0	4.194
Saúde	10	0	120
Serviços de transporte	18	0	216
Tecnologia de protecção e ambiente	1	0	52
Protecção de pessoas e bens	20	0	160
Segurança e higiene no trabalho	147	1	427
Total	1.285	55	22.073



Formação por Categorias Profissionais	2017	
	Horas de Presença	
	Homens	Mulheres
Desenhador	45	0
Eletricista	7.533	0
Eq. Técnico Superior Nivel II	7	0
Escriturário	165	365
Mecânico	7.625	0
Operário	360	0
Técnico Administrativo	114	42
Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho	88	0
Técnico Oficial	1.238	0
Técnico Superior Nivel I	1.482	462
Técnico Superior Nivel II	550	0
Total	19.205	868





**EMPRESA
DE MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTO
FERROVIÁRIO S.A.**

EMEF-Empresa de Manutenção
de Equipamento Ferroviário, S.A.
Rua das Indústrias, 21
2700-460 Amadora
Tel.: (+351) 211 027 700
Fax: (+351) 213 578 875
E-mail: geral@mef.pt
<https://www.emef.pt>